

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**Maria de Fátima Pereira Rossi**

**MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NAS REGIÕES  
METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE E FORTALEZA –  
2002 e 2011**

**Belo Horizonte**  
**2016**

**Maria de Fátima Pereira Rossi**

**MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NAS REGIÕES  
METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE E FORTALEZA –  
2002 e 2011**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. André Junqueira Caetano

**Belo Horizonte  
2016**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R823m Rossi, Maria de Fátima Pereira  
Mercado de trabalho e informalidade nas Regiões Metropolitanas De Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza – 2002 e 2011/ Maria de Fátima Pereira Rossi. Belo Horizonte, 2016.  
170 f. : il.

Orientador: André Junqueira Caetano  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Trabalho. 2. Setor informal (Economia). 3. Mercado de trabalho. 4. Salários. 5. Memorial Minas Gerais Vale. 6. Difusão cultural – Belo Horizonte. I. Caetano, André Junqueira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 331.16

Revisão Ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor.

Maria de Fátima Pereira Rossi

**MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NAS REGIÕES  
METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE E FORTALEZA –  
2002 e 2011**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais.

---

Prof. Dr. André Junqueira Caetano – PUC Minas (Orientador)

---

Profa. Dra. Maria Carolina Tomás – PUC Minas (Banca examinadora)

---

Prof. Dr. Antônio Moreira de Carvalho – PUC Minas (Banca examinadora)

---

Profa. Dr. Mário Marcos Sampaio Rodarte - UFMG (Banca examinadora)

---

Profa. Dra. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira - UFMG (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2016.

Aos meus pais,  
Anselmo de Oliveira Rossi (*in memoriam*)  
e Maria das Neves Pereira Rossi.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. André Junqueira Caetano, que tornou possível a realização deste trabalho.

Às excelentes contribuições da Profa. Magda de Almeida Neves e dos Professores Carlos Alberto de Vasconcelos Rocha e Jessé Souza no momento da qualificação do projeto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, por toda a base necessária para a realização deste trabalho.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela disponibilidade e simpatia diante de todas as demandas, sempre urgentes.

Ao auxílio do colega Julimar Santos Pinto com as tabulações.

Aos colegas do Instituto da Criança e do Adolescente da PUC Minas, Ev'Ângela Batista, Joécio Fernandes, Rita Fazzi e Sônia Campos, companheiros de todos os dias em bons e maus momentos.

Aos amigos e colegas da PUC Minas, Andréia dos Santos, Armindo Teodósio e Suzana Melgaço que me ajudaram em diferentes momentos dessa jornada.

À PUC Minas pelo auxílio da bolsa parcial.

Terrível é o pensar.  
Eu penso tanto  
E me canso tanto com meu pensamento  
Que às vezes penso em não pensar jamais.  
Mas isto requer ser bem pensado  
Pois se penso demais  
Acabo dispensando tudo que pensava antes  
E se não penso  
Fico pensando nisso o tempo todo.  
(Millôr, 1959)

## RESUMO

Esta tese analisa as mudanças ocorridas no mercado de trabalho metropolitano brasileiro na última década, período de importantes alterações, como o aumento dos postos de trabalho formais, do rendimento e da escolaridade dos trabalhadores. O estudo foi desenvolvido por meio da comparação entre as características e movimentações da população ocupada das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre, utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2002 e 2011. O objetivo geral da pesquisa foi identificar e analisar as principais alterações ocorridas na dinâmica dos mercados de trabalho dessas regiões quanto ao processo de formalização, tendo como discussão norteadora a relação entre assalariamento e cidadania no Brasil. Os resultados apontaram similaridades entre as três regiões no que diz respeito ao rumo das mudanças, atestando a abrangência das políticas nacionais, com o aumento do número de empregados com carteira, bem como a elevação da escolaridade e rendimento nessas regiões. A análise evidenciou, também, a manutenção da distância entre os resultados da Região Metropolitana de Fortaleza e aqueles das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte, no que se refere às mesmas variáveis. Constatou-se uma grande oferta de postos de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza, mas com predominância de ocupações informais e com os salários mais baixos entre as três. A persistência do trabalho informal nas regiões metropolitanas foi comprovada por meio da análise da movimentação dos trabalhadores, tanto entre aqueles que começaram a trabalhar, quanto entre aqueles que já estavam trabalhando e apenas mudaram de trabalho nos períodos de referência. Constatou-se, no entanto, uma grande alteração na base da pirâmide do mercado de trabalho metropolitano com o aumento das transições entre ocupações formais, em 2011, contrastando com a dinâmica observada em 2002, quando grande parte das transições ocorreu entre ocupações informais. Essa diferença na movimentação reflete o processo de formalização ocorrido ao longo do período e aponta a grande influência dos fluxos de entrada de trabalhadores na população ocupada nesse processo, uma vez que os fluxos da informalidade para a formalidade se mostraram bem menores. Concluiu-se que o processo de formalização do trabalho avançou no período, mas a informalidade continua a ser alimentada por um fluxo contínuo, tanto pela entrada de trabalhadores na população ocupada, via postos informais, quanto pelos deslocamentos de trabalhadores de ocupações formais para informais.

Palavras-chave: Trabalho. Assalariamento. Trabalho formal. Trabalho informal.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the changes occurred in Brazilian labor market in metropolitan areas over the last decade, period in which took place significant changes regarding work formality, income and worker education. This study was developed over a comparison between characteristics and moving patterns from employed population that live in the metropolitan areas of Belo Horizonte, Fortaleza and Porto Alegre, based on data from “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios” (PNAD) [National Home Sampling Research] over the years 2002 to 2011. The purpose of the search was to identify and analyze the most important changes to labor market dynamics, specifically regarding work formality, on these regions, having as leading discussion the relation between wage earning and citizenship in Brazil. The results show similarities among the three regions concerning the path of changes in those places, demonstrating the extent of national policies that resulted in an increase of salaried workers as well as worker education and income. However, it also demonstrated the maintenance of discrepancies between the results from Fortaleza metropolitan region and those from Belo Horizonte and Porto Alegre metropolitan regions, using the same standards. A large work position offer in Fortaleza metropolitan region was discovered, but consisted preponderantly of informal occupations with the lowest salary of the three regions. Informal labor persistency over the years in metropolitan regions was also proven by the analysis of worker moving patterns, from those who had just joined the market as well as from those who were already working during the reference period and changed their job. The results also pointed out to a wide modification of metropolitan work labor pyramid foundation, showing an increase in transitions between formal occupations in 2011 rather than the same transition dynamic seen in 2002, when those occurred mostly between informal occupations. The pattern changes evince the formalization process that took place over that period pointing out to considerable influence from the increase of formally employed workers among the working population, provided that the flow from informality to formality was smaller than the rise itself. The conclusion is that the process of work formalization has advanced in the period, but informality is being maintained by a continuous flow, whether from the increase of workers in informal positions, whether from the displacement of previously formally working laborers to informal positions.

Keywords: Job. Wage Earning. Formal Labor. Informal Labor.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) .....	77
FIGURA 2 – Mapa da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) .....	86
FIGURA 3 – Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza (CE) .....	94

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Modelo logístico binomial para a chance de formalização em relação à informalização/permanência – Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte - 2002 ..... 124

QUADRO 2 – Modelo logístico binomial para a chance de formalização em relação à informalização/permanência – Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte - 2011 ..... 125

QUADRO 3 – Modelo logístico binomial para a chance de começar a trabalhar em ocupação formal – Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte - 2002 .... 127

QUADRO 4 – Modelo logístico binomial para a chance de começar a trabalhar em ocupação formal – Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte - 2011 .... 129

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Posição ocupada pelas capitais entre os 100 maiores municípios, em relação ao PIB e participação relativa, segundo os municípios – 2000 e 2010 .....	72
TABELA 2 – Crescimento da população em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA), população ocupada (PO) e taxa de ocupação (TO), segundo a região metropolitana.....	73
TABELA 3 - Distribuição dos trabalhadores das regiões metropolitanas por ano, segundo a posição na ocupação - 2002 e 2011 (%).....	74
TABELA 4 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais por ano, segundo a região metropolitana - 2002 e 2011 (%).....	75
TABELA 5 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupamento de atividades – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%).....	80
TABELA 6 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo os grupos ocupacionais – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011(%).....	81
TABELA 7 - Distribuição dos trabalhadores por ano e sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%).....	82
TABELA 8 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupamento de atividades – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%).....	89
TABELA 9 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo os grupos ocupacionais – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011(%).....	90
TABELA 10 - Distribuição dos trabalhadores por ano e sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%).....	91
TABELA 11 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupamento de atividades – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%).....	98
TABELA 12 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo os grupos ocupacionais – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011(%).....	99
TABELA 13 - Distribuição dos trabalhadores por ano e sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%).....	100
TABELA 14 - Distribuição dos trabalhadores por região metropolitana e ano, segundo a posição na ocupação – 2002 e 2011 (%).....	102
TABELA 15 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais por região metropolitana e sexo, segundo o rendimento mensal – 2002 (%).....	112

TABELA 16 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais por região metropolitana e sexo, segundo o rendimento mensal – 2011 (%).....	113
TABELA 17 – Distribuição dos trabalhadores ocupados por ano e região metropolitana, segundo a movimentação no ano de referência – 2002 e 2011 (%).....	116
TABELA 18 – Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza por ano, segundo a transição entre ocupações - 2002 e 2011 (%).....	117
TABELA 19 – Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência, por posição na ocupação de destino e ano, segundo a posição na ocupação de origem e ano na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%).....	118
TABELA 20 - Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência, por posição na ocupação de destino e ano, segundo a posição na ocupação de origem e ano na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%).....	120
TABELA 21 - Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência, por posição na ocupação de destino e ano, segundo a posição na ocupação de origem e ano na Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%).....	121
TABELA 22 – Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência por ano e região metropolitana, segundo a transição entre ocupações - 2002 e 2011 (%)..	123
TABELA 23 - Distribuição dos trabalhadores que começaram a trabalhar no ano de referência por região metropolitana e ano, segundo a posição na ocupação – 2002 e 2011 (%).....	127

## LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CBO – Código Brasileiro de Ocupações

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNRURAL – Fundo de Assistência Rural

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PO – População Ocupada

PREALC – Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe

PRODETUR-NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TO – Taxa de Ocupação

USIMINAS – Usina Siderúrgica de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>1 SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO E OUTRAS FORMAS .....</b>	<b>35</b>
1.1 Trabalho assalariado e cidadania na modernidade .....	36
1.2 Assalariamento e informalidade em contexto de desigualdade social .....	40
1.3 Processo de assalariamento e informalidade do trabalho no Brasil .....	48
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>63</b>
<b>3 MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS .....</b>	<b>71</b>
3.1 A Região Metropolitana de Belo Horizonte .....	75
3.2 A Região Metropolitana de Porto Alegre .....	84
3.3 A Região Metropolitana de Fortaleza.....	93
3.4 O trabalhador informal nas três regiões metropolitanas .....	101
3.4.1 <i>O trabalhador por conta própria</i> .....	102
3.4.2 <i>O empregado sem carteira de trabalho assinada</i> .....	104
3.4.3 <i>Outros trabalhadores informais</i> .....	108
3.5 Síntese das similaridades e diferenças entre as regiões metropolitanas .....	109
<b>4 A MOVIMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES METROPOLITANOS.....</b>	<b>115</b>
4.1 Os fluxos de trabalhadores em dois momentos.....	115
4.1.1 <i>Deslocamentos e transições entre a formalidade e a informalidade</i> .....	117
4.1.2 <i>Os trabalhadores que começaram a trabalhar e a formalização</i> .....	127
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE A – Tabelas Secundárias .....</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho ocupa grande parte da vida das pessoas, pois a necessidade de cada um prover sua própria sobrevivência implica, no capitalismo, a contribuição da produção individual ao sistema. Assalariados ou não, quase todos os indivíduos tornam-se parte da população economicamente ativa (PEA) e entram na dinâmica do mercado de trabalho e suas regras. Mas tanto o trabalho, em suas diversas formas, quanto o mercado de trabalho vão muito além da dimensão econômica. As relações do mundo do trabalho constituem importantes meios de integração social e guardam diversos significados. No capitalismo, o cenário em que tais relações acontecem é o mercado de trabalho e os modos de inserção social nesse espaço, através das ocupações, refletem a estrutura hierárquica das sociedades.

As transformações do capitalismo, em escala global, e seus desdobramentos nos contextos regionais trazem grandes desafios teóricos e metodológicos para os estudos sobre o trabalho. O avanço tecnológico impulsiona o desenvolvimento de processos produtivos cada vez mais independentes de mão de obra, sobretudo nos setores primário e secundário. As novas tecnologias de produção e de gestão avançam remodelando as ocupações e as relações de trabalho, de modo que o mundo do trabalho se mostra ainda mais heterogêneo, tanto pela profusão de atividades do terciário, quanto pelas diversas formas de contratos possíveis entre organizações e trabalhadores. Nesse debate emerge, também, uma velha questão referente à particularidade da formação do mercado de trabalho na América Latina, a informalidade.

Os países da América Latina tiveram processos fragmentados e incompletos de desenvolvimento econômico e político e o Brasil não foi exceção. O mercado de trabalho no País se desenvolveu de modo desigual e o assalariamento formal não chegou a se consolidar como o modelo preponderante de relação de trabalho em todas as suas regiões. Grande parte da PEA brasileira trabalha em atividades não reguladas, seja como assalariado sem carteira, seja como trabalhador por conta própria, dois grupos que constituem os maiores contingentes de trabalhadores informais do País.

Esta tese analisa as mudanças ocorridas no trabalho informal metropolitano no Brasil, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2002 e 2011. O estudo foi desenvolvido por meio da comparação entre as características da população ocupada das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre nos dois momentos, de modo a possibilitar a identificação de mudanças na dinâmica dos mercados de trabalho quanto ao processo de formalização. Em função da representatividade dessas grandes áreas urbanas, a pesquisa desenvolveu uma análise comparativa entre as três

regiões metropolitanas, localizadas em áreas distintas do país, abrangendo o Nordeste, o Sudeste e o Sul. Os anos de 2002 e 2011 foram escolhidos tendo como critério abranger um período de crescimento econômico e de formalização do mercado de trabalho. O primeiro ano apresenta os piores resultados da década, quanto ao desempenho do mercado de trabalho, influenciados pelos acontecimentos da década anterior e o último ano reflete os resultados ao longo da década.

O período entre 2002 e 2011 trouxe uma série de alterações significativas para o mercado de trabalho brasileiro. A criação de grande número de empregos com carteira alterou a proporção entre trabalho formal e informal. Conforme os dados do Censo 2000, os empregados com carteira representavam 42,1%<sup>1</sup> da população ocupada naquele ano. Em 2010 esse número subiu para 50,6% no país. De acordo com Pochmann (2012), houve uma grande alteração na base da pirâmide social brasileira, com o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho, via “[...] expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal [...]”, juntamente com a “[...] elevação do valor real do salário mínimo e transferência de renda”. (POCHMANN, 2012, p.10).

Tendo em vista essa dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro, a questão que se coloca como guia para esta tese diz respeito à persistência e magnitude do trabalho informal. Ou seja, as melhorias observadas na base da pirâmide do mercado de trabalho contribuíram para a redução das desigualdades entre os trabalhadores brasileiros?

Assim, delinea-se a tese desta pesquisa, segundo a qual, a informalidade do trabalho prossegue, aliada à desigualdade social, como um fenômeno persistente no país, mesmo em contexto de desenvolvimento econômico. Na base do mercado de trabalho brasileiro como um todo, onde está a maioria dos trabalhadores, eles podem se alternar nas condições de formal e informal ou mesmo se encontrarem nas duas situações, simultaneamente. Mas os trabalhadores mais pobres entre os pobres encontram-se na informalidade, ainda que haja situações diferenciadas, sobretudo no que diz respeito à formação escolar e ao grau de qualificação, o que pode definir formas distintas de inserção entre eles. Nesse sentido, mesmo que todos os trabalhadores informais possam ser considerados desprotegidos, uns o são mais do que os outros.

Cardoso (2013) questiona a dualidade do conceito de informalidade e argumenta que grande parte da população trabalhadora brasileira vive em um ambiente “rarefeito” das

---

<sup>1</sup> Incluindo militares, funcionários públicos estatutários e domésticos com carteira.

relações de trabalho, no qual é comum a alternância entre as ocupações formais e informais, enquanto outra parte nunca teve ou mesmo terá uma ocupação formal. Oliveira (1972; 2003) também questiona a validade do conceito de informalidade para análise da questão do trabalho no país por seus vários e distintos significados. Esses autores reforçam o argumento, segundo o qual, o conceito de informalidade apresentaria pouca especificidade e profundidade e, por isso, perderia em capacidade de explicação.

Porém, o mercado de trabalho brasileiro segue marcado pela desigualdade e um de seus pontos mais críticos, embora não seja o único, é a diferença de condições entre aqueles que estão e aqueles que não estão inseridos formalmente na estrutura do estado e do mercado. Os trabalhadores formais, mesmo aqueles de baixa renda, se encontram mais protegidos que os informais, uma vez que têm seus direitos regulamentados pela legislação trabalhista. Os informais não contam com esse mínimo de proteção, ficando por sua própria conta e risco no mercado de trabalho, portanto, mais vulneráveis às situações de instabilidade econômica e aos problemas de toda natureza. Nas palavras de Cardoso Jr. (2007, p.8), a precariedade ou mesmo a ausência “[...] dos mecanismos de proteção social conferidos pelo Estado a boa parte de seus cidadãos tende a transferir aos âmbitos familiar e individual a responsabilidade pela sobrevivência numa sociedade marcada por uma crescente redundância do trabalho vivo”. Desse modo, mesmo que o conceito de informalidade seja limitado, ainda mostra-se válido e eficaz na identificação e análise dos aspectos inerentes à realidade de grande parte dos trabalhadores brasileiros.

O conceito de trabalho informal utilizado nesta tese refere-se, portanto, a um modo determinado de inserção no mercado de trabalho, caracterizado pela responsabilidade do próprio trabalhador em prover os meios para o seu sustento, uma vez que ele não apresenta vínculo formal a um empregador. Essa ausência de vínculo também vem acompanhada, em geral, da ausência de proteção do estado, o que caracteriza uma “desfiliação”, para usar o termo de Castel (2008). Tal aspecto constitui o ponto central do conceito de informalidade do trabalho, marcando a posição e a condição do indivíduo na sociedade, bem como o papel do estado nesse contexto e sua responsabilidade para com o indivíduo. Sendo assim, o conceito operacional de trabalho informal utilizado nesta pesquisa diz respeito ao que é executado sem vínculo contratual entre trabalhador e empregador, compreendendo as posições de empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador por conta própria, trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso.

Para analisar o trabalho informal no Brasil, é necessário considerar as diferenças entre os contextos rural, urbano e urbano metropolitano. De acordo com dados do Censo de 2010, percebe-se que esse fenômeno se apresenta como um problema mais expressivo e persistente nas áreas rurais, uma vez que os trabalhadores informais representam 78,7% da população rural ocupada e a queda do trabalho informal na última década foi menor nessas regiões do que nas áreas urbanas. No entanto, a população rural vem decrescendo ao longo de várias décadas e, em 2010, representava apenas 15,6% do total da população brasileira. No movimento inverso, a população urbana cresceu significativamente, o que fez do Brasil um país predominantemente urbano e significativamente metropolitano.

As regiões metropolitanas brasileiras concentram, atualmente, um grande número da população ocupada do país. De acordo com dados da PNAD de 2011, considerando apenas nove regiões metropolitanas, elas concentram 35% da população urbana brasileira. As atividades econômicas nessas regiões atraem grande parte da força de trabalho do país e concentram uma população ocupada com quase 28 milhões de trabalhadores, o que representa 29,8% da população ocupada brasileira. Além do peso das regiões metropolitanas quanto ao tamanho de sua população e da concentração de empresas, há dois aspectos que também contribuem para a especificidade do trabalho informal nesse contexto. O primeiro aspecto é o da participação menor dos trabalhadores informais nessas regiões (37,6% da população ocupada), em comparação com os urbanos em geral, não metropolitanos (42,1%). Outro aspecto que diferencia o contexto metropolitano dos demais é uma queda maior da informalidade na última década, conforme dados da PNAD de 2011, em comparação com 2002. O maior dinamismo econômico dessas regiões as deixa mais suscetíveis às mudanças, sejam elas alterações no sentido de crescimento ou de crise. Assim, o mercado de trabalho metropolitano mostra-se como local privilegiado de observação das relações sociais, em especial das diferenças, deslocamentos e mudanças entre as posições ocupadas pelos trabalhadores.

Tendo em vista tal dinâmica, o objetivo geral desta tese foi analisar as mudanças ocorridas nos mercados de trabalho de três regiões metropolitanas brasileiras, quanto ao processo de formalização, comparando as características dos seus trabalhadores e suas movimentações nos anos de 2002 e 2011.

Esta tese se estrutura a partir de duas hipóteses de pesquisa. A primeira diz respeito às mudanças decorrentes do desenvolvimento econômico e das políticas sociais dos últimos anos que poderiam ter alterado a dinâmica da informalidade do trabalho de duas formas. A forma predominante seria através do aumento da PEA e da população ocupada, ou seja, que teria

havido um intenso movimento de pessoas que começaram a trabalhar em ocupações formais no período. Outra forma diz respeito à transição de trabalhadores de postos informais para formais, movimento que teria ocorrido em menor intensidade.

A segunda hipótese é a de que grande parte dos trabalhadores informais que permaneceram na informalidade apresenta baixa escolaridade, fator que dificulta a entrada no mercado formal. Nesse sentido, os trabalhadores poderiam conseguir, através do trabalho informal, uma renda melhor do que aquela que teriam no emprego ao seu alcance. Pelos mesmos motivos, continuaria ocorrendo uma entrada de jovens trabalhadores na informalidade. Assim sendo, considerando a escolaridade como fator determinante na obtenção de um emprego formal, as maiores taxas de permanência e de entrada no trabalho informal teriam sido registradas nas regiões metropolitanas com menor escolaridade.

Os dados referentes ao período entre 2002 e 2011 apontam o desempenho positivo do mercado de trabalho, tanto na geração de empregos formais, quanto no aumento da renda dos trabalhadores. Nesse sentido, faz-se importante investigar as características das ocupações formais e informais da base da pirâmide, pois elas remetem aos locais onde o mercado de trabalho se mostrou mais dinâmico no período.

A partir das hipóteses foram delineados os objetivos específicos que orientaram a análise empírica. Atendendo à primeira hipótese, buscou-se caracterizar e comparar a dinâmica dos mercados de trabalho nas três regiões metropolitanas, identificando as principais alterações ocorridas entre 2002 e 2011, destacando-se aquelas referentes ao perfil sociodemográfico dos seus trabalhadores. O segundo objetivo específico referente a essa hipótese consiste em identificar e caracterizar os trabalhadores que saíram da informalidade, bem como os postos de trabalho ocupados por eles na formalidade. O terceiro objetivo referente à dinâmica do mercado de trabalho é a identificação e análise dos movimentos dos trabalhadores entre ocupações formais e informais. Quanto à segunda hipótese, buscou-se identificar, caracterizar e analisar o perfil dos trabalhadores que estavam e permaneceram no mercado de trabalho, principalmente em ocupações informais, bem como daqueles que iniciaram trabalho no período.

A opção pela utilização dos microdados da PNAD justifica-se, principalmente, por sua abrangência e seu conteúdo. Realizada anualmente desde a década de 1960, a pesquisa abrange nove regiões metropolitanas brasileiras e compreende um grande número de informações socioeconômicas, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. O tratamento dos dados foi realizado com o uso do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

A tese é composta por quatro capítulos, além desta introdução e das conclusões. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórico-conceitual sobre o trabalho e sua forma predominante no mundo contemporâneo, o assalariamento, e sua relação com o desenvolvimento da cidadania. Esse capítulo também desenvolve os principais aspectos do processo de constituição do mercado de trabalho brasileiro dentro do contexto de modernização do país, enfatizando a persistência da informalidade do trabalho. O segundo capítulo descreve a metodologia adotada pela pesquisa e discute suas vantagens, desafios e limitações. O terceiro capítulo apresenta as características centrais dos mercados de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras e, em especial, das três regiões escolhidas, trazendo uma análise das principais alterações ocorridas no período, com ênfase nos grupos de trabalhadores informais. O quarto capítulo analisa as movimentações dos trabalhadores quanto aos fluxos de deslocamentos entre ocupações e os fluxos de entrada de trabalhadores na população ocupada, nos dois períodos de referência, comparando-se por região metropolitana. O último capítulo traz as conclusões do estudo.

## 1 SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO E OUTRAS FORMAS

Este capítulo aborda, em linhas gerais, o significado adquirido pelo trabalho na modernidade em sua forma típica, o assalariamento, e discute o processo de formação e desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, ressaltando a origem e permanência da informalidade ao longo do tempo.

Ao se questionar a importância do trabalho na vida do ser humano, há que se atentar para o significado atribuído a essa categoria de análise tão cara às ciências sociais. Então, faz-se necessária a pergunta: qual trabalho?

Para Lukács, o trabalho é a categoria que faz a mediação entre o ser social e a natureza e, nesse sentido, funda o mundo dos homens. Nessa abordagem, é através do trabalho que o homem produz e reproduz sua vida, tanto no sentido material quanto no social, uma vez que é no ato de trabalhar que o homem atua sobre a natureza, eliminando barreiras e produzindo objetos que são previamente idealizados em resposta às exigências impostas pela realidade. (ORGANISTA, 2006)

Ao refletir sobre a trajetória do trabalho, Hannah Arendt (1997) questiona a própria condição humana como aquela que compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Como seres condicionados, tudo aquilo com o qual o homem entra em contato torna-se condição de sua existência. Nesse sentido, o trabalho tem um papel fundamental na transformação das condições do mundo, ao alterar o ambiente natural e produzir um mundo de coisas, sendo assim uma atividade correspondente ao artificialismo da existência humana.

O trabalho apresenta significados distintos conforme a cultura e, como um conceito dinâmico, se modificou com o passar do tempo, dentro do processo de mudanças dos modos de produzir e viver nas diversas sociedades. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, o trabalho passou a ocupar um lugar central como fonte de produção de riqueza, tendo por base a divisão intensiva de tarefas e o assalariamento. As grandes mudanças ocorridas nos séculos XVIII e XIX trouxeram não somente uma transformação das atividades compreendidas como trabalho, mas também novos significados e valores atribuídos a elas. Para Castel (2008), a grande descoberta que o século XVIII promoveu foi a da necessidade da liberdade de trabalho. A partir desse momento, o trabalho passou a ser “[...] uma mercadoria vendida em um mercado que obedece à lei da oferta e da procura [...]”, o que muda a base do próprio mundo do trabalho. (CASTEL, 2008, p.250).

A valorização do trabalho não significou, contudo, a valorização do trabalhador na mesma proporção. Embora o assalariamento tenha se destacado, nesse processo, o avanço do capitalismo em diferentes momentos e contextos alimentou modelos distintos de relações de trabalho. Outras formas de trabalhar persistiram dividindo espaço com o assalariamento dentro do mercado de trabalho. Além disso, o trabalhador assalariado também apresentou condições diferentes conforme o desenvolvimento do estado social e da cidadania nas sociedades.

### **1.1 Trabalho assalariado e cidadania na modernidade**

As grandes transformações, dentro das quais se inseriu o trabalho, remetem às origens da era moderna. Como uma categoria dinâmica do mundo social, o trabalho sofreu modificações, ao longo do tempo, tanto em suas formas quanto em seus significados.

A interpretação de Arendt (1997) traz a distinção entre trabalho e labor, destacando a passagem de um a outro no mundo moderno. Para ela, originalmente, o labor corresponde ao próprio processo biológico do corpo humano e suas necessidades vitais, ou seja, compreende as atividades que asseguram a vida da espécie e, portanto, não tem fim. O trabalho tem outro sentido, pois ele se refere à produção de algo e compreende um processo “[...] que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum das coisas [...]”. (ARENDR, 1997, p.109). Segundo a autora, enquanto a condição humana do labor é a própria vida, a do trabalho é a “mundanidade”. Contudo, tal distinção passa a não mais existir na modernidade, uma vez que a divisão do trabalho e a ascensão da sociedade de massas transformaram o trabalho em labor, ou seja, em atividade incessante e vital. Assim sendo, para Arendt (1997, a era moderna teria glorificado, teoricamente, o trabalho, o que acabou resultando na transformação de toda a sociedade em uma sociedade operária.

Analisando o processo de transformação do trabalho ao longo do tempo, Castel (2008, p.21) afirma que antes da era industrial o assalariamento era visto como algo degradante, situação de quem se encontrava “[...] sob o domínio da necessidade [...]”, como o “[...] artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimentava mais, o aprendiz que não conseguia chegar a mestre.” O autor acrescenta que na sociedade pré-industrial existiram várias situações de assalariamento que se encontravam entre o trabalho forçado e o regulado, mas ainda não permitiam a constituição da condição salarial. Somente nos séculos XVII e XVIII ocorre uma mudança na concepção do trabalho “[...] que não é mais só um dever que responde a exigências religiosas, morais ou mesmo econômicas. O trabalho torna-se fonte de toda

riqueza, e, para ser socialmente útil, deve ser repensado e reorganizado a partir dos princípios da nova economia política.” (CASTEL, 2008, p.213).

Para Weber (1905), o novo tipo de trabalho, livre e assalariado, que constitui a base da organização capitalista racional, guarda uma ética peculiar que estabelece tais atividades como um dever. Um novo *ethos* foi construído, segundo o autor, sob a influência do protestantismo ascético, dentro do qual o trabalho era o instrumento maior da atividade constante dos homens para a glorificação de Deus e, visto desse modo, passa a constituir a própria finalidade da vida. Weber argumenta que a ascese protestante não se limitou a aprofundar um ponto de vista, já presente em outras religiões, do trabalho como atividade agradável a Deus, pois ao ultrapassar as fronteiras dos mosteiros, o ascetismo passou a contribuir para a formação da ordem econômica moderna, produzindo “[...] uma norma, que sozinha, bastou para torná-la eficiente: a da sua sanção psicológica através da concepção do trabalho como vocação, como meio excelente, quando não único, de atingir a certeza da graça.” (WEBER, 1905, p.128).

Esse processo marca o nascimento de uma nova atitude em relação ao mundo, um novo racionalismo. Souza (2000) afirma que a noção de trabalho como um caminho de salvação é revolucionário em dois sentidos. O primeiro diz respeito ao que o autor denomina de inversão valorativa de 180 graus, uma vez que as atividades práticas passam a ser valorizadas em detrimento da atividade contemplativa, implicando também, a deslegitimação da hierarquia tradicional. O segundo sentido se refere ao fato de que o direito à cidadania passou a ser vinculado ao trabalho.

Portanto, o trabalho ganhou centralidade à medida que o capitalismo avançava, reafirmando os valores da burguesia em uma sociedade voltada para a produção. O trabalho percorreu, assim, um longo caminho desde a época em que as atividades que ele compreendia eram mal vistas, passando pela configuração do assalariamento da era industrial e da produção em massa até a crise do emprego da sociedade contemporânea. Esse processo, que o tirou da condição de atividade sem qualquer valor e que o colocou no centro da sociedade, somente foi possível através da consolidação de uma ética específica. Para Souza (2010), como um sistema ou forma de produção sem relação com fins ou necessidades humanas, o capitalismo moderno precisou se tornar aceitável, ou seja, se justificar. O autor afirma que a economia não se legitima a si própria e o capitalismo precisou fazer com que as pessoas acreditassem e se empenhassem naquilo que faziam. Para realizar tal intento, alguma forma de justificação moral se fez indispensável. Assim, com a queda do prestígio das justificações

religiosas, a “[...] justificação moral do capitalismo passa a se vincular à noção de bem-estar definida como produto do progresso material.” (SOUZA, 2010, p.28).

Portanto, o século XVIII trouxe, no bojo das muitas transformações econômicas e tecnológicas, a transformação do *status* do trabalho, tornado naquele momento um valor para o homem moderno e uma categoria central de análise da nova sociedade capitalista industrial. Segundo Organista (2006, p.29), “[...] é no momento em que o capitalismo começa a se impor como modo hegemônico de produção que o trabalho passa a ser revestido do sentido que lhe confere sua dupla face: direito e dever.”

Com a constituição do estado nacional e a consolidação de direitos, o trabalho ganhou uma dimensão ainda maior. As mudanças econômicas, políticas e sociais proporcionaram o avanço do processo de expansão da cidadania, através da constante incorporação de novos direitos a uma população cada vez maior.

Embora o conceito de cidadania seja bastante antigo, conforme afirma Silva (2008), em sua concepção moderna, considerada como um produto das mudanças geradas pelas revoluções francesa e industrial e, “[...] definida como *status*, está associada ao pertencimento às coletividades políticas modernas [...]” e “[...] pode também ser concebida como integração social, sendo, portanto, de natureza sociológica” (SILVA, 2008, pp.54-5).

A cidadania como um “[...] *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade [...]” é o conceito utilizado por T. H. Marshall (1967, p.76) na análise do processo histórico inglês. Para o autor, não existe um princípio universal que determine o que são ou devem ser os direitos e obrigações, mas são as sociedades que “[...] criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida.” (MARSHALL, 1967, p.76). O autor divide o conceito de cidadania em três partes: civil, política e social. Segundo ele, a partir do século XVIII, cada grupo de direitos se desenvolveu com relativa autonomia através de suas instituições específicas. Em sua definição, os direitos civis são aqueles “[...] necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça.” (MARSHALL, 1967, p.63). Os direitos políticos são aqueles que compreendem a participação no exercício do poder político como representante dessa autoridade ou como eleitor, e os direitos sociais referem-se ao bem-estar econômico e à participação “na herança social”. As instituições mais diretamente associadas aos direitos civis são os tribunais de justiça; aos direitos políticos, são o parlamento e conselhos do governo local e, aos direitos sociais, o sistema educacional e os serviços sociais.

Na análise de Marshall (1967), as classes sociais têm centralidade, uma vez que ele considera a cidadania como um princípio de igualdade e a estrutura de classes um princípio de desigualdade. Para o autor, somente a partir do final do século XIX houve um crescente interesse “[...] pela igualdade como um princípio de justiça social e uma consciência do fato de que o reconhecimento formal de uma capacidade igual no que diz respeito a direitos não era suficiente.” (MARSHALL, 1967, p.83). Segundo o autor, com a incorporação dos direitos sociais ao *status* da cidadania, seu objetivo, de redução das diferenças de classe, adquiriu um novo sentido.

Lautier (1993, p.43) enfatiza que, na história da Europa Ocidental, foi “[...] a integração dos assalariados nos três níveis de cidadania que se constituiu em motor de instauração [...]” de uma cidadania plena. Para Silva (2008), a noção de cidadania está na base do Estado de bem-estar social e este constituiu a resposta encontrada por muitos países para administrar a tensão entre as lógicas do social e do mercado, buscando um ponto de equilíbrio “[...] capaz de proteger a sociedade dos efeitos destruidores do mercado e, ao mesmo tempo, de conter o ímpeto socializante das reivindicações dos trabalhadores.” (SILVA, 2008, p.69).

Foi através da trajetória da cidadania social que ocorreu o entrelaçamento entre as categorias trabalho, emprego e direito ao trabalho, conforme Silva (2008). O autor afirma que a ideia de cidadania social está associada ao surgimento de uma esfera social diferenciada, processo chamado por Arendt (1997) de ascensão do social. É no centro desse processo de ascensão do social que se encontra a noção moderna de trabalho. Somente após um longo processo de transformação, em cujo bojo emerge tanto a moderna noção de trabalho como a figura do trabalhador assalariado, que se pode falar da relação entre trabalho e cidadania. Dito de outro modo, “[...] historicamente, o sujeito típico da cidadania social é o cidadão-trabalhador, tanto como pagador de impostos quanto como recebedor de serviços.” (SILVA, 2008, p.82).

A promoção da condição salarial somente se efetivou com o acoplamento da seguridade e do trabalho. Nesse processo, o reconhecimento de direitos do trabalhador assalariado dentro do contexto de redefinição do papel do estado constituiu o fator fundamental da mudança. Conforme Castel (2008), seguridade e trabalho tornam-se “[...] substancialmente ligados porque, numa sociedade que se reorganiza em torno da condição de assalariado, é o estatuto conferido ao trabalho que produz o homólogo moderno das proteções tradicionalmente asseguradas pela propriedade.” (CASTEL, 2008, p.387).

Portanto, o avanço do modelo do estado de bem-estar social, ainda que em contextos diferentes, consolidou o conceito de cidadania associada ao trabalho ou, mais claramente, ao

emprego. Nos contextos em que o estado de bem-estar social não se efetivou, ou não se consolidou inteiramente, o desafio de um mercado de trabalho extremamente heterogêneo já estava posto desde o início de seus processos de modernização, uma vez que outras formas de trabalho predominavam sobre o assalariamento formal. A reestruturação do capitalismo ao final do século XX contribuiu para o aumento dessa heterogeneidade, gerando formas diversas de relações de trabalho, mesclando à velha realidade novos problemas e desafios. No centro dessa discussão encontra-se o trabalho informal em suas variadas atividades, desde aquelas mais tradicionais associadas ao trabalho doméstico e ao comércio ambulante, até as mais recentes ligadas à expansão do terciário da área tecnológica. Essa questão constitui um dos temas centrais do debate sobre o trabalho contemporâneo.

## **1.2 Assalariamento e informalidade em contexto de desigualdade social**

O processo de assalariamento não se desenvolveu do mesmo modo em todos os países que se industrializaram. O capitalismo adquiriu características distintas nas diversas regiões, conforme as suas condições de modernização. Enquanto nos países capitalistas centrais o assalariamento formal se consolidou, em outros ele avançou de modo mais frouxo e, em outros, se manteve como exceção. Nessa relação, as formas não contratuais de trabalho também se desenvolveram de diferentes maneiras. Nos países desenvolvidos essas formas significaram resquícios da sociedade salarial, enquanto naqueles mais pobres constituíram a regra, sendo responsáveis por parte relevante da dinâmica dos seus mercados. Nesses contextos, os mercados de trabalho se desenvolveram de forma desigual e heterogênea, marcados por um grande número de trabalhadores atuando na informalidade.

As particularidades do mercado de trabalho das regiões menos desenvolvidas vêm sendo estudadas desde a década de 1960, em diversas abordagens. De acordo com Cacciamali (2011), em 1969 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou o Programa Mundial de Emprego, cujo foco era os países periféricos que tiveram crescimento econômico acelerado após a segunda guerra mundial. Esse trabalho identificou aspectos comuns entre os mercados desses países, tais como:

[...] elevação da concentração de renda, absorção insuficiente de mão de obra pelo setor industrial com relação à oferta de trabalho, destruição de formas tradicionais de produção, alta migração do campo para a cidade, disparidade salarial elevada entre trabalho qualificado e não qualificado, e excedente de mão de obra que se autoempregava e/ou se encontrava subocupado,

desempregado ou sobrevivendo por meio de mecanismos de assistência social públicos ou privados. (CACCIAMALI, 2011, p.16).

Nos anos de 1970 as realidades de países africanos, com grande parcela da sociedade alijada do mercado de trabalho formal, chamaram a atenção de maior número de estudiosos. No debate engendrado naquele momento, a expressão “setor informal” foi cunhada pelo antropólogo Keith Hart e divulgada em estudos da OIT. Segundo Núñez Castrejón e Gómez Chiñas (2008), o estudo de Hart se apoia na coexistência de um capitalismo urbano dinâmico, produtivo e eficiente, com outro rural de subsistência. Nessa abordagem, os trabalhadores rurais que migravam para o meio urbano somente conseguiam se inserir em atividades de autoemprego, denominadas por Hart de “setor informal”. Conforme os autores, sendo construído em oposição ao “setor formal”, o conceito de informalidade permaneceu sem uma definição concreta.

Considerando o trabalho de Hart como a grande referência no debate sobre a informalidade, Barbosa (2011) afirma que ele é pouco compreendido e contesta algumas críticas que foram dirigidas a ele, em especial a de que apresenta uma visão dualista. Conforme o autor, Hart antecipou muitas questões que pautariam o debate ao longo das décadas seguintes, como “[...] a complexa relação entre informalidade e pobreza; a inexistência de completa identificação entre atividades informais e baixa produtividade; e o potencial do setor informal em termos de geração de empregos.” (BARBOSA, 2011, p.112). Ainda na análise de Hart, a hipótese da transição da situação de informalidade, predominante na periferia capitalista, para o pleno emprego aparece como absurda, uma vez que o trabalho informal é parte constitutiva dessa realidade.

Percebendo a grande diversidade de atividades e condições compreendidas pela informalidade, Hart propôs, segundo Barbosa (2011), uma tipologia de atividades e papéis encontrados na estrutura urbana, composta por três “setores”. Um primeiro setor que compreende os assalariados formais e aposentados; um segundo com as atividades informais, mas legais; e um terceiro que abrange atividades consideradas ilegais, dependendo do contexto.

O debate sobre a informalidade se expandiu com o Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC), que o caracterizava, conforme Ramos (2007, p.119), como aquela pequena propriedade familiar de baixa produtividade, que utiliza recursos locais, “tecnologias trabalho-intensivas”, atua “em mercados concorrenciais e não-regulamentados” cuja “aquisição de qualificações e padrões tecnológicos” ocorrem “à margem dos circuitos oficiais.” Nessa abordagem, conforme o autor, o informal é definido,

basicamente, como um “setor” que é composto por trabalhadores por conta própria e a unidade de análise passou a ser a empresa. Segundo Tokman, um dos principais representantes do PREALC, foram identificados três grandes grupos que compõem o chamado “setor” informal: “[...] os autônomos que não são nem profissionais ou técnicos, o trabalho doméstico e os trabalhadores e empregadores com empresas com até cinco trabalhadores”. (TOKMAN apud BARBOSA, 2011, p.137).

Para Barbosa (2011), as análises de Victor Tokman têm como diferencial a tentativa de identificar as relações entre os “setores” formal e informal, sendo que a informalidade é vista como produto de expressão das atividades modernas, integrada ao “setor” formal. Mas o autor acrescenta que, nessa abordagem, diferentemente de algumas análises anteriores da OIT, “[...] a segmentação do mercado não é entendida como uma distorção, mas sob o ângulo específico da evolução do capitalismo periférico, cuja modernização não se irradia para o conjunto do tecido produtivo.” (BARBOSA, 2011, p.134).

Enquanto a abordagem do PREALC afirma a necessidade de maior eficácia na intervenção do estado na melhoria das condições de vida das populações mais pobres, propondo políticas de apoio ao setor informal, as análises do economista peruano Hernando De Soto, na década de 1980, apontam no sentido oposto. Com uma vertente bem distinta daquelas desenvolvidas no âmbito da OIT, De Soto afirma que as causas da informalidade residem na regulação excessiva do estado que, portanto, deve ser reduzida de modo a possibilitar que tais atividades possam concorrer livremente no mercado. Para ele, a maioria da população peruana é constituída por empresários emergentes, ainda que fora do mercado formal, e a minoria por empregados assalariados. O autor acrescenta que os empresários informais foram oprimidos pelos governos do país, ao longo do século XX, e, por isso, rejeitam o sistema formal que, para ele, precisa ser reformado para que tais empresários possam prosperar. (NUÑEZ CASTREJÓN e GÓMEZ CHIÑAS, 2008).

Uma terceira abordagem se constituiu a partir das críticas às concepções chamadas por Francisco de Oliveira de economicistas do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O autor afirma que, apesar de bem intencionados ao denunciar as condições de vida miseráveis na região, a maior parte das análises construiu “[...] o estranho mundo da dualidade [...]”, desembocando, “[...] a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza”. (OLIVEIRA, 2003a, p.33). Para o autor, a “[...] manutenção, ampliação e combinação do padrão ‘primitivo’ com novas relações de produção no setor agropecuário [...] permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram [...]” fornecendo contingentes populacionais que formaram o “exército de reserva” das

idades, ampliando as possibilidades da acumulação industrial, e “[...] fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural”. (OLIVEIRA, 2003a, p.46). Essa é, para o autor, a base da tendência à concentração de renda na economia brasileira: a combinação do baixo preço de oferta da força de trabalho urbana com a alta produtividade industrial fomentada pela intervenção estatal.

Barbosa (2011, p.127) enfatiza que, embora tenha sido criticada como funcionalista, a tese marxista da subordinação do “setor” informal abriu “[...] espaço para se desvelar uma modalidade específica de integração entre formal e informal, característica dos países subdesenvolvidos.” Os debates entre as correntes marxista e estruturalista proporcionaram, segundo o autor, um terreno propício para uma nova perspectiva, nos anos 1980, na qual o “setor” informal passaria a ser percebido como intersticial e subordinado à dinâmica capitalista. Esse enfoque foi aprofundado por Cacciamali que concentrou sua análise nas pequenas unidades de base familiar que, para ela não se inserem de forma livre e autônoma na economia, mas intersticialmente, ou seja, em nichos criados pela economia formal. (BARBOSA, 2011).

Ainda na década de 1980, o conceito de informalidade ultrapassou os limites do debate no âmbito da OIT e se generalizou. Para Barbosa (2011), desenvolveu-se outra abordagem, sem parentesco com a noção de subdesenvolvimento e situada, segundo ele, no campo neomarxista e institucionalista, a partir das contribuições de Alejandro Portes e Manuel Castells. Na abordagem desses autores, a informalidade passa a ser vista como um processo em curso no contexto de imposições de flexibilidade do novo padrão de desenvolvimento capitalista. Ou seja, no atual modelo de organização econômica, novos vínculos entre formal e informal são estabelecidos por meio de uma intrincada teia. Contudo, Barbosa (2011) ressalta que apesar das contribuições de Portes e Castells para a percepção de fatores relevantes da nova realidade, as particularidades dos mercados de trabalho não são captadas, “[...] como se estes tivessem sido engolfados pela onda uniformizadora do capitalismo global.” (BARBOSA, 2011, p.144).

Na década seguinte, Portes e Schauffler (1993) fizeram um balanço dos principais estudos sobre a informalidade na América Latina e identificaram diversas abordagens que, para eles, trazem em comum os fatores atribuídos às suas origens, ou seja, a acelerada migração rural-urbano e a formação de um excedente de mão de obra nas cidades. A complexidade do problema gerou distintas análises e tratamentos que proporcionaram a identificação de vários de seus aspectos. Em uma abordagem mais recente, identificada pelos autores como estruturalista, desenvolveu-se uma tipologia de atividades informais que

subsidiou uma análise do fenômeno e suas relações com os outros “setores” (formais) da economia, ou seja, o informal e o formal são vistos como as duas faces de um mesmo sistema econômico. Nessa concepção, o “setor” informal é tratado quanto às suas funções de suporte à moderna acumulação capitalista e seus trabalhadores formam um novo nicho no mercado de trabalho, correspondendo a novas posições na estrutura de classes. Os estudos realizados por diversos autores<sup>2</sup> reportam à multiplicidade de arranjos entre o formal e o informal. Nessas análises, o mercado de trabalho aparece como bastante segmentado, mas as atividades informais são vistas dentro de uma dinâmica relação com as atividades formais.

Para Portes e Schauffler (1993), o informal não é visto como um fenômeno à parte ou à margem do moderno capitalismo, mas como uma característica desse modelo, seja fornecendo mão de obra em abundância e puxando os salários e os custos para baixo, seja fornecendo mercadorias e serviços baratos para a população de menor poder aquisitivo, formada em grande parte pelos trabalhadores formais.

Nesse ponto do debate sobre a informalidade, nas décadas de 1980 e 1990, Lautier (1993, p.7) identificou o que ele denominou de “[...] equívoco teórico do uso do termo setor informal [...]”, cuja raiz estaria localizada “[...] ao nível do tratamento inverso dispensado ao trabalho não assalariado e ao trabalho assalariado.” Segundo o autor, essas abordagens assumem um ponto de vista patronal, ou seja, não é “[...] de trabalho ou de trabalhadores que se fala, mas da atividade do chefe de empresa, fazendo como se a parceria Estado-empresário fosse, *a priori*, antinômica ou como se um vendedor de rua tivesse, *a priori*, uma consciência de chefe de empresa e não de trabalhador”. (LAUTIER, 1993, p.8). Nesse sentido, ele defende a necessidade de as análises partirem de uma perspectiva do trabalho assalariado e, a partir dele, posicionar e questionar o trabalho não assalariado.

As análises da década de 1990 e início de 2000 expressavam uma ampliação do conceito de informalidade decorrente do processo de reestruturação produtiva. Tais mudanças se refletiram, também, na definição de “economia informal” adotada pela OIT, em 2002. Esse conceito abarca “[...] todos aqueles trabalhadores que não estão protegidos ou reconhecidos pela lei, sofrem de um nível elevado de vulnerabilidade e carecem de seguridade no trabalho, na qualificação, em termos de renda e de representação.” (TOKMAN apud BARBOSA, 2011, p.146).

---

<sup>2</sup> Lomnitz, 1976; Birkbeck, 1978; Peattie, 1982; Beneria e Roldan, 1987; Fortuna e Prates, 1989; Lozano, 1992; Pérez-Sáinz e Leal, 1992.

Noronha (2003) chama a atenção para as possibilidades de se confundir problemas distintos na utilização de um termo que se pretende abrangente. Para ele, a informalidade do trabalho e a “economia informal” não constituem um mesmo fenômeno.

A economia ‘informal’ (não legal, isto é, não registrada como atividade econômica) só pode criar empregos ‘informais’, mas a economia formal frequentemente abre postos de trabalho ‘informais’ – empresas formais (registradas e pagadoras de impostos) frequentemente contratam todos ou parcela de seus trabalhadores sem registrá-los em carteira. (NORONHA, 2003, p.117).

O uso do termo “trabalho informal” em lugar “economia informal”, segundo Noronha (2003), pode permitir um pouco mais de precisão à análise, mas não resolve todos os problemas inerentes ao uso do par formal/informal. O autor sustenta que o debate sobre a informalidade tem avançado pouco, sobretudo porque as diversas abordagens classificam fenômenos diversos sob o mesmo conceito. Nesse sentido, a contraposição formal/informal acaba por homogeneizar o que é profundamente heterogêneo, no caso, o mercado de trabalho brasileiro com as suas diversas ocupações e relações. O autor enfatiza o trabalho informal como um problema econômico e social no Brasil, sobretudo pela sua dimensão, mas enfatiza que, “[...] em contrapartida, o trabalho formal também está fortemente enraizado no país. Aqui, o contrato de trabalho é matéria de lei, mais que de contrato coletivo.” (NORONHA, 2003, p.124).

É possível perceber, através das análises abordadas, que o fenômeno da informalidade instiga interpretações muito distintas devido às diferentes linhas interpretativas. As análises pioneiras trazem uma forte influência do marxismo, mas há também, no outro extremo, a linha influenciada pelo neoliberalismo de De Soto. As abordagens mais recentes, seja a neomarxista ou a estruturalista, destacam as relações entre o formal e o informal como uma vinculação sistemática no contexto atual do capitalismo, especialmente as análises sobre a denominada “nova informalidade”.

O conceito de “nova informalidade” surgiu a partir de um novo cenário de mudanças do capitalismo mundial dentro do qual ocorreu um processo de ampliação das atividades informais, desenvolvidas através de relações de trabalho instáveis fomentadas pelas estratégias de enxugamento e terceirização nas organizações. Tais análises indicam que o deslocamento de trabalhadores do mercado formal para o informal ou para suas fronteiras, em ocupações com pouca ou nenhuma garantia de direitos sociais, revela uma nova etapa de precarização do trabalho.

Para Neves, Jayme e Zambeli (2009), o fenômeno da “nova informalidade” se insere no processo de desregulamentação, ou de “flexibilização”, com a complementaridade entre atividades formais e informais, em que antigas formas de trabalho, antes vistas como marginais ao sistema, tornam-se fases vitais do processo, constituindo-se em nichos para os discriminados que buscam inserção no mercado de trabalho<sup>3</sup>. Filgueiras, Druck e Amaral (2004, p.215) acrescentam que esse fenômeno pode ser caracterizado “[...] pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades articuladas ou não com os processos produtivos formais ou pela presença desses trabalhadores em atividades tradicionais da ‘velha informalidade’ que são por eles redefinidas.” Dessa maneira, a “nova informalidade” é vista como um fenômeno que constitui “[...] parte orgânica da produção capitalista, apresentando-se como constitutiva da nova engrenagem produtiva.” (LEITE, 2009, p.72).

Na literatura recente, a “nova informalidade” pode aparecer tanto em contraste com uma “velha informalidade”, como também abarcando o fenômeno por inteiro em uma nova interpretação. Ou seja, nas análises que utilizam o conceito de “nova informalidade”, esse é um fenômeno que corresponde às mudanças que vêm ocorrendo mundialmente, enquanto a “velha informalidade” se refere a uma antiga condição de grande parte da população trabalhadora em países de industrialização tardia, à margem do mercado de trabalho formal. Assim, o novo conceito situa o fenômeno no bojo das grandes transformações mundiais, especialmente da reestruturação produtiva do capitalismo, entendida aqui como um movimento que compreende “[...] transformações profundas nos processos de trabalho e de produção, na estrutura das empresas, na redefinição do papel do Estado, na desregulamentação das relações entre capital e trabalho e na inovação tecnológica de base microeletrônica.” (BAUMGARTEN; HOLZAMANN, 2011, p.315).

Inserido no mesmo debate sobre a reestruturação produtiva e a decorrente desregulamentação das relações de trabalho, outro conceito utilizado é o de “trabalho atípico”, que aparece em contraposição ao assalariamento formal. Neves (2011) afirma que o “trabalho atípico” não se caracteriza somente pela “nova informalidade”, pois também inclui atividades cujos contratos não se conformam ao paradigma do assalariamento a tempo integral, estável e protegido, ou seja, são contratos de tempo parcial, temporários, terceirizados, informais, entre outras. Desse modo, o trabalho atípico refere-se tanto às atividades informais quanto às formais instáveis, que podem ou não ser legalizadas, mas sempre significando precarização.

---

<sup>3</sup> As atividades que compõem a chamada “nova informalidade” são várias ocupações informais, sobretudo de trabalhadores por conta própria, que deixam de ser marginais, uma vez que ligadas à produção capitalista.

Faz-se necessário acrescentar que o trabalho precário deve ser entendido como aquele que é “[...] incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo.” (KALLEBERG, 2009, p.21).

Barbosa (2011) chama a atenção para a necessidade de cautela na análise desse fenômeno em sociedades como a brasileira. Para o autor, ainda é o informal tradicional que confere especificidade ao trabalho informal nos países subdesenvolvidos. Para ele, se “[...] o informal não é mais o mesmo de antes, tampouco podemos esquecer da sua perene não-novidade e da sua feição histórica específica nos nossos mercados de trabalho.” (BARBOSA, 2011, p.150). Além disso, um aspecto a ser considerado é que os “trabalhos atípicos”, bem como parte das ocupações identificadas como “nova informalidade”, são regulados pelo estado, ainda que tais formas de inserção laboral possam ser questionadas por sua precariedade.

Visto de outro modo, o trabalho formal também não parece ser o mesmo, tendo em vista as modificações sofridas em contexto recente do capitalismo. Os fenômenos identificados como “nova informalidade” e geração de “trabalho atípico” parecem apontar uma possível tendência de reconfiguração das relações de trabalho, em direção ao desenvolvimento de uma “nova formalidade”, desfazendo parte dos antigos compromissos do padrão fordista. Mas isso não significa afirmar que o trabalho formal perdeu importância, pois, conforme Cardoso Jr. (2007), a mediação mais civilizada entre capital e trabalho é estabelecida a partir da relação trabalhista formal/legal, “[...] por meio da qual as relações laborais deixam de pertencer meramente à esfera privada dos negócios e passam a desfrutar de um estatuto público.” (CARDOSO JR., 2007, p.39)

As diversas abordagens que buscaram debater o fenômeno da informalidade em contextos nos quais o capitalismo se desenvolveu mantendo altos índices de desigualdade social proporcionaram profundidade à análise do fenômeno. Através dessas interpretações, é possível perceber que, ainda que todos os casos de modernização, como os da América Latina, estejam inseridos em um processo maior de desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental e possam apresentar traços em comum, cada sociedade teve sua própria trajetória. Nesse sentido, a identificação dessas características próprias do caso brasileiro se faz necessária para o entendimento do fenômeno da informalidade do trabalho no País.

### 1.3 Processo de assalariamento e informalidade do trabalho no Brasil

Nos países da América Latina, onde os processos de modernização ocorreram tardiamente, em relação à Europa, eles apresentaram traços distintos, sobretudo pelo autoritarismo dos governos e pela negligência das elites em relação à grande parte da população pobre. No caso brasileiro, a via autoritária foi, conforme Reis (1998), mais de uma vez, a opção das elites para responder aos impasses e às contradições inerentes ao processo de modernização, com a predominância do capitalismo de estado.

O Brasil construiu seu estado de bem-estar social, segundo Cardoso (2010), sem universalização de direitos e sem a manutenção da pobreza em patamares socialmente aceitáveis. Para o autor, uma combinação de fatores levou à constituição de uma sociedade muito fluida, mas de grande inércia de seus elementos estruturantes primordiais, permitindo certa mobilidade na base de modo a continuar reproduzindo a desigualdade e, ao mesmo tempo, manter a expectativa de inclusão no mundo regulado dos direitos sociais e do trabalho, promessa inscrita, segundo ele, na “utopia da proteção social”. Assim, de acordo com Cardoso (2011), tal expectativa transformou-se no principal elemento de legitimação da ordem desigual no país.

O processo de constituição da cidadania no Brasil foi analisado por José Murilo de Carvalho (1996) como um caso de implantação de direitos de cima para baixo. Ele afirma que uma das especificidades do caso brasileiro foi o modo como a escravidão foi utilizada, constituindo o fator mais negativo para a cidadania no país, uma vez que negava os direitos civis básicos à grande parte da população. Desde o Brasil colonial até o século XIX havia escravos em quase todas as atividades e muitos podiam ser encontrados nas áreas urbanas exercendo diversas tarefas. O autor acrescenta que qualquer pessoa com algum recurso dispunha de pelo menos um escravo e que era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos adquiriam escravos (CARVALHO, J. M. de, 2011).

Ainda no período colonial, uma população pobre, mas legalmente livre, começou a se constituir em número expressivo nas cidades brasileiras. Vários autores<sup>4</sup> abordam a existência desses livres e despossuídos em diversas atividades à margem da nascente sociedade brasileira. Tal população estava numa posição intermediária entre escravos e senhores, mas sua condição era bastante precária, uma vez que não tinha acesso à educação e “dependia dos

---

<sup>4</sup> Para detalhes, ver, entre outros, Carvalho, J. M. de (2011); Barbosa (2008); Silva (2008); Souza (2012); Theodoro, (2005).

grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários” (CARVALHO, J. M. de, 2011, p.21).

Essa população sem papel definido na reprodução do sistema colonial representava, segundo Barbosa (2008), 26% da PEA livre nas áreas urbanas. Nas áreas rurais eles também se faziam presentes em tarefas esporádicas e flutuavam “em torno do mundo dos homens brancos de posses, numa existência caracterizada pelo imediatismo e pela itinerância”. (BARBOSA, 2008, p.81). Essa situação foi ignorada de tal forma pelas autoridades que o fim da escravidão, ao final do século XIX, contribuiu para o agravamento do problema da pobreza, sobretudo nas cidades, uma vez que nenhuma medida foi tomada no sentido de inserir essa população no mercado de trabalho e na sociedade.

A abolição reforçou a camada de despossuídos ao deixar os ex-escravos à própria sorte. José Murilo de Carvalho enfatiza que as consequências desse processo foram duradouras para os ex-escravos. “Até hoje essa população ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida. É a parcela menos educada da população, com os empregos menos qualificados, os menores salários, os piores índices de ascensão social.” (CARVALHO, J. M. de, 2011, p.52).

Barbosa (2008) enfatiza, ainda, o papel desempenhado pela aprovação da Lei de Terras, de 1850, na construção do mercado de trabalho no Brasil. De acordo com a nova lei, ficavam proibidas as modalidades de posse ou doação na aquisição de terras, que passava a ser realizada apenas por meio de compra. Desse modo, a terra passava à categoria de mercadoria, podendo ser adquirida por qualquer pessoa com recursos. Por outro lado, os pequenos proprietários, arrendatários e meeiros foram expropriados e expulsos, o que permitiu a legalização dos novos latifúndios. Esperava-se que os recursos obtidos com a aplicação dessa lei fossem utilizados para financiamento da importação de colonos. Ressalta-se que a Lei de Terras foi decretada poucos dias após o fim do tráfico de escravos e no mesmo ano da publicação do Código Comercial que, segundo o autor, “regulamentava as sociedades anônimas, permitindo o desafogo dos capitais envolvidos no tráfico negroiro.” (BARBOSA, 2008, p.117).

Pode-se dizer que o desenvolvimento de um mercado de trabalho no país, com base no assalariamento, foi marcado pelas consequências da ordem escravista e não significou uma ruptura, mas sim uma transição para outras formas de dependência adaptadas à nova realidade. No Brasil, passou a predominar, conforme Barbosa (2008), uma articulação de formas precárias de assalariamento com antigas relações assentadas no mando e na propriedade.

A construção do mercado de trabalho revelou-se uma tarefa essencialmente complexa que envolveu um conjunto de políticas complementares: desescravização paulatina e transferência inter-regional dos escravos, de modo a permitir uma lenta desvalorização desses ativos humanos e o seu máximo consumo efetivo; crescente disciplinamento para o trabalho dos libertos e livres, sob várias modalidades de subassalariamento no Nordeste; e criação subsidiada de um novo excedente de força de trabalho no Sudeste dinâmico, liberado pela expansão do capital nos países europeus. (BARBOSA, 2008, p.286).

Esse aspecto parece evidenciar uma ambiguidade decorrente do atrito entre duas ordens de influência distintas nas esferas de poder do Brasil no século XIX. Analisando as especificidades do processo de modernização da sociedade brasileira, Souza (2000) destaca esse conflito recorrendo à análise de Gilberto Freyre. Na obra *Sobrados e Mocambos*, Freyre explorou o processo de europeização que teria ocorrido no país naquele período e suas consequências, como a “ambiguidade cultural” brasileira. Esse fenômeno, segundo Souza (2000, p.213), teria ocorrido a partir do embate entre a tradição patriarcal e o processo de ocidentalização proporcionado pela “[...] influência da ‘Europa burguesa’, e não mais portuguesa, que toma de assalto o país no século XIX”. Souza (2000) afirma que o fato de a modernização ter ocorrido primeiro nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo fez com que elas se tornassem centros irradiadores de uma nova concepção de mundo que se opõe ao conjunto de valores tradicionais. Nesse sentido, o autor destaca a data de 1808 como sendo simbólica do início do processo de europeização e, portanto, de modernização da sociedade brasileira, devido à chegada da família real ao país e à abertura dos portos. Souza (2000) enfatiza o início da implantação das duas instituições, segundo ele, mais importantes do mundo moderno: o estado e o mercado. Para o autor, Gilberto Freyre localizou acertadamente essa revolução modernizadora na influência de uma Europa individualista e burguesa, um fato não “[...] apenas *historicamente anterior* à imigração maciça de trabalhadores livres [...]” como também à “[...] consolidação incipiente de uma instituição, o mercado.” (SOUZA, 2000, p.253).

Sob o ponto de vista da elite agrária brasileira, o liberalismo significava, conforme Cardoso (2010), a não interferência do estado na gestão de seus negócios, em especial nas relações com a sua força de trabalho, mantendo intactos os mecanismos de dominação de tipo privatista e coronelista que, assim, sobreviveriam à mudança de regime político. Barbosa (2008) acrescenta que tais elites impediram, de todas as maneiras, o avanço da legislação trabalhista e, com isso, impediu também a atualização das relações de produção capitalistas no

país. Para o autor, o modelo da República Velha “[...] enquadrava-se plenamente na ordem oligárquica. Federalismo – significando ausência de governo forte e legislador de questões sociais – e liberalismo compunham os dois lados de uma mesma moeda.” (BARBOSA, 2008, p.239).

No que diz respeito à proteção social, até a segunda década do século XX, conforme Gomes (2002), a atuação do estado foi praticamente nula e continuaria tímida por algum tempo. Em 1919, o Brasil assinou o Tratado de Versalhes e ingressou na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Gomes (2002, p.19) lembra que foi o Tratado de Versalhes que recomendou “[...] a instituição de um novo tipo de direito – o do trabalho -, capaz de representar a nova sociedade do pós-guerra.” As resistências ao avanço dos direitos sociais e trabalhistas, no entanto, eram muitas. Os representantes dos interesses agrários se opuseram à regulamentação do trabalho urbano, temerosos de que ela se estendesse ao campo. Exemplo disso é o fato de que a Convenção nº 12 da OIT, de 1921, que garantia indenização aos trabalhadores agrícolas por acidentes de trabalho somente foi ratificada pelo país em 1956. (GOMES, 2002).

Por pressão do nascente movimento operário, a discussão dos direitos sociais começaria a constar das discussões, ou seja, passaria a fazer parte da agenda estatal. Contudo, Barbosa (2008) afirma que somente em 1926 uma emenda à Constituição autorizou o Congresso Nacional a legislar sobre o trabalho, preparando o terreno para a legislação social que viria a seguir. Segundo o autor, a presença do estado na questão social ocorreu, nas três primeiras décadas do século XX, sobretudo, por meio da repressão policial. Exemplo dessa prática foi a deportação de muitos trabalhadores e sindicalistas estrangeiros, identificados como lideranças em congressos operários, manifestações e greves. No entanto, Barbosa (2008) afirma que, apesar da forma autoritária assumida pela legislação social nesse período, a sua própria elaboração proporcionou o enraizamento de demandas que dariam sentido ao discurso do poder estatal pós-1930. Gomes (2002) também reforça a necessidade de não tomar esse período como de “vazio organizacional” quanto às formas de associação e luta por direitos. Para a autora, quando a Revolução de 1930 “[...] abriu caminho para algumas conquistas políticas (logo interrompidas) e para uma efetiva formulação e implementação de uma legislação social, uma luta sistemática já vinha sendo travada pela expansão dos direitos do trabalho no Brasil” (GOMES, 2002, p.22).

Assumindo um papel de liderança na economia a partir da década de 1930, o estado teve atuação determinante na formação do mercado de trabalho. A indústria tornou-se a base do crescimento econômico, e o governo passou a regulamentar as relações de trabalho, de

modo mais intensivo. Para a economia brasileira, segundo Oliveira (2003a, p.35), esse período marca “[...] o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial [...],” que se concretizaria, efetivamente, nos anos de 1950. Ou seja, tratava-se da introdução de um modo de acumulação que implicou a destruição das regras anteriores e o estabelecimento de uma nova correlação de forças sociais. Para o autor, “[...] as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar [...]” esse novo modo de acumulação igualando a força de trabalho pela base. (OLIVEIRA, 2003a, p.38).

Para Gomes (2002, p.23), o maior indicador do fato de que o ano de 1930 inaugurou “[...] um novo tempo na história dos direitos do trabalho no Brasil [...]” foi a criação, ainda no Governo Provisório, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que também ficou conhecido como “ministério da revolução”. A legislação trabalhista nos primeiros anos do novo governo trouxe como principais avanços a estipulação da jornada de oito horas diárias de trabalho, uma maior regulação sobre a contratação de mulheres e menores, o direito de quinze dias de férias a cada doze meses de trabalho efetivo, um sistema de aposentadorias regulado publicamente e, em 1932, a obrigatoriedade da carteira profissional. Em 1934 foi promulgada a nova Constituição, que previa a criação da Justiça do Trabalho e estabelecia a pluralidade e autonomia sindicais, mas a nova Carta teve vida curta e conturbada por “medidas excepcionais, como a declaração do estado de sítio e do estado de guerra, completados pelo golpe de 1937.” (GOMES, 2002, p.31).

Reis (1998) argumenta que sob o governo Vargas uma ideologia nacional ganhou relevância na política e os quinze anos de ditadura desse governo foram decisivos no sentido de consolidar, no país, um padrão autoritário de interação entre estado e sociedade. No período conhecido como Estado Novo, após 1937, o viés autoritário do governo Vargas ganhou contornos ainda mais definidos. A nova Constituição de 1937 significou um retrocesso em relação à de 1934, pois as greves passaram a ser proibidas e foi restabelecida a unidade sindical. Gomes (2002) ressalta que é “nesse período que se articula e se difunde, de maneira incisiva e sistemática, um discurso que desqualifica os direitos políticos e todo tipo de práticas liberal-democráticas, tachando-os de ineficientes, custosos e também corruptores.” (GOMES, 2002, p.34).

O Estado Novo, que teve duração entre 1937 e 1945, apresentou, segundo Gomes (2002), uma característica marcante quanto à questão da cidadania no país: os direitos civis e políticos foram suspensos, mas não os sociais, materializados, principalmente, nos direitos do trabalho. As principais ações do governo nesse sentido foram, além do início do

funcionamento da Justiça do trabalho, em 1941 (prevista na Constituição de 1934), a instituição do salário mínimo, em 1940, e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943, que sistematizava a legislação trabalhista elaborada até então. Campos (2013, p.73) afirma que o estado “procurou regular os mais variados aspectos das relações de trabalho de maneira exaustiva e bastante detalhada” por meio da CLT. Constituída por normas definidas unilateralmente pelo estado em um contexto autoritário, a CLT sempre suscitou muitas críticas de diversos atores sociais.

O período que se segue à Revolução de 1930, de acordo com Santos (1994), é marcado pela regulação do Estado em vários aspectos, com o ordenamento da competição capitalista, o fracionamento da população trabalhadora em categorias profissionais e a consequente estratificação da cidadania. Nesse sentido, o autor defende que o conceito-chave que permite entender a política econômico-social do período é o de “cidadania regulada”, ou seja, um conceito de cidadania que se estrutura a partir de um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal.

Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei. (...) Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei. (SANTOS, 1994, p.68).

O governo Vargas, em especial o período do chamado Estado Novo, engendrou um novo arranjo aliando autoritarismo e protecionismo, o que marcou profundamente a configuração do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com os direitos e com a cidadania. A nova legislação trabalhista tornou o vínculo a uma categoria profissional “a medida do *status* social do trabalhador”, atestado pela carteira de trabalho, garantia do seu acesso aos direitos sociais. (BARBOSA, 2008, p.251).

A possibilidade de alcançar melhores condições de vida, com acesso aos direitos trabalhistas e sociais, ao se inserir no mercado de trabalho regulado, alimentou uma grande expectativa de proteção social, por parte dos brasileiros. Cardoso (2010) argumenta que a Revolução de 1930 deu às pressões sociais daquele momento, uma expressão institucional que acabou se convertendo em mecanismo de reprodução das desigualdades, mas também de legitimação pelo seu caráter de justificação da ordem desigual.

Ao ordenar apenas o mercado urbano de força de trabalho, contemporizando com a elite agrária, a quem delegou o destino dos subalternos do campo, o Estado capitalista brasileiro construiu uma utopia irresistível num ambiente de grande vulnerabilidade socioeconômica das massas: a utopia da proteção estatal representada pela legislação social e trabalhista. (CARDOSO, 2010, p.207).

Cardoso (2010) destaca duas especificações importantes a serem feitas ao conceito de cidadania regulada utilizado por Santos (1994): a primeira é que tal processo gerou, com a promessa de mobilidade, um *continuum* entre as condições de excluído e incluído e não uma divisão clara entre elas; a segunda é que o conceito de cidadania aparecia à população como algo em processo e, assim, não “[...] só a ordem se apresentava aos brasileiros como um mundo possível, mas ainda legitimava a luta por sua efetividade.” (CARDOSO, 2010, p.222).

Na análise de Cardoso Jr. (2007), mesmo na excludente dinâmica capitalista do país, forjou-se uma classe trabalhadora urbana, crescentemente assalariada. O autor ressalta os processos acelerados de industrialização e urbanização como aspectos que marcaram o denominado período de estruturação do mercado de trabalho urbano no Brasil, entre 1930 e 1980. O processo de estruturação do mercado de trabalho é, conforme Cardoso Jr. (2005), aquele que se instaura em determinada sociedade de acordo com o avanço do capitalismo, implicando a expansão do assalariamento e a regulamentação progressiva das relações de trabalho. Contudo, a intensa migração rural em direção às cidades, juntamente com o crescimento demográfico ocorrido após a Segunda Guerra favoreceu o surgimento de um “excedente estrutural de mão de obra ativa”, que precisou “criar meios alternativos de sobrevivência à margem dos mercados de produção e de consumo modernos.” (CARDOSO JR., 2005, p.134).

Rodarte, Fernandes e Ojima (2010) afirmam que o período entre 1940 e 1960 foi marcado pela denominada *metropolização da população*, uma vez que as regiões metropolitanas apresentaram taxas de crescimento “superiores àquelas verificadas nos respectivos estados, e a taxa média anual de crescimento populacional dos grandes centros urbanos apresentava-se significativamente superior às taxas de crescimento das cidades periféricas.” (RODARTE; FERNANDES; OJIMA, 2010, p.133)

Inversamente ao ocorrido no período de ditadura do Estado Novo, no período mais democrático, entre 1946 e 1964, não houve grandes avanços no campo dos direitos sociais e trabalhistas. Contudo, alguns fatos são dignos de nota, como a Constituição de 1946 que permitiu as greves, mantendo os princípios da CLT; a recuperação do valor real do salário

mínimo no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) e; no Governo Goulart (1961-64), a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e do Estatuto do Trabalhador Rural. Segundo Gomes (2002), apesar do Estatuto do Trabalhador Rural ter colocado o homem do campo na esfera de proteção social do estado, seu maior impacto foi na organização sindical, com a formação das muitas associações de trabalhadores. Ou seja, seu maior ganho foi político, pois na proteção social ainda não seria desta vez que os trabalhadores rurais teriam acesso aos benefícios trabalhistas assegurados aos trabalhadores formais urbanos. Além da resistência das elites ter continuado, “[...] não houve uma previsão de recursos adequada e consistente para o cumprimento da proteção. Na prática, os trabalhadores rurais, bem como os autônomos e os domésticos, continuavam excluídos desse tipo de direito de cidadania.” (GOMES, 2002, p.56).

Já no período da ditadura militar, a ênfase nos direitos sociais foi, estrategicamente, retomada, incluindo entre suas ações principais: a unificação e universalização da previdência, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, e do Fundo de Assistência Rural (Funrural), em 1971. Atendendo às exigências dos empresários, o governo militar acabou com a estabilidade no emprego e criou, por outro lado, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, destaca José Murilo de Carvalho (2011), os trabalhadores domésticos e autônomos foram incorporados à previdência e foi criado “um Banco Nacional de Habitação (BNH), cuja finalidade era facilitar a compra de casa própria aos trabalhadores de menor renda. Como coroamento das políticas sociais, foi criado em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social.” (CARVALHO, J. M. de, 2011, p.172).

Pode-se dizer que a criação do novo ministério trouxe uma perspectiva mais abrangente para a questão social, uma vez que ele visava ampliar a cobertura de proteção para toda a população que também estivesse fora do mercado formal. Desse modo, as populações mais carentes, sobretudo do interior do país, passaram a ter mais acesso à educação, saúde e assistência, mas Reis (1998) enfatiza que, por outro lado, esse período também favoreceu o aumento da desigualdade, pois o regime militar “[...] adotou um processo de modernização que sacrificou a participação política e retardou a redistribuição social em favor do crescimento econômico rápido.” (REIS, 1998, p.214).

Considerando todo o período compreendido entre 1940 e 1980, Cardoso (2010) afirma que o Brasil viveu um processo de profunda mudança estrutural, fruto de um padrão de crescimento econômico que se convencionou denominar “desenvolvimentista”, dentro do qual saiu de uma situação de país agrário para a oitava economia mundial. Mas, ao longo desse período, a renda do trabalho urbano permaneceu muito baixa e a evolução da escolaridade da

População Economicamente Ativa (PEA) foi muito lenta. Segundo o autor, entre 1940 e 1970, mais de 1/3 da população rural foi para as cidades e esses imigrantes ali encontraram empregos de baixa qualidade. Até 1976, a regulação estatal se estendeu a quase 60% do mercado de trabalho, mas, a partir daí, o assalariamento formal começou a decrescer. Para o autor, é possível que as expectativas criadas nesse período, até 1976, tenham alimentado os sonhos de inclusão dos migrantes e seus filhos. E acrescenta que, apesar das mudanças estruturais na economia, houve grande inércia social devido ao “[...] fato de o desenvolvimentismo ter gerado riqueza, mas de forma concentrada de renda, o que aumentou as desigualdades.” (CARDOSO, 2010, p.265).

Conforme Rodarte, Fernandes e Ojima (2010, p. 133), uma nova fase das migrações internas no país, teve início, a partir da década de 1960, com a intensificação dos movimentos rurais-urbanos e intramunicipais. Em decorrência desse processo, o Censo de 1970 apontou a superioridade da população urbana no Brasil, que alcançou 55,9% do total de habitantes. A grande concentração da população brasileira nas áreas urbanas se fez sentir de modo mais intenso ao redor das cidades mais industrializadas. Tal processo motivou, nesse período, a instituição das primeiras regiões metropolitanas brasileiras. De acordo com Inaiá de Carvalho (2011), as regiões metropolitanas se caracterizam pela concentração da população, da produção e da riqueza, mas também pelas desigualdades, vulnerabilidades e exclusão social. Para a autora, mesmo na fase mais dinâmica do desenvolvimento brasileiro, essas regiões não conseguiram “generalizar a relação contratual assalariada, regulada por direitos sociais, nem de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para toda a sua cada vez mais numerosa população”. (CARVALHO, I. de. 2011, p.400).

Grostein (2001) argumenta que, apesar de o processo de metropolização ter diminuído na década de 1980, as metrópoles ainda absorveram 30% do crescimento demográfico na década, com expressivo crescimento da população residente em favelas. No que diz respeito ao mercado de trabalho, há uma divisão inter-regional que, segundo José Murilo de Carvalho (2011), consolidou desigualdades espaciais significativas, de modo que os impactos das mudanças dos últimos dez anos “se diferenciam de acordo com a estrutura do mercado de trabalho e a capacidade de resposta de cada metrópole às novas condições.” (CARVALHO, J. M. de, 2011, p.402).

A grande instabilidade econômica e alto desemprego, característicos da década e 1980, contribuíram, ainda mais, para o aumento da desigualdade refletido na concentração de favelas nas principais regiões metropolitanas brasileiras. Contudo, a década também foi

marcada pela reconquista da democracia e pela ampliação de direitos com a promulgação da nova Constituição.

A Constituição de 1988 tornou-se conhecida, segundo Gomes (2002), como “Constituição-Cidadã” por ter expandido os direitos políticos, resguardado os direitos civis e incorporado os direitos sociais. Além disso, Gomes (2002, p.63) afirma que a Constituição também inaugurou novas dimensões de direitos, como os do consumidor, e fortaleceu “[...] instituições, como o Ministério Público, cujo papel na salvaguarda da cidadania tem-se demonstrado valioso e crescente.” Na análise de Singer (2010), pela legislação consolidada na Constituição de 1988, seria possível afirmar que o Brasil é um dos estados sociais mais completos do planeta. No entanto, o autor argumenta que a nova Carta chegou um pouco tarde, pois o forte movimento neoliberal, cujos valores eram incompatíveis com a noção de direitos sociais, já se fazia expressivo no cenário internacional e penetrava na América Latina.

Além de incorporar direitos estabelecidos na CLT, a Constituição de 1988 também garantiu outros, trazendo modificações importantes a esse instrumento. Campos (2013) destaca a licença paternidade e a ampliação da licença maternidade, a remuneração de férias com acréscimo, o aviso prévio, entre outros. Contudo, na década seguinte, houve uma onda no sentido inverso, como reação aos avanços da nova Constituição. Os efeitos dos princípios neoliberais se fizeram mais fortes na década de 1990, apregoando a retirada do estado da regulamentação econômica e trabalhista. Campos (2013) destaca algumas dessas alterações como, a norma que ampliou as possibilidades de contrato por tempo determinado, a norma que previu a compensação anual de jornadas, a jornada parcial, facilidades de terceirização por meio de cooperativas, entre outras.

Cardoso Jr. (2005) afirma que o período que compreende a metade da década de 1970 até o final da década de 1990 representa uma “nova quadra histórica” na trajetória de desenvolvimento do Brasil, que pode ser subdividida em dois momentos. O primeiro, até 1989, foi identificado pelo autor como momento de crise e esgotamento do modelo desenvolvimentista baseado na industrialização, que teve como consequências o desemprego, o aumento do trabalho informal e a estagnação das remunerações provenientes do trabalho, entre outras. O segundo momento, entre 1990 e 2002, foi marcado pela gestação e implementação, segundo o autor, de uma nova estratégia de desenvolvimento. As alterações econômicas desse momento, sobretudo aquelas decorrentes da abertura comercial, combinada com a recessão doméstica, tiveram impactos profundamente negativos no mercado de trabalho, apesar da estabilização da moeda nacional, a partir de 1994. Além do aumento do contingente de trabalhadores informais, ocorreu também uma reforma trabalhista entre 1995 e

2002, que implicou a modificação do padrão anterior de regulação. Esse processo conhecido como “desregulamentação” ou “flexibilização” das relações de trabalho foi responsável pelas alterações nas formas de contratação de trabalhadores, bem como nas jornadas e condições de trabalho e de remuneração.

Desse modo, uma das características marcantes do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano na década de 1990, segundo Ramos (2002), foi o aumento da informalidade. Segundo o autor, essa década testemunhou mudanças profundas na estrutura ocupacional metropolitana, sobretudo pela perda de importância relativa da indústria de transformação, por um lado e, pelo aumento da participação relativa do setor de serviços, por outro. Nesse contexto, a estratégia de “terciarização” utilizada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva teve papel relevante. Como o setor de serviços, historicamente, sempre foi marcado pela maior incidência de trabalho informal, esse crescimento do setor contribuiu para fazer avançar a informalidade. Contudo, Ramos (2002) observou que a indústria também registrou aumento dos postos de trabalho informais na década de 1990, embora tenha permanecido bem abaixo do percentual do setor de serviços. O autor afirma que “as razões pelas quais cada um desses setores contribuiu para o crescimento da informalidade foram distintas: no caso de serviços foi o seu crescimento, enquanto na indústria foi sua crescente informalização.” (RAMOS, 2002, p.7).

Na avaliação de Costa (2010), o aumento da informalidade significou, também, uma diversificação de atividades, o que contribuiu para a maior heterogeneidade do trabalho.

A população passou predominantemente a encontrar sua fonte de renda no mercado de trabalho informal, com suas mais variadas formas de trabalho autônomo, ambulante, temporário, irregular, precário. A imagem mais fidedigna do significado desses indicadores é aquela do crescimento no período do número de trabalhadores nas ruas dos grandes centros urbanos vendendo de tudo [...]. (COSTA, 2010, p.172).

Ao fazer um balanço nas mudanças ocorridas nas relações de trabalho a partir dos anos 1990 no Brasil, Krein (2007) identificou várias formas do que ele designou como “trabalho atípico”. O autor esclarece que a flexibilidade sempre esteve presente no mercado de trabalho brasileiro, mas houve um significativo aumento, de intensidade e variedade, na contratação via tais formas não padronizadas. Desse modo, o “trabalho atípico” passou a representar, em meados da década de 2000, 30% das ocupações, compondo um grande emaranhado de atividades e vínculos que além das terceirizações e subcontratações diversas, engloba: cooperativas de trabalhadores, parcerias, consórcios de empregadores, autônomo,

contratações por prazos determinados, estágios, contratos parciais, contratos de experiência, contratos por obra, empreitada ou safra, entre outros. Somente na década seguinte, houve uma mudança significativa desse processo, inaugurando-se uma tendência distinta.

Analisando o desempenho do mercado de trabalho entre 2001 e 2006, Ramos, Cavaleri e Corseuil (2007) percebem um padrão consistente de melhora em termos quantitativos e qualitativos, ressaltando aspectos relativos ao desemprego e ao grau de formalização das ocupações, em contraste com a década anterior. Segundo os autores, até 2005, houve um contínuo e significativo aumento na taxa de atividade, com o desemprego oscilando sem indicar tendência de queda ou aumento, período no qual parece que “[...] a contrapartida do aumento do nível de ocupação vem por meio da diminuição da participação dos inativos. Já em 2006 há indícios de uma inversão desse padrão, com a taxa de desemprego caindo de forma substancial, acompanhada de queda na taxa de atividade.” (RAMOS; CAVALERI; CORSEUIL, 2007, p.3).

Pochmann (2012) destaca 2004 como o início de uma nova trajetória do mercado de trabalho com seis anos de crescimento da participação dos salários na renda nacional e queda do peso relativo da propriedade. Para o autor, houve um fortalecimento do mercado de trabalho que resultou, basicamente, na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de ocupações de baixa remuneração, ou seja, de até 1,5 salário mínimo mensal. “Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho.” (POCHMANN, 2012, p.10).

Manzano, Santos e Teixeira (2013) destacam, a partir de 2002, o aumento das exportações associado ao ciclo de valorização internacional dos preços das *commodities* que teria estimulado o crescimento do produto interno bruto (PIB), que chegou a 5,7% em 2004, aumentando o emprego formal. Os autores destacam, ainda, nesse cenário de mudanças, a redução da desigualdade.

No bojo desse processo, a política de valorização do salário-mínimo, concomitante a importantes ganhos reais de salários percebidos por diversas categorias profissionais, permitiu uma significativa redução da desigualdade de renda no país. Pela primeira vez, desde 1960, houve um aumento substantivo da renda do trabalho com simultânea diminuição do índice de Gini.<sup>5</sup> (MANZANO; SANTOS; TEIXEIRA, 2013, p.26)

---

<sup>5</sup> O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Nesse novo contexto, as políticas redistributivas ganharam centralidade, como o Programa Bolsa Família que, ao unificar diversos programas federais, representou um avanço para a política social. Apesar das suas limitações, esse programa tem mostrado resultados expressivos na redução da pobreza extrema. De acordo com Abramo (2010), os resultados das políticas de caráter redistributivo se fazem sentir também no fortalecimento do mercado interno, pela inclusão de uma ampla parcela da população no mercado de consumo.

Cardoso (2013) também ressalta o profundo impacto das políticas sociais redistributivas e do crescimento econômico dos últimos anos na vida dos brasileiros, o que resultou na redução da pobreza. Para ele, isso significa “[...] um primeiro e necessário passo no longo processo de retirada de milhões de pessoas do ‘reino da necessidade’, o que pode, ao menos idealmente, abrir caminho para sua efetiva incorporação à cidadania”. (CARDOSO, 2013, p.10).

Na avaliação de Oliveira (2013, p.239), o desempenho positivo da economia, bem como do mercado de trabalho na última década foi resultado, por um lado, de um contexto externo favorável até 2008 e, por outro, “[...] da promoção de políticas de estímulos à demanda e do impulso aos investimentos.” O autor distingue esses dois grupos de ações da seguinte maneira:

No primeiro caso, destacam-se a ampliação substancial do crédito, a política de valorização do salário-mínimo, o fortalecimento dos programas de garantia de renda da Seguridade Social, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada – BPC - e o Bolsa Família e, com a agudização da crise, a desoneração de impostos sobre bens de consumo. No tocante aos investimentos, vale ressaltar as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e do plano Brasil Maior que, entre outros aspectos, reúne um conjunto de medidas de desonerações de investimentos e de exportações.” (OLIVEIRA, 2013, p.239).

Assim como Pochmann (2012) já havia constatado, Oliveira (2013) também chama a atenção para o fato de que o dinamismo recente do mercado de trabalho no Brasil é marcado pela expansão de ocupações de baixa qualidade. O autor ressalta, ainda, o “[...] caráter altamente heterogêneo da estrutura econômica e do mercado de trabalho brasileiro[...]”, bem como a “[...] permanência dos altos níveis de pobreza e de desigualdade”. (OLIVEIRA, 2013, p.240).

Percebe-se, assim, que uma nova fase do desenvolvimento do mercado de trabalho tem se delineado com as transformações da última década. Os avanços proporcionados pelo

desenvolvimento econômico e pelas políticas adotadas nesse período, bem como suas limitações trouxeram novos elementos e desafios para as análises do mercado de trabalho.

Tendo por base as análises, vistas aqui, sobre o processo de assalariamento e a informalidade, é possível observar o encontro de dois movimentos históricos distintos dentro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro até a década de 2000. O primeiro diz respeito ao processo específico de modernização do país, no qual a informalidade, longe de ser um resquício do seu desenvolvimento, constituiu parte integrante da sua dinâmica. Em decorrência disso, mesmo nos momentos de maior crescimento econômico e aumento de emprego, o assalariamento formal nunca chegou a alcançar níveis próximos àqueles dos países mais desenvolvidos. O segundo momento histórico diz respeito ao processo internacional de reestruturação produtiva do capitalismo, iniciado na década de 1970, e suas repercussões e desdobramentos no contexto brasileiro nas duas décadas seguintes. Nessa dinâmica, a desregulamentação do trabalho passou a produzir formas de contratos mais frouxas, alimentando a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, fato que incentivou, também, uma profusão de abordagens ampliando o universo de significados acerca da informalidade do trabalho.

Com as mudanças que vem ocorrendo a partir da primeira década do novo século, o debate poderá se intensificar ainda mais, caso se confirme um terceiro momento histórico de desenvolvimento econômico e social do país. No que diz respeito ao mercado de trabalho, a crescente geração de emprego formal no período, ainda que predominantemente de baixa remuneração, e a valorização do salário mínimo são dois dos principais fatores que apontam os rumos desse novo momento para a questão do trabalho. Os dados do último Censo (IBGE, 2010) e da PNAD indicam, também, que, embora o processo de formalização do trabalho nesse período esteja ocorrendo em todo o país, tanto no meio rural quanto no urbano, é nas regiões metropolitanas que ele tem sido mais acentuado. Essa intensa dinâmica do mercado de trabalho das regiões metropolitanas as torna foco privilegiado da observação e análise das questões sociais.



## 2 METODOLOGIA

Um dos desafios da análise do trabalho informal no Brasil é o de construir uma metodologia adequada à diversidade do objeto de estudo. Nesta tese, optou-se pela utilização de uma base de dados já constituída, estratégia que traz algumas facilidades para a execução da pesquisa.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) constitui um levantamento amostral sobre a população residente no Brasil em domicílios particulares, em unidades de habitação e em domicílios coletivos. A opção por utilizar os dados dessa pesquisa justifica-se, principalmente por duas razões: sua abrangência, temporal e espacial; e seu conteúdo relativo ao trabalho e ao mercado de trabalho. A PNAD é realizada anualmente, exceto em anos censitários, prevista desde o início para ter abrangência nacional, alcançando tal amplitude gradativamente, compreendendo, também, a partir de 2004, as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A pesquisa é realizada desde a década de 1960, em nove regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Belém.

Por seu caráter abrangente, tanto no que se refere à amostragem quanto aos seus múltiplos propósitos, a PNAD permite a comparação e análise de diversas características socioeconômicas e laborais ao longo do tempo. Além disso, quanto ao seu conteúdo, essa pesquisa compreende um grande número de questões acerca do mercado de trabalho e sobre o trabalhador, permitindo uma maior combinação de dados. A PNAD utiliza a classificação do IBGE, em acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a qual os trabalhadores estão classificados em quatro grandes categorias: 1ª) posição na ocupação; 2ª) categoria de emprego; 3ª) ocupação exercida; 4ª) atividade exercida. A posição na ocupação aponta se o indivíduo trabalha como empregado, empregador, trabalhador por conta própria, trabalhador doméstico, trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo ou trabalhador na construção para o próprio uso. A categoria de emprego identifica seu modo de inserção na população ocupada, ou seja, se o trabalhador tem carteira assinada ou não, se é militar ou funcionário público estatutário. A ocupação exercida refere-se à identificação do trabalho específico executado conforme classificação do Código Brasileiro de Ocupações (CBO). No caso da atividade exercida, utiliza-se a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

Para viabilizar a pesquisa empírica, esta tese utiliza um conceito operacional de trabalho informal como aquele que é executado sem vínculo contratual entre trabalhador e

empregador, compreendendo as posições de empregado sem carteira de trabalho assinada, inclusive o doméstico, de trabalhador por conta própria, de trabalhador não remunerado, de trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso. Embora grande parte dos informais seja constituída por empregados sem carteira e por trabalhadores por conta própria, optou-se por incluir, na análise, as demais posições na ocupação, de modo a captar as singularidades dos mercados de trabalho de cada região metropolitana. De acordo com glossário publicado para a PNAD de 2011, para fins de coleta de dados, é considerado empregado aquele que trabalha para um empregador, seja pessoa física ou jurídica, cumprindo jornada de trabalho e recebendo remuneração. O trabalhador na produção para o próprio consumo compreende aqueles que trabalham na agricultura, silvicultura e pecuária, entre outros, pelo menos uma hora por semana e para a própria alimentação ou de mais um membro da unidade familiar. O trabalhador na construção para o próprio uso é considerado aquele que trabalha na construção de edificações, estradas privativas, poços e outros, pelo menos uma hora na semana, para uso próprio ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar. O trabalhador não remunerado é aquele que trabalha sem remuneração, pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar ou outro, inclusive instituições religiosas, beneficentes ou cooperativas. O trabalhador por conta própria é o que “[...] trabalha explorando seu próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado.” (IBGE, 2011, p.14)

Partindo-se do pressuposto de que o Brasil apresenta múltiplas realidades quanto aos seus mercados de trabalho, foi desenvolvido um estudo comparativo entre três regiões metropolitanas brasileiras, representando diferentes áreas do país, em dois momentos distintos. Ou seja, o estudo abrange as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre nos anos de 2002 e 2011. A escolha desses anos para a análise se deve à possibilidade de comparação de dois momentos, bem distintos, da vida social brasileira. O ano de 2002 apresentou o pior resultado do mercado de trabalho nas últimas décadas, com alto desemprego e informalidade. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), a partir de 2003 a informalidade do trabalho entrou em trajetória declinante, revertendo e superando o resultado negativo da década anterior. Em 1992 o trabalho informal era de 39,9%, chegando a 47,2% em 2002 e regredindo a 37,6% em 2011, nas citadas regiões metropolitanas.<sup>6</sup> A escolha do ano de 2011 permitiu a identificação das

---

<sup>6</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A1).

principais mudanças ocorridas ao longo da década, inclusive dos reflexos da crise econômica de 2008.

A escolha das regiões metropolitanas para análise foi feita a partir da comparação entre as características gerais de nove regiões abordadas pela PNAD. Tendo em vista as grandes diferenças entre as regiões metropolitanas observadas, decidiu-se por não utilizar aquelas cujas informações fossem muito discrepantes em relação à maioria, quanto ao tamanho de suas populações. Percebeu-se que algumas dessas regiões têm um peso muito grande nas estatísticas nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, pois elas totalizavam, em 2011, uma população ocupada em torno de 15,5 milhões, o que representa mais da metade da população ocupada das nove regiões metropolitanas. Assim, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro não foram escolhidas para compor a amostra, devido à grande escala de suas populações. Com isso, a Região Metropolitana de Belo Horizonte passou a representar a região Sudeste nesta pesquisa. No extremo oposto, com população bem menor que as outras, a Região Metropolitana de Belém também foi retirada.

Dentre as seis regiões restantes, foi escolhida uma representante para a região Nordeste e outra para a região Sul utilizando-se o critério do número de trabalhadores informais. Entre as três regiões do Nordeste, a de Fortaleza apresentou um número maior de informais que as regiões de Recife e Salvador. No caso do Sul, a Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou apenas maior número de informais que a Região Metropolitana de Curitiba em termos absolutos. Em termos relativos, as regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre apresentam números próximos de trabalhadores informais e, optou-se pela segunda, devido ao maior número de sua população ocupada.<sup>7</sup>

Os microdados do arquivo de pessoas da PNAD foram tabulados utilizando-se as ferramentas dos programas *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* e *Excel*. A análise foi realizada, em dois momentos, a partir da comparação dos principais indicadores do mercado de trabalho e das características dos trabalhadores das regiões metropolitanas e suas movimentações.

O primeiro momento da análise, apresentado no capítulo três, traz a contextualização das regiões metropolitanas escolhidas conforme seus processos de desenvolvimento, bem como as principais características de seus mercados de trabalho nos anos de 2002 e 2011. Foram identificadas as alterações mais relevantes ocorridas nos mercados de trabalho das nove regiões metropolitanas, no período, por meio da comparação dos indicadores relativos às

---

<sup>7</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A2).

variações da população em idade ativa (PIA), da população economicamente ativa (PEA), da população ocupada (PO) e da taxa de ocupação (TO). A PIA representa, conforme definição de Dedecca (1998), o total de pessoas com 10 anos ou mais de idade e a PEA compreende parte dessa população, considerada produtiva, ou seja, são as pessoas ocupadas e as pessoas em situação de desemprego. Já a PO compreende os trabalhadores assalariados, os trabalhadores por conta própria e os empregadores. A TO expressa o peso da população ocupada na população economicamente ativa, ou seja, é igual ao valor da PO dividido pelo valor da PEA (DEDECCA, 1998). Esses indicadores do mercado de trabalho proporcionaram uma visão abrangente da dinâmica dos mercados de trabalho nas regiões metropolitanas nos dois momentos escolhidos. Nesta tese a PO compreende, também, a parcela de informais não remunerados.

Ainda nesse primeiro momento da análise, as três regiões escolhidas foram caracterizadas a partir de seus processos históricos e da comparação das alterações nos perfis dos seus trabalhadores considerando as variáveis relativas à posição na ocupação, aos agrupamentos de atividades, aos grupos ocupacionais, sexo, idade, escolaridade e rendimento. Essa análise proporcionou a percepção de alterações mais específicas nas características dos trabalhadores de cada região, permitindo, também, identificar similaridades e diferenças entre esses mercados e suas populações. Além de contextualizar os mercados e identificar os perfis sociodemográficos de seus trabalhadores, essa análise permitiu identificar, também, alterações ocorridas com os grupos de informais no período. Primeiramente, distinguiram-se os três grupos de trabalhadores informais, tendo por base a categoria Posição na Ocupação. São eles os empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria, e os outros informais, este último grupo compreendendo os trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores na construção para o próprio uso e aqueles não remunerados. A partir da definição dos grupos que compõem o trabalho informal, foram traçados e comparados os perfis sociodemográficos de cada um nas três regiões metropolitanas, nos dois anos.

O segundo momento, apresentado no capítulo quatro, traz a análise da dinâmica dos mercados de trabalho nas regiões metropolitanas quanto aos deslocamentos e entradas de trabalhadores na população ocupada. Pelo cruzamento da variável referente à saída de trabalho anterior no período de 358 dias anteriores à semana de referência da pesquisa com as variáveis referentes à posição na ocupação na semana de referência e no período anterior a 365 dias, foi possível identificar os trabalhadores que entraram na população ocupada e os deslocamentos que ocorreram, principalmente da informalidade para a formalidade e vice

versa. Tais dados auxiliaram na avaliação da dinâmica dos mercados de trabalho nos dois períodos, sobretudo, quanto aos efeitos do processo de formalização nos grupos.

Com o objetivo de comparar as três regiões metropolitanas em questão, utilizou-se a análise logística binomial por meio de dois modelos. O primeiro analisa a formalização para os trabalhadores que se deslocaram no mercado, ou seja, contrasta aqueles que transitaram para ocupações formais com os que transitaram para ocupações informais ou que permaneceram na mesma posição da ocupação. O segundo modelo foi elaborado para os que iniciaram trabalho no ano de referência e contrasta os trabalhadores com ocupação formal versus os trabalhadores com ocupação informal.

Em ambos os modelos as variáveis independentes utilizadas são região metropolitana, sexo, nível educacional e idade. A inclusão da variável sexo leva em conta a especificidade de ocupações por gênero, ou seja, a existência de ocupações predominantemente femininas e de ocupações predominantemente masculinas (MADALOZZO, 2010), em especial naquelas de baixa qualificação como trabalho doméstico e construção civil. O nível de escolaridade é utilizado como controle para o grau de qualificação implicitamente requerido para o exercício das distintas ocupações, pressupondo-se ausência de sobreeducação (MACHADO; HERMETO; CARVALHO, 2004). Por fim, a idade é utilizada como uma *proxy* de experiência no mercado de trabalho (LAM; LEVISON, 1990; COMIN; BARBOSA, 2011.). Apesar de essas variáveis serem de interesse substantivo *per se*, a utilização das mesmas visa estimar os diferenciais entre as regiões metropolitanas controlando-se pela segregação ocupacional por gênero, qualificação formal e experiência.

A análise logística binomial é utilizada em modelos de regressão cuja variável dependente é categórica e binária, isto é, possui duas categorias de resposta (ALLISON, 1999). Para operacionalizar a modelagem transforma-se a chance de uma dada categoria em relação à outra em logito:

$$L = \ln \left( \frac{p_{Y=1}}{1 - p_{Y=1}} \right)$$

Logo, o modelo logístico binomial é definido por:

$$\ln \left( \frac{p_{Y=1}}{1 - p_{Y=1}} \right) = a + b_1 x_1 + \dots + b_n x_n$$

No caso de variáveis independentes quantitativas, o coeficiente  $b_n$  expressa a variação no logito, dada a variação de uma unidade de  $x_n$ , controlando-se pelas demais variáveis independentes. Se a variável dependente é categórica, o coeficiente indica a diferença no logito entre uma dada categoria dessa variável e a categoria de referência da mesma, controlando-se pelas demais variáveis independentes. Interpretar esse efeito é contra intuitivo, uma vez que a variação do logito não é substantivamente interpretável. Por esse motivo, o logito e os coeficientes das variações independentes são exponenciados, de forma que:

$$e^{\ln\left(\frac{p_{X=1}}{1-p_{X=1}}\right)} = e^a + e^{b_1x_1} + \dots + e^{b_nx_n} = \frac{p_{X=1}}{1-p_{X=1}}$$

Os coeficientes exponenciados expressam a *razão de chance*, isto é, a relação entre duas chances condicionais. No caso do modelo logístico binomial múltiplo, o coeficiente exponenciado indica a razão de chance entre uma dada categoria da variável independente em questão e a categoria de referência dessa variável, controlando-se pelas demais variáveis do modelo. Se o resultado obtido é igual a um, significa a chance das duas categorias serem iguais, ou seja, não há diferença entre as duas chances condicionais. Valores acima de um indicam chance maior para a categoria contrastada com a categoria de referência e valores abaixo de um indicam chance menor que a categoria de referência.

A comparação entre as características e movimentação dos trabalhadores de diferentes regiões metropolitanas trouxe a possibilidade de uma perspectiva mais abrangente ao estudo, permitindo, sobretudo, a identificação de traços comuns que constituem o mercado de trabalho brasileiro. A pesquisa comparativa significa um passo inicial, mas consistente, no sentido de contribuir para o entendimento do fenômeno do trabalho informal metropolitano no Brasil. May (2004) identifica quatro benefícios das pesquisas comparativas. O primeiro se refere ao que o autor denomina de “visão de importação espelhada”, ou seja, que possibilita a percepção das práticas domésticas a partir daquelas de outras sociedades. O segundo benefício reside na identificação de diferenças e semelhanças, o que possibilita perceber os fatores macro, que influenciam as mudanças sociais e políticas (exógenos), e os fatores micro, que são peculiares a cada situação social (endógenos). Um terceiro benefício, ligado ao anterior, é que o estudo comparativo pode possibilitar o desenvolvimento teórico, quando tais fatores macro são identificados como base para explicações gerais. O autor identifica, ainda, como benefício dos estudos comparativos o fortalecimento da capacidade de previsão, ou seja, ações no sentido de intervir nessas realidades podem se apoiar nos resultados encontrados em

outras realidades. Por outro lado, o autor afirma que é preciso ter cuidado ao tentar explicar as relações sociais entre sociedades e contextos, bem como ao arriscar generalizações para fora do objeto delimitado para análise. Nesse sentido, pode-se dizer que o estudo entre as três regiões metropolitanas brasileiras, realizado nesta tese, proporcionou, principalmente, a percepção do impacto das mudanças socioeconômicas, ocorridas no período, nos contextos específicos dos mercados de trabalho.

Devido ao grande número de informações tabulares utilizadas na tese, em várias partes do texto elas foram citadas sem a presença das tabelas, para que a leitura e compreensão não ficassem comprometidas. No entanto, como tais informações serviram de apoio à análise, elas foram disponibilizadas no apêndice, de modo que pudessem ser consultadas, conforme interesse ou dúvida do leitor.



### **3 MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS**

Este capítulo apresenta as características básicas de nove regiões metropolitanas brasileiras e descreve a formação dos mercados de trabalho das regiões de Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre, identificando e examinando as alterações ocorridas no ano de 2011 em relação ao de 2002, com destaque para o processo de formalização. Nesta etapa da pesquisa o objetivo central foi o de contextualizar as dinâmicas dos mercados de trabalho das três regiões metropolitanas, de modo a subsidiar a análise da movimentação dos trabalhadores, desenvolvida no capítulo seguinte.

As primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram instituídas na segunda metade do século XX, dentro do processo de urbanização do país. Contudo, ao longo do tempo, a ausência de uma legislação que estabelecesse parâmetros de homogeneização dos critérios de inserção de municípios nessas regiões levou à instituição de várias unidades um tanto distintas entre si. Algumas regiões metropolitanas apresentam um conjunto de municípios mais integrados, devido à maior participação desses em sua dinâmica, mas outras apresentam uma conformação mais fragmentada por dois conjuntos de municípios distintos: “os mais fortemente integrados, situados, em geral ao redor do polo, e aqueles com níveis mais fracos de integração, praticamente à margem dos processos peculiares do fenômeno urbano do aglomerado.” (MOURA et al., 2007, p.137).

Ao avaliarem os graus de integração de 59 unidades brasileiras - 51 Regiões Metropolitanas, 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento e 5 Aglomerações urbanas -, Ribeiro e outros (2012) afirmam que apenas doze podem ser consideradas regiões metropolitanas. São elas: São Paulo, classificada como grande metrópole nacional, Rio de Janeiro e Brasília, como metrópoles nacionais, e Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador, classificadas como metrópoles<sup>8</sup>. De acordo com os autores, consideram-se “[...] como metropolitanos os centros que se caracterizam pelos principais papéis em gestão do território, grande porte, fortes relacionamentos entre seus municípios, e extensa área de influência direta.” (IBGE, apud RIBEIRO et al., 2012, p.10).

As nove regiões metropolitanas contempladas pela PNAD (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém) estão entre as doze unidades consideradas de fato como metropolitanas. Elas concentram, de acordo com o

---

<sup>8</sup> A pesquisa de Ribeiro e outros (2012) adotou a classificação do IBGE, em estudo realizado sobre as regiões de influência das cidades, em 2007.

Censo de 2010, 30% da população brasileira e 35% da população urbana. Nessas regiões surgiram e desenvolveram-se polos de atividades econômicas que passaram a concentrar grande parte da força de trabalho do país e uma dinâmica urbana complexa.

Como discutido no capítulo anterior, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro têm um peso muito grande no grupo das nove regiões, quanto ao tamanho de suas populações. No outro extremo está a Região Metropolitana de Belém com participação bem abaixo das demais, em termos populacionais. As capitais, que constituem os municípios polos dessas nove regiões metropolitanas, ocupam posições de destaque entre as cem maiores cidades brasileiras em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país (Tabela 1).

**Tabela 1 - Posição ocupada pelas capitais entre os 100 maiores municípios, em relação ao PIB e participação relativa, segundo os municípios – 2000 e 2010**

Municípios	Posição ocupada		Participação percentual (%)	
	2000	2010	2000	2010
São Paulo	1 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	10,41	11,77
Rio de Janeiro	2 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	4,67	5,05
Belo Horizonte	5 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	1,38	1,37
Porto Alegre	10 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	0,97	1,14
Curitiba	7 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	1,04	1,41
Recife	11 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	0,85	0,80
Salvador	15 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	0,82	0,97
Fortaleza	17 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	0,74	0,98
Belém	25 <sup>a</sup>	27 <sup>a</sup>	0,49	0,48

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000, 2010.**

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro ocupam o primeiro e segundo lugares, respectivamente, em volume do PIB, com grande diferença entre as duas, e entre elas e as demais. Enquanto as capitais de seis regiões metropolitanas tiveram uma participação percentual no PIB nacional variando entre 0,80% e 1,41%, Rio de Janeiro teve 5,05% e São Paulo 11,77%. Na análise de Moura e outros (2007), a Região Metropolitana de São Paulo é a única que constitui uma grande metrópole nacional. De acordo com os indicadores utilizados pelos pesquisadores, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta uma grande distância da segunda maior região, a do Rio de Janeiro, que, por sua vez, também aparece distante das demais regiões metropolitanas brasileiras. No outro extremo, com PIB bem abaixo das demais, encontra-se a cidade de Belém, com participação de 0,48% no PIB nacional, tendo passado da 25<sup>a</sup> posição, em 2000, para a 27<sup>a</sup> posição, em 2010 (Tabela 1).

Entre as nove regiões citadas, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é a terceira maior em população, seguida da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Já a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é a segunda maior em população entre as três do

nordeste, com pequena diferença para a região de Recife. Contudo, a RMF se destacou das demais tanto em crescimento do PIB, no período, quanto em crescimento da PIA, PEA e PO (Tabela 2).

**Tabela 2 - Crescimento da população em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA), população ocupada (PO) e taxa de ocupação, segundo a região metropolitana (%)**

Regiões metropolitanas	Crescimento 2011 em relação a 2002			Taxa de ocupação	
	PIA	PEA	PO	2002	2011
São Paulo	12,9	11,2	19,2	0,86	0,93
Rio de Janeiro	10,6	12,7	18,0	0,88	0,92
Belo Horizonte	14,1	13,2	20,1	0,88	0,93
Porto Alegre	8,8	5,2	10,6	0,90	0,95
Curitiba	16,6	16,4	22,0	0,91	0,95
Recife	13,6	4,3	7,8	0,85	0,88
Salvador	20,1	22,5	31,2	0,81	0,86
Fortaleza	25,2	25,4	35,9	0,86	0,94
Belém	21,1	21,7	24,7	0,87	0,89

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Observam-se alterações significativas dos indicadores das nove regiões metropolitanas em 2011, em comparação com 2002, apontando o dinamismo de seus mercados de trabalho, no período. O aumento da Taxa de Ocupação (TO) ocorreu em todas elas, com destaque para a RMF que registrou a maior variação. O crescimento da PO acima da PEA e da PIA em quase todas as regiões aponta um desempenho positivo do mercado de trabalho no período. O bom desempenho do mercado de trabalho não se refere, contudo, a todos os setores da economia, pois enquanto ocorreu variação positiva, em número de trabalhadores, no setor de serviço, as atividades da indústria, agricultura e comércio registraram queda<sup>9</sup>.

Entre as principais mudanças do mercado de trabalho no período analisado, aquela que chama mais atenção diz respeito à elevação de trabalhadores formais no grupo dos empregados. De acordo com as informações da Tabela 3, a relação era de 53% formais contra 47% informais, em 2002, enquanto em 2011 a diferença aumentou significativamente, apresentando 62,4% formais contra 37,6% informais. Em outros termos, houve uma variação positiva de 9,5%, resultado da criação de postos de trabalho formais no período para as regiões metropolitanas. A maior variação aparece entre os empregados com carteira (10,7%) e, do lado dos informais, a maior variação negativa aparece entre os empregados sem carteira (4,6%). Nota-se que, em 2011, o maior grupo de informais passou a ser o de trabalhadores por

<sup>9</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A3).

conta própria que também sofreu uma redução nesse período, mas de apenas 1,7% em relação a 2002.

**Tabela 3: Distribuição dos trabalhadores das regiões metropolitanas por ano, segundo a posição na ocupação - 2002 e 2011 (%)**

Posição na ocupação	2002	2011
Empregado com carteira	41,8	52,5
Militares e funcionários públicos estatutários	6,7	6,7
Empregadores	4,5	3,2
<b>Total de trabalhadores formais</b>	<b>53,0</b>	<b>62,4</b>
Empregado sem carteira	22,9	17,2
Trabalhadores por conta própria	20,8	19,1
Outros informais (1)	3,3	1,3
<b>Total de trabalhadores informais</b>	<b>47,0</b>	<b>37,6</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

(1) Trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados.

A comparação entre os dados das nove regiões metropolitanas revelou diferenças importantes entre as variações registradas. Em 2002, as regiões metropolitanas do Nordeste e do Norte apresentavam um número maior de trabalhadores informais que o de trabalhadores formais, situação inversa à das regiões metropolitanas do Sudeste e Sul (Tabela 4). Em 2011, oito das nove regiões metropolitanas apresentaram valores maiores para os trabalhadores formais (a exceção é a Região Metropolitana de Belém). As regiões metropolitanas de Salvador e Fortaleza ainda registravam valores elevados para a informalidade do trabalho, mas a diferença em relação aos valores das regiões Sudeste e Sul caiu, em relação a 2002. Já a Região Metropolitana de Recife apresentou um dos desempenhos mais baixos com relação à sua taxa de ocupação, mas teve o melhor resultado, entre as nove regiões metropolitanas, quanto à formalização, uma vez que tinha, em 2002, 52,6% de seus trabalhadores na informalidade, registrando queda para 37,8%, em 2011.

Considerando as três regiões escolhidas para análise, pode-se perceber que as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre apresentavam valores próximos para o trabalho informal, em 2011, ou seja, 36% e 34,6%, respectivamente, mas a RMF ainda tinha 49,5% da sua população ocupada na informalidade (Tabela 4). Como visto, a RMF apresentou o melhor desempenho, entre as regiões metropolitanas, quanto à taxa de ocupação, em 2011, contudo, em relação à redução da informalidade, nota-se que a variação apresentada está entre as menores taxas, ou seja, grande parte do dinamismo de seu mercado de trabalho parece ser decorrente da entrada de trabalhadores em atividades informais.

**Tabela 4: Distribuição dos trabalhadores formais e informais por ano, segundo a região metropolitana - 2002 e 2011 (%)**

Regiões metropolitanas	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
São Paulo	54,9	45,1	100,0	65,9	34,1	100,0
Rio de Janeiro	54,7	45,3	100,0	61,9	38,1	100,0
Belo Horizonte	55,8	44,2	100,0	64,0	36,0	100,0
Porto Alegre	55,6	44,4	100,0	65,4	34,6	100,0
Curitiba	54,7	45,3	100,0	64,5	35,5	100,0
Recife	47,4	52,6	100,0	62,2	37,8	100,0
Salvador	48,3	51,7	100,0	56,3	43,7	100,0
Fortaleza	42,0	58,0	100,0	50,4	49,6	100,0
Belém	37,6	62,4	100,0	47,3	52,7	100,0
<b>Total</b>	<b>52,9</b>	<b>47,1</b>	<b>100,0</b>	<b>62,4</b>	<b>37,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Pode-se afirmar, portanto, que o período compreendido entre os anos de 2002 e 2011 trouxe várias alterações positivas para os mercados de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras, mas os impactos das políticas nacionais e regionais geraram resultados distintos entre elas. Embora alguns resultados das regiões metropolitanas do Nordeste tenham se mostrado mais positivos do que aqueles das demais regiões brasileiras, as taxas de trabalhadores informais ainda mostram-se persistentes, principalmente na RMF, que perdia apenas para a Região Metropolitana de Belém em número de informais, tanto em 2002, quanto em 2011.

Tendo em vista as distintas dinâmicas e características dos mercados de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras, fez-se necessário acrescentar algumas variáveis à análise no intuito de alcançar maior detalhamento e profundidade. Desse modo, nas próximas seções, serão descritas e comentadas as principais informações sobre os processos de desenvolvimento socioeconômico das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza, destacando-se as alterações referentes aos processos de formalização.

### 3.1 A Região Metropolitana de Belo Horizonte

A Região Metropolitana de Belo Horizonte é a terceira maior do país e abrange, atualmente, 34 municípios, alguns pequenos e com pouca importância econômica. De acordo com Mendonça e Andrade (2009), a RMBH manteve sua composição original, com 14 municípios de 1975, data da sua criação, até 1989, mas a partir desse ano novos municípios foram incorporados.

A Figura 1 apresenta o mapa da RMBH, acrescido das 14 cidades que compõem o chamado Colar Metropolitano,<sup>10</sup> “formado por municípios do entorno da região afetados pelo processo de metropolização,” cujo “propósito é integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum.” (DRUMMOND; ANDRADE, 2002, p.70).

O mapa traz, ainda, uma classificação de todos os municípios, de acordo com o seu nível de integração à dinâmica de metropolização. A cidade de Contagem se destaca como extensão de Belo Horizonte, tendo em vista sua alta integração à dinâmica da capital. Além das duas cidades, os outros municípios de maior importância econômica são Betim, Sete Lagoas, Santa Luzia e Nova Lima. Conforme os dados do Censo 2010, Belo Horizonte ocupava a 5ª posição em relação ao PIB nacional e os municípios de Betim e Contagem ocupavam a 15ª, e 24ª posições, respectivamente. De modo geral, pode-se afirmar que o espaço econômico da RMBH mostra-se “bastante polarizado pela capital, municípios industriais ao oeste (Contagem e Betim) e os municípios com população de maior renda ao sul (Nova Lima, Brumadinho e Rio Acima) e ao norte (Confins e Lagoa Santa).” (SOARES, 2015, p.86).

Belo Horizonte, cidade polo da região metropolitana, foi inaugurada em 1897, em substituição à antiga capital de Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto. Singer (1968) afirma que o papel da nova capital como centro econômico regional mostrou-se limitado até 1930, quando se tornou uma espécie de foco ferroviário. Para ele, o impacto da nova capital sobre a economia mineira nas primeiras décadas como sede do governo pode ser considerado nulo. Contudo, a capital já se destacava como centro têxtil no Estado em 1908, apesar da grande dispersão da indústria por todo território, criando conjuntos locais estanques uns em relação aos outros, traço que caracterizou, segundo Singer (1968), o processo de industrialização de Minas Gerais.

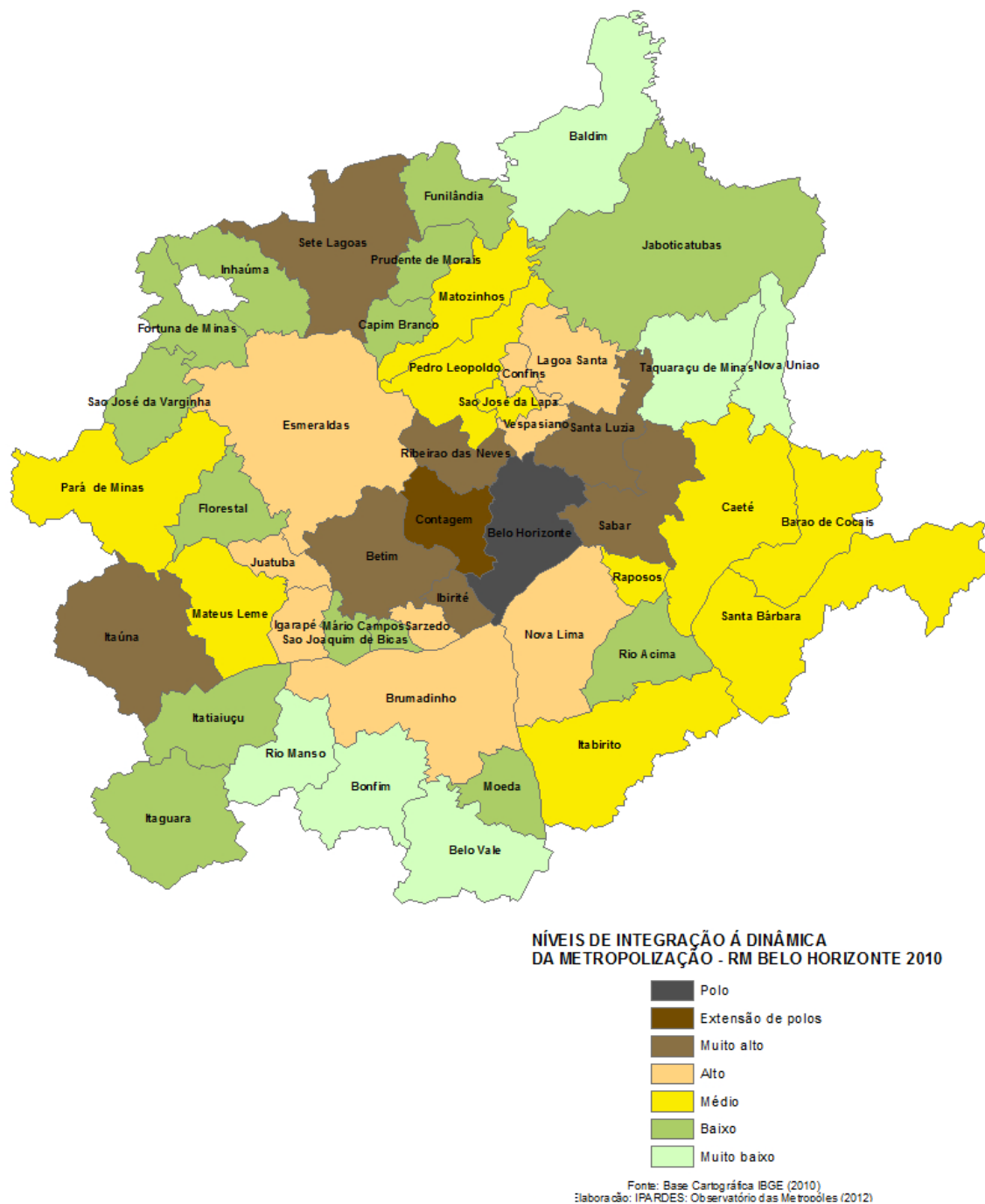
Como sede de governo, Belo Horizonte adquiria centralidade e riqueza, uma vez que grande parte de sua população era de funcionários públicos. De acordo com Singer (1968, p.224), “a compartimentação regional da economia, com sua consequente dispersão dos mercados, acabou por se constituir em sério óbice à industrialização do Estado.” Porém, o centro mais importante da indústria têxtil do Estado estendeu-se, a partir de Belo Horizonte em direção ao norte, ao longo do Vale do Rio das Velhas, aos municípios vizinhos de Santa

---

<sup>10</sup> O colar metropolitano é uma figura criada pela Constituição Estadual de 1989 e institucionalizada em 1993 com 20 municípios. Tanto a Região Metropolitana quanto o Colar Metropolitano sofreram alterações ao longo do tempo.

Luzia e Sete Lagoas, até Curvelo. Na década de 1920, a cidade já havia se tornado o terceiro município industrial de Minas Gerais, depois de Juiz de Fora e Nova Lima. De acordo com os dados do Censo daquele ano, de uma população ocupada de 17.158 trabalhadores, 5.942 (34,6%) estavam na indústria.

**Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano**



Fonte: RIBEIRO, 2012.

O fortalecimento da economia de Belo Horizonte ocorreu no período entre as duas guerras mundiais com um maior esforço no sentido da criação de uma indústria siderúrgica. De acordo com Singer (1968, p.240), as “condições econômicas no mercado de artefatos de ferro e aço foram profundamente alteradas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que privou o Brasil de grande parte de suas importações, forçando o ritmo de sua substituição”. A formação de um parque siderúrgico localizado junto às jazidas de minério, na zona central de Minas Gerais, mostrou-se mais viável. A Usina Siderúrgica Mineira, implantada na cidade de Sabará em 1917, tornou-se em 1921 a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, em associação com capitais belgo-luxemburgueses. “O surgimento desta empresa inaugurou, no Brasil, o que se poderia chamar de média siderurgia, em contraposição à pequena siderurgia já existente antes e à grande siderurgia que surgiria depois, com Volta Redonda, COSIPA, USIMINAS, etc.” (SINGER, 1968, p.243).

A partir de 1930, sobretudo pelo crescimento da siderurgia em Minas Gerais e pela conclusão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, a produção brasileira de ferro e aço superou o volume importado, consumando a parte mais importante do processo de substituição de importações. Nesse período, a Companhia Belgo Mineira lidera a siderurgia mineira elevando sua produção ao longo da década e inaugurando, em 1937, a Usina de Monlevade, em Rio Piracicaba. Na cidade de Caeté, foi fundada em 1931, a Companhia Ferro Brasileiro S.A. Singer (1968) descreve a divisão inter-regional do trabalho no setor siderúrgico na década de 1940:

[...] em Minas, onde se localiza a matéria-prima, dá-se a primeira transformação do minério em ferro gusa, que é escoado por via marítima ou pela Central do Brasil para o Rio onde se dá a transformação do ferro gusa em aço e laminados, que por sua vez são transformados em produtos finais em São Paulo e na Guanabara. (SINGER, 1968, p.247).

A população de Belo Horizonte aumentou 286% entre os anos de 1920 e 1940, chegando a 214.307 habitantes, conforme dados citados por Singer (1968). Segundo o autor, com a construção de novas rodovias, tendo Belo Horizonte por centro, a cidade torna-se o entreposto comercial dos produtos do Vale do Rio Doce e de outras áreas tributárias da capital.

Com a Segunda Guerra Mundial, o processo de industrialização se intensificou em várias partes do país. A industrialização intensiva ocorrida em São Paulo e no Rio de Janeiro levou à expansão por alimentos, permitindo a Minas Gerais aumentar sua participação nesses mercados. Ao final da década de 1940, além de ser o mais importante município industrial do

Estado, Belo Horizonte também surgia como “o tronco de uma espécie de árvore industrial, do qual parte um ramo para oeste (indústria têxtil), atingindo Paraopeba e Curvelo, outro para o leste (siderurgia), passando por Sabará, Caeté, Barão de Cocais e Rio Piracicaba, e um terceiro ainda para o sul (indústria têxtil, mineração e siderurgia), passando por Nova Lima, Itabirito, Congonhas e Lafaiete.” (SINGER, 1968, p.254).

No esforço do governo de Minas Gerais em atrair indústrias para a região, foi criada em 1941 a chamada cidade industrial, localizada no município de Contagem, a 10 km a sudoeste de Belo Horizonte. De acordo com Singer (1968), o êxito desse empreendimento não foi imediato e somente a partir de 1955 é que numerosas grandes empresas se instalaram na região. Uma segunda cidade industrial foi criada, posteriormente, no município de Santa Luzia. A década de 1940 representou, conforme Mendonça e Andrade (2009, p.3), o início do processo de metropolização da região de Belo Horizonte, “período marcado por importantes intervenções públicas que definiriam os futuros processos de expansão da capital e sua conurbação com os municípios vizinhos, principalmente a oeste e norte.” Mas foi nas duas décadas seguintes que ocorreu o maior crescimento demográfico, com forte migração oriunda do interior do Estado.

No início da década de 1960, Belo Horizonte e os dois municípios sede de cidades industriais, Contagem e Santa Luzia, representavam mais de 20% do valor da produção industrial do Estado. Nessa mesma década, o município de Betim começa a se tornar parte importante desse polo industrial com a construção da refinaria de petróleo Gabriel Passos.

Segundo Diniz (2000), o município de Contagem passou a ser identificado como a área industrial de Belo Horizonte e foi onde as indústrias se instalaram a partir de 1940, especialmente as pesadas nos segmentos de metal-mecânica, de minerais não metálicos, têxtil e de alimentos. Já o município de Betim, cujo parque industrial era pequeno até a década de 1970, com a instalação da Fiat, passou a atrair indústrias produtoras de partes e componentes que levaram a cidade a um grande desenvolvimento. Esse período ficou conhecido como o da “nova industrialização mineira”, caracterizada, conforme Teixeira e Souza (2000, p.297), “pela resolução dos problemas energéticos, pelo espaço privilegiado oferecido pela cidade industrial e pela consolidação do setor siderúrgico, no Quadrilátero Ferrífero.” Ainda segundo os autores, o aumento das ocupações na indústria de transformação alterou a composição do operariado gerando profunda mudança no mercado de trabalho da região metropolitana. Além do setor secundário, as décadas de 1960 e 1970 proporcionaram, também à RMBH, as condições para o desenvolvimento de uma moderna atividade de serviços vinculada, sobretudo, aos grandes projetos estatais em siderurgia, energia, transportes e serviços.

Nas décadas seguintes, a dinâmica socioeconômica da região foi alterada em decorrência da conjuntura nacional e suas crises, bem como dos projetos de abertura comercial e de privatização das empresas estatais. Esses e outros fatores como os programas de estabilização, valorização cambial entre 1994 e 1999, elevadas taxas de juros e, conseqüentemente, baixo crescimento econômico, acarretaram “uma redução relativa da importância do setor industrial e elevado crescimento do desemprego.” (MENDONÇA; ANDRADE, 2009, p.6).

De acordo com dados de 2010, analisados por Soares (2015), a RMBH apresentou bons resultados quanto à produção, sobretudo a capital e os municípios de Betim, Contagem e Nova Lima. O autor destacou, ainda, o crescimento da produção nos municípios que se localizam na parte leste e norte da capital e o aumento dos postos de trabalho formais.

Embora a década de 2000 tenha sido marcada pelo crescimento econômico e aumento do emprego regulado, nota-se que as atividades industriais continuaram registrando perdas quanto ao número de trabalhadores. Comparando-se os dados dos grupamentos de atividades, nota-se que, em 2002, as atividades de indústria compreendiam 16,7% dos trabalhadores da RMBH, e, em 2011, 15,5% (Tabela 5).

**Tabela 5 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupamento de atividades – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%)**

Grupamento de atividades	2002	2011
<b>Serviços</b>	41,6	41,0
Educação, saúde e serviços sociais	11,3	10,3
Transporte, armazenagem e comunicação	6,0	6,5
Alojamento e alimentação	4,4	5,7
Administração pública	5,2	5,6
Serviços domésticos	9,4	8,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,3	4,8
<b>Comércio e reparação</b>	17,6	19,1
<b>Indústria</b>	16,7	15,5
<b>Construção</b>	8,8	10,0
<b>Agrícola</b>	3,9	2,3
<b>Outras atividades</b>	11,4	12,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	5 756	6 133
<i>N</i>	2 089 408	2 553 251

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

As diversas atividades do setor de serviços totalizavam 41,6% do número de trabalhadores em 2002 e registraram pequena queda, sobretudo devido à redução dos trabalhadores em educação, saúde e serviços sociais, bem como dos domésticos. Já as atividades de alojamento e alimentação tiveram alta de 4,4% para 5,7%. As atividades de

comércio e reparação registraram a maior variação positiva, em número de trabalhadores, passando de 17,6%, em 2002, para 19,1%, em 2011. As atividades da construção também registraram um aumento significativo no número de trabalhadores, em 2011. Já as atividades agrícolas registraram queda no período (Tabela 5).

As alterações na economia se refletiram na composição ocupacional e podem ser observadas pela comparação das informações sobre os grupos ocupacionais nos dois anos (Tabela 6).

**Tabela 6 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupo ocupacional – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011(%)**

Grupos ocupacionais	2002	2011
Escriturário	10,5	10,4
Trabalhador no comércio	7,8	9,4
Trabalhador na construção civil	7,6	8,6
Trabalhador doméstico	8,3	6,6
Cozinheiro/garçom	4,0	4,8
Dirigentes e Gerentes	5,3	4,4
Motorista em geral	4,0	4,2
Professor	3,5	3,3
Profissional liberal	2,4	2,9
Gari/jardineiro	2,9	2,6
Cabeleireiro/esteticista	2,2	2,2
Demais Atividades (1)	41,4	40,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	5 756	6 133
<i>N</i>	2 089 408	2 553 251

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.**

(1) Atividades que alcançaram apenas 2% ou menos de participação na população ocupada em 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Nota-se que houve aumento na participação de alguns grupos ocupacionais na população ocupada e redução da participação de outros. O maior grupo de trabalhadores, nos dois anos, era o de escriturários, mas o segundo grupo mais representativo, em 2002, era o de trabalhadores domésticos que caiu para a quarta posição em 2011, sofrendo a maior queda entre os grupos. O grupo ocupacional de escriturário compreende todos aqueles que trabalham em escritórios, como atendentes de telemarketing, telefonistas, recepcionistas, secretárias e auxiliares, entre outros. Com o aumento dos trabalhadores no comércio e na construção civil, no período, esses grupos passaram a ocupar o segundo e terceiro lugares em participação no mercado de trabalho. Os grupos dos cozinheiros/garçons e profissionais liberais também tiveram aumentos significativos de trabalhadores, enquanto o grupo de trabalhadores na agropecuária teve redução, caindo para menos de 2% de participação na população ocupada.

Quanto ao processo de formalização, a análise por grupo indicou que, entre os maiores grupos ocupacionais todos tiveram aumento do número de empregados com carteira assinada, destacando-se os trabalhadores no comércio, que tinha 53,9% do seu grupo formalizado, em 2002, e passaram a ter 70,6%, em 2011. O grupo ocupacional de escriturários tinha 80,8% dos trabalhadores formalizados, em 2002, e subiu para 88,9%, em 2011. Vale ainda destacar o grupo ocupacional dos cozinheiros/garçons, que passou a ser o quinto maior em número de trabalhadores na RMBH, em 2011, e teve um aumento significativo de formais, registrando aumento de 44,8% para 63,6%.<sup>11</sup>

**Tabela 7 - Distribuição dos trabalhadores por ano e sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%)**

Posição na ocupação	2002			2011		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Empregado com carteira	46,4	39,3	<b>43,3</b>	55,8	50,4	<b>53,3</b>
Militar e func. público estatutário	5,6	9,3	<b>7,2</b>	4,5	9,8	<b>6,9</b>
Empregador	6,6	3,6	<b>5,3</b>	4,7	2,6	<b>3,8</b>
<b>Total de trabalhadores formais</b>	<b>58,6</b>	<b>52,2</b>	<b>55,8</b>	<b>65,0</b>	<b>62,8</b>	<b>64,0</b>
Empregado sem carteira	20,0	24,9	<b>22,2</b>	13,8	20,3	<b>16,8</b>
Trabalhador por conta própria	18,6	16,1	<b>17,5</b>	19,9	14,6	<b>17,5</b>
Outros informais (1)	2,8	6,8	<b>4,5</b>	1,3	2,3	<b>1,7</b>
<b>Total de trabalhadores informais</b>	<b>41,4</b>	<b>47,8</b>	<b>44,2</b>	<b>35,0</b>	<b>37,2</b>	<b>36,0</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	3 224	2 534	5 758	3 352	2 781	6 133
<i>N</i>	1 169 928	919 480	2 089 408	1 395 482	1 157 769	2 553 251

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.**

(1) Trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Comparando-se as informações sobre a posição na ocupação nos dois períodos (Tabela 7), foi possível perceber que houve um grande aumento entre os empregados com carteira. Esses empregados, incluindo os domésticos, representavam 43,3% dos trabalhadores, em 2002, e subiu para 53,3%, em 2011, ou seja, uma variação de 10 pontos percentuais. Os outros grupos de trabalhadores formais, constituído por militares, funcionários públicos e empregadores, registraram queda.

Por outro lado, entre os informais houve queda em todos os grupos, exceto no dos trabalhadores por conta própria que manteve os mesmos 17,5% de representação no mercado de trabalho, chegando a ter um aumento em números absolutos de 81 mil pessoas: em 2002 eram 366 mil, subindo para 447 mil, em 2011. Essa diferença no número de trabalhadores por

<sup>11</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A4).

conta própria, em 2011, evidencia uma dinâmica intensa do mercado de trabalho também no que diz respeito às atividades informais.

As alterações por sexo, tanto no que se refere à posição na ocupação quanto à categoria de emprego foram significativas para a RMBH. De modo geral, houve aumento da participação das mulheres que, em 2002, representavam 44% da população ocupada e, em 2011, passaram a 45,3%. Foram registradas alterações significativas dentro dos subgrupos, pois observou-se um aumento entre os empregados com carteira e queda no grupo dos outros informais, especialmente dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, decorrente da redução de trabalhadores nas atividades agrícolas. Enfim, a formalização foi maior entre as mulheres, chegando a 10,7 pontos percentuais no período, enquanto, entre os homens, foi de 6,5 pontos percentuais.

De acordo com análise dos dados da PNAD, o aumento de trabalhadores que contribuem para a previdência ficou acima daquele observado para a formalização, indicando que houve elevação significativa entre os informais: o maior aumento registrado foi entre os trabalhadores por conta própria, seguido do doméstico sem carteira e, em terceiro, os demais empregados sem carteira. Considerando todos os trabalhadores ocupados em 2011, 72,6% eram contribuintes, enquanto em 2002 eram 59,9%. Por outro lado, apesar do melhor desempenho do mercado de trabalho no período, o número de sindicalizados caiu, de 15,8%, em 2002, para 14,3%, em 2011.<sup>12</sup>

Quanto às características dos trabalhadores da RMBH, ocorreram algumas alterações significativas, no período, relativas a três variáveis. A primeira diz respeito ao envelhecimento, pois os dados apontam a redução de trabalhadores nas faixas etárias que vão até os 39 anos e aumento nas faixas entre 40 e 60 anos, sobretudo entre os informais. Outra alteração relevante foi o aumento da escolaridade, observada tanto entre os trabalhadores formais quanto entre os informais. Essa mudança é evidenciada pela redução do número de trabalhadores nas faixas inferiores, com destaque para aqueles na faixa de 4 a 7 anos de estudo. Já as faixas a partir de onze anos de estudo tiveram aumento, com destaque para a faixa de 11 a 14 anos. Em 2002, 36,1% dos trabalhadores formais tinham entre 11 e 14 anos de estudo, e, em 2011, passaram para 43,6% nessa faixa. Entre os informais eram 21,1% nessa faixa, em 2002, e 30%, em 2011. A terceira alteração relevante refere-se ao aumento do rendimento mensal do trabalhador, cuja faixa predominante, em 2011, passou a ser de mais de um até dois salários mínimos (45,4% entre os formais e 32,2% entre os informais) e, em 2002,

---

<sup>12</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabela A5 e A6).

era de meio até um salário mínimo entre os formais e de até meio salário mínimo entre os informais. A faixa de mais de dois até três salários mínimos também registrou alta significativa entre os dois grupos, embora ainda fique bem abaixo da anterior em número de trabalhadores (17,2% entre os formais e 12,2% entre os informais, em 2011). Observou-se, ainda, que a redução do número de trabalhadores na faixa de até meio salário mínimo foi expressiva entre formais e informais, mas já na faixa de mais de meio até um salário a queda foi grande entre os trabalhadores informais e pouco representativa entre os formais. O peso, no caso dos informais, é do grupo dos trabalhadores domésticos sem carteira, que se concentram nas faixas até um salário mínimo. Separando-se por sexo, apesar da melhora para ambos, manteve-se a diferença entre rendimentos, pois nas menores faixas predominam as mulheres.<sup>13</sup>

O grande número de trabalhadores da RMBH faz do seu mercado de trabalho um dos maiores do país, tendo crescido de forma expressiva na segunda metade do século XX. O setor de serviços sempre se mostrou forte na região, uma vez que a cidade polo é também a capital do Estado, construída para essa finalidade. As atividades industriais já tiveram grande destaque na economia da região, mas, como vem acontecendo em vários grandes centros, desde a década de 1980, a indústria vem perdendo participação em número de trabalhadores, enquanto crescem as atividades ligadas ao comércio, e, na última década, à construção civil. Embora os empregos nos setores de comércio e serviço sejam, tradicionalmente, menos regulados que aqueles do setor industrial, houve um aumento do trabalho formal no período entre 2002 e 2011, com destaque para os trabalhadores no comércio e escriturários. Chama a atenção nessa dinâmica do mercado de trabalho da RMBH o fato de todas as posições informais terem sido reduzidas, exceto a dos trabalhadores por conta própria que, ao contrário, aumentou no período. Entre as alterações identificadas nos perfis dos trabalhadores, as mais evidentes apontaram o envelhecimento da população ocupada, sua maior escolarização e a melhoria de rendimento, tanto entre os formais como entre os informais. Essas características e alterações da RMBH trazem muitas semelhanças com aquelas da RMPA, apresentadas a seguir.

---

<sup>13</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A7, A8 e A9).

### 3.2 A Região Metropolitana de Porto Alegre

Situada a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é composta, atualmente, por 31 municípios, sendo que os 4 maiores são Canoas, Viamão, Gravataí e Novo Hamburgo, além da capital (Figura 2). Em sua formação original, em 1973, a região metropolitana contava com 14 municípios, mas a Constituição Estadual de 1989 ao mesmo tempo em que confirmou sua configuração inicial também acrescentou 8 municípios. Desde então, conforme Alonso e Brinco (2009), em função dos desmembramentos, emancipações e incorporações de novos municípios, a região metropolitana passou a ser gradualmente alterada, tanto em sua área territorial, como em número de unidades que a constituem. Segundo dados do Censo 2010, a população da RMPA representava 37,2% da população total do estado, tendo apresentado redução do seu crescimento entre 2000 e 2010.

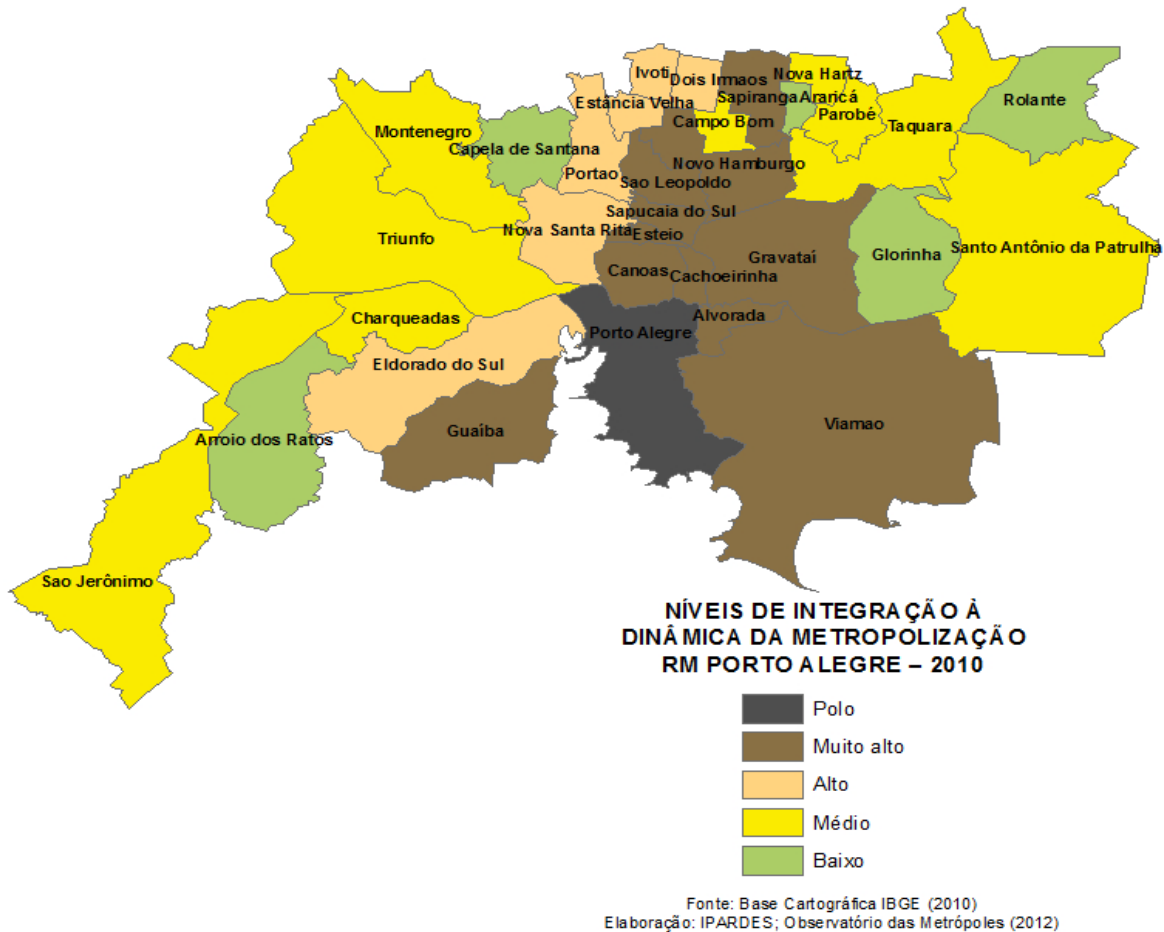
Toni (2004, p.176) afirma que “os 31 municípios que integram a Região abarcam cerca de um terço da população do Estado e congregam nada menos do que 40% da população trabalhadora gaúcha vinculada a atividades não agrícolas.” De acordo com os dados do Censo 2010, Porto Alegre ocupa a 7ª posição em relação ao PIB nacional e os municípios de Canoas e Gravataí ocupam a 31ª e 79ª posições, respectivamente. Conforme análise de Martins e Carrion (2013),

A relativa desaceleração do crescimento do PIB da RM de Porto Alegre, entre 2000 e 2010, que acompanhou a tendência de diminuição do crescimento da população, ocorreu simultaneamente ao maior crescimento do PIB em outros aglomerados urbanos do estado, como a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune), com aumento de 224%, superando a RM de Porto Alegre, com crescimento acumulado de 187,6%. (MARTINS; CARRION, 2013, p.123).

A parte norte da RMPA é polarizada por Novo Hamburgo e São Leopoldo, região com acentuada especialização no setor coureiro-calçadista e nos gêneros afins, como couros, peles e similares e papel e papelão. Esses municípios têm se consolidado, também, como polos de comércio e de serviços, com destaque na área de educação. Na parte sul, polarizada por Porto Alegre, encontra-se um setor secundário dinâmico, com a presença de setores da petroquímica, metalurgia, alimentação e complexo automotivo, entre outros. Contudo, o terciário também apresenta expressiva diversificação com a presença de serviços comerciais, de saúde, educação, transportes, telecomunicações e intermediários financeiros. A RMPA

traz, ainda, em suas sub-regiões mais recentes, a leste e a oeste, características marcadamente rurais. (ALONSO; BRINCO, 2009).

**Figura 2: Mapa da Região Metropolitana de Porto Alegre**



**Fonte: RIBEIRO, 2012.**

De acordo com Singer (1968), a história econômica do Estado teve início com o estabelecimento, em meados do século XVIII, dos açorianos, conforme a intenção do governo português de constituir uma população mais concentrada e assegurar a soberania sobre o território. Nesse momento iniciou-se também uma dicotomia entre criadores do sul e de lavradores do centro e do norte, que marcou a história do desenvolvimento da região. Dentro desse quadro, a cidade de Porto Alegre se constituiu como o centro de uma dessas metades. Segundo Singer (1968), até o início do século XX, a cidade foi o núcleo do desenvolvimento agrícola e comercial do centro e norte do Estado, mas a partir daí começou “a desempenhar

um papel integrador no Rio Grande, na medida em que a sua indústria une as duas sociedades agrárias num só mercado comum, obturando a fratura que as separava.” (SINGER, 1968, p.147).

A história de Porto Alegre remonta a 1736, quando foi concedida ali uma área como sesmária. Seu primeiro núcleo urbano foi criado a partir de 1752, com a chegada de uma comitiva de paulistas, que tinha por finalidade, conforme Singer (1968, p.147), “demarcar os limites entre os domínios lusos e espanhóis, fixados pelo Tratado de Madri.” No início do século XIX, Porto Alegre foi elevada a vila e, em 1822, a cidade. Situada em uma área privilegiada do ponto de vista do transporte hidroviário, Porto Alegre está, de um lado, junto à Lagoa dos Patos, pela qual ganha acesso ao mar, e, de outro, à margem do rio Guaíba, condições que fazem da cidade um escoadouro natural de toda a produção regional. Segundo Singer (1968), a primeira função econômica de Porto Alegre foi comercial, tendo como produto central o trigo por mais de um século. Ao final do século XVIII teve início a produção comercial do charque no Rio Grande do Sul e seu incremento significativo foi registrado a partir de 1811, quando começou no Estado uma espécie de ciclo do charque. Com isso, Porto Alegre torna-se entreposto de charque e outros produtos animais e “o centro de gravidade da vida econômica se deslocou para o sul da província, onde a criação era favorecida não só por melhores condições ecológicas como também por uma organização produtiva mais ampla e por isso mais eficaz.” (SINGER, 1968, p.152).

Pelotas como centro de charqueadas e Rio Grande como porto eclipsaram Porto Alegre, que ficou reduzida, do ponto de vista econômico, ao papel de capital regional de uma zona secundária. (...) Ao mesmo tempo em que estas duas cidades passam por um período áureo de desenvolvimento, sofre Porto Alegre de relativa estagnação, que se prolonga quase até o último quartel do século passado [XIX]. (SINGER, 1968, p.153).

A recuperação da centralidade de Porto Alegre teve início com o movimento de colonização europeia na região, sobretudo com sua intensificação em meados do século XIX. Além do núcleo alemão de São Leopoldo, foram fundadas novas colônias italianas nos vales dos rios Jacuí, Pardo, Taquari, Caí e Sinos, que desembocam no Guaíba, processo que tornou Porto Alegre o escoadouro da produção desenvolvida por elas.

Segundo Singer (1968), o desenvolvimento industrial de Porto Alegre e sua região foi tardio, se comparado ao do sul do Estado. A primeira companhia de fiação e tecidos instalou-se na cidade somente em 1891. Essa última década do século XIX foi marcada por um surto industrial pelo qual passava o país, resultado “da abolição da escravatura, da imigração em

massa de europeus, da tarifa mais acentuadamente protecionista adotada em 1890 e das facilidades de crédito (tendo em vista aliviar a situação dos ex-donos de escravos) então vigentes.” (SINGER, 1968, p.173).

A partir de 1921, quando foi inaugurado o moderno porto da Capital esse passou a ter maior movimentação que o de Rio Grande. Porto Alegre passa a ter a hegemonia industrial do Estado.

Mais do que isso: a zona industrial do Rio Grande do Sul se estabelece numa faixa em direção ao norte que tem Caxias numa extremidade e Porto Alegre na outra, funcionando como elos da cadeia, Novo Hamburgo e São Leopoldo. A indústria porto-alegrense extravasa os limites da cidade e transforma municípios vizinhos (Guaíba, Canoas, Esteio, Sapucaia) em subúrbios industriais da capital, em relação aos quais há perfeita continuidade urbana, o que nos permite falar em uma ‘Grande Porto Alegre’. (SINGER, 1968, p.184).

Alonso e Brinco (2009) sintetizam o processo de constituição da RMPA e seus dois principais subespaços que, segundo eles, ocorreu a partir de uma estruturação metropolitana que privilegiou inicialmente a industrialização liderada por Porto Alegre.

Mais adiante, ocorreu a expansão do desenvolvimento manufatureiro ao longo do eixo norte-sul, seguindo o traçado da BR-116. O desenvolvimento de São Leopoldo e Novo Hamburgo respondeu a esse movimento, seguindo-se à canalização de investimentos para infraestrutura básica e para o sistema produtivo e dando também origem à criação de postos de trabalho e à proliferação de loteamentos para abrigar uma população em rápida evolução. Já o desdobramento espacial na direção leste-oeste estruturou-se em função da BR-290, envolvendo municípios como Viamão, Guaíba, Gravataí, Cachoeirinha e Canoas. (ALONSO; BRINCO, 2009, p.16).

Nas décadas de 1970 e 1980, conforme Alonso e Brinco (2009), ocorreu um processo de desindustrialização na RMPA, e que se manteve ao longo da década de 1990 com menor intensidade. Entre 1980 e 1990, Porto Alegre deixou de ocupar o primeiro lugar na produção industrial do Estado. Ao longo da década de 1990, muitas empresas fecharam e o desemprego aumentou na região como nunca havia ocorrido antes. De acordo com os autores, as diferenças que geraram as duas subespacialidades da RMPA acabaram sendo reforçadas pelos acontecimentos das últimas décadas. Ou seja, na sub-região sul se concentraram os grandes investimentos da década de 1990, enquanto a norte “viu-se comprometida pela crise enfrentada pelo setor coureiro-calçadista, intensamente afetado pelos efeitos da reestruturação global e pelos ajustes realizados no modelo de crescimento seguido pelo País.” (ALONSO; BRINCO, 2009, p.17).

Analisando indicadores do mercado de trabalho da Região no período entre 1992 e 2002, Toni (2004, p.179) destaca as seguintes características: “expressiva ampliação da população ativa feminina, forte elevação nas taxas de desemprego, queda no emprego assalariado formal e aumento de inserções ocupacionais mais precárias.” A autora afirma, ainda, que “do total de 474 mil indivíduos acrescido ao universo de ocupados, em 10 anos, a expressiva parcela de 71% foi composta por duas categorias com inserção relativamente mais precária: assalariados sem registro em carteira (176 mil a mais) e trabalhadores por conta própria (161 mil).” (TONI, 2004, p.182).

Contudo, ao final da década de 1990 teve início uma retomada do processo de concentração industrial na região metropolitana, possibilitado pelo novo arranjo da economia nacional que incluiu a maxidesvalorização da moeda. Segundo Alonzo e Brinco (2009, p.17), essa “circunstância, associada a outros fatores, foi capaz de rearticular a economia do Estado e resultou em elevação do seu crescimento médio anual para 2,9% entre 1999 e 2002.”

Através da comparação entre as informações sobre os grupamentos de atividades (Tabela 8) e os grupos ocupacionais (Tabela 9), nos dois períodos, foram observadas algumas alterações relevantes na composição ocupacional da RMPA.

**Tabela 8 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupamento de atividades – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%)**

Grupamento de atividades	2002	2011
<b>Serviços</b>	36,6	37,9
Educação, saúde e serviços sociais	10,7	9,9
Transporte, armazenagem e comunicação	5,5	6,8
Alojamento e alimentação	3,4	4,5
Administração pública	4,7	4,9
Serviços domésticos	7,3	6,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,0	4,9
<b>Comércio e reparação</b>	18,5	19,1
<b>Indústria</b>	21,4	19,0
<b>Construção</b>	6,9	7,8
<b>Agrícola</b>	5,4	2,4
<b>Outras atividades</b>	11,2	13,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	8 961	9 030
<i>N</i>	1 813 171	2 048 281

**Fonte:** Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Quanto aos grupamentos de atividades (Tabela 8), percebe-se uma redução significativa no número de trabalhadores na indústria que, em 2002, correspondia a 21,4% da população ocupada da RMPA, caindo para 19%, em 2011. As atividades agrícolas registraram a maior queda no número de trabalhadores, que passou de 5,4% para 2,4%. Já as atividades de

comércio e reparação, bem como as da construção civil, registraram aumento de trabalhadores no período. O setor de serviços, que empregava 37,9% da população ocupada da região em 2011, registrou aumento de em relação a 2002, principalmente em decorrência das atividades de transporte, armazenagem e comunicação.

A análise dos grupos ocupacionais (Tabela 9) permite perceber, de forma mais clara, as alterações na composição da população ocupada da RMPA nos dois períodos.

**Tabela 9 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupo ocupacional – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%)**

Grupos ocupacionais	2002	2011
Escriturário	9,2	10,7
Trabalhador no comércio	6,1	9,4
Trabalhador na construção civil	5,9	7,0
Trabalhador doméstico	6,3	5,4
Dirigentes e Gerentes	4,6	4,8
Trabalhador indústria têxtil e vestuário	5,4	4,2
Cozinheiro/garçom	3,0	3,9
Motorista em geral	3,0	3,8
Profissional liberal	2,6	3,2
Professor	3,1	3,0
Gari/jardineiro	2,6	2,3
Técnico	2,9	2,3
Trabalhador transformação de metais	2,2	2,2
Demais Atividades (1)	43,1	37,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>8 961</i>	<i>9 030</i>
<i>N</i>	<i>1 813 171</i>	<i>2 048 281</i>

**Fonte:** Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

(1) Atividades que alcançaram apenas 2% ou menos de participação na população ocupada em 2011.

Entre os quatro maiores grupos ocupacionais, nota-se (Tabela 9) que houve aumento no número de trabalhadores, exceto para o grupo dos trabalhadores domésticos. O grupo ocupacional com maior número de trabalhadores continua sendo o de escriturários e registrou aumento no período. Contudo, o segundo grupo mais representativo, em 2002, era o de trabalhadores domésticos que caiu para a quarta posição, em 2011. O grupo dos trabalhadores no comércio subiu da terceira para a segunda posição, com o maior aumento entre os grupos, enquanto o de trabalhadores na construção civil passou da quarta para a terceira posição. As maiores quedas ocorreram entre os grupos de trabalhadores na agropecuária (caiu de 4,1 para 1,5%) e trabalhadores da indústria têxtil/vestuário (caiu de 5,4% para 4,2%).

Quanto ao processo de formalização, entre os maiores grupos ocupacionais da RMPA, todos registraram alta no número de trabalhadores formalizados, exceto os grupos de trabalhadores domésticos e dirigentes/gerentes, embora esse último grupo continue sendo o mais formalizado. Os grupos ocupacionais que registraram os maiores aumentos, em número

de formalizados nesse período, foram os de trabalhadores do comércio (de 45,8% para 66,8%), de cozinheiros/garçons (de 53,2% para 63,2%) e da construção civil (de 28,3% para 36,1%). Desse modo, percebe-se que trabalhadores do comércio, além de terem aumentado de forma significativa sua participação no mercado de trabalho, no período, tiveram uma mudança importante quanto à formalização, embora ainda registre um grande número de trabalhadores sem carteira. No caso da construção civil também houve uma melhora nesse sentido, mas continua evidente o quanto esse grupo é vulnerável no mercado de trabalho, uma vez que 63,9% desses trabalhadores encontram-se na informalidade, sobretudo na condição de trabalhador por conta própria (44,6%).<sup>14</sup>

A comparação das informações sobre as posições na ocupação de homens e mulheres, nos dois períodos, permite perceber os resultados do processo de formalização na RMPA (Tabela 10).

**Tabela 10 - Distribuição dos trabalhadores por ano e sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%)**

Posição na ocupação	2002			2011		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Empregado com carteira	44,6	44,1	<b>44,4</b>	54,9	55,4	<b>55,2</b>
Militar e func. público estatutário	4,9	7,9	<b>6,2</b>	5,6	7,1	<b>6,3</b>
Empregador	6,5	2,9	<b>5,0</b>	4,9	2,7	<b>3,9</b>
<b>Total de trabalhadores formais</b>	<b>56,0</b>	<b>54,9</b>	<b>55,6</b>	<b>65,5</b>	<b>65,2</b>	<b>65,4</b>
Empregado sem carteira	18,3	21,3	<b>19,6</b>	13,4	19,6	<b>16,2</b>
Trabalhador por conta própria	21,1	16,4	<b>19,0</b>	19,6	12,4	<b>16,2</b>
Outros informais (1)	4,6	7,4	<b>5,8</b>	1,5	2,8	<b>2,2</b>
<b>Total de trabalhadores informais</b>	<b>44,0</b>	<b>45,1</b>	<b>44,4</b>	<b>34,5</b>	<b>34,8</b>	<b>34,6</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	5 087	3 874	8 961	4 897	4 133	9 030
<i>N</i>	1 029 262	783 909	1 813 171	1 110 807	937 474	2 048 281

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.**

(1) Trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

A participação de trabalhadores formais na população ocupada, em 2011, mostrou-se bem acima daquela registrada em 2002. O total de trabalhadores formais era de 55,6%, em 2002, passando para 65,4%, em 2011 (Tabela 10). A maior variação no período foi do grupo de empregados com carteira que teve um aumento de 11,2 pontos percentuais entre os ocupados. Entre os informais a maior queda foi do grupo de outros informais, especialmente dos trabalhadores na produção para o próprio consumo que é predominantemente da agricultura. Os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria também tiveram

<sup>14</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A10).

redução significativa. Nota-se que as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, pois representavam 43,2%, em 2002, e passaram a 45,8%, em 2011. A redução do trabalho informal entre as mulheres foi maior do que o registrado entre os homens: eram 54,9% de trabalhadoras formais, em 2002, passando a 65,2%, em 2011, uma variação de 10,3 pontos percentuais, enquanto entre os homens foi de 9,4. Essa alteração tornou mínima a diferença entre homens e mulheres na população ocupada, no que se refere ao número de trabalhadores formais.

Outra alteração importante diz respeito ao aumento de contribuintes para a previdência, pois eram 61,6% da população ocupada da RMPA, em 2002, e passaram para 74,2%, em 2011. Esse número está acima da formalização ocorrida no período, ou seja, houve crescimento da contribuição entre os informais, especialmente entre os trabalhadores por conta própria. Por outro lado, houve queda no número de sindicalizados, uma vez que esses representavam 19,8% dos trabalhadores, em 2002, e caíram para 15,8%, em 2011. Considerando apenas os formais, os sindicalizados eram 29,1% dos trabalhadores, em 2002, caindo para 20,6%.<sup>15</sup>

Quanto ao perfil dos trabalhadores da RMPA, também foram constatadas alterações relativas à idade, escolaridade e rendimento no período. A comparação dos dados da PNAD dos anos de 2002 e 2011 permitiu perceber o envelhecimento da população ocupada. As faixas etárias predominantes, em 2002, se mantiveram, em 2011, sendo a maior faixa aquela entre 30 e 39 anos, seguida da faixa entre 40 e 49 anos de idade. No entanto, houve redução dos trabalhadores nas faixas mais jovens, especialmente naquelas entre 30 e 39 anos e entre 20 e 24 anos, especialmente para os informais. Já as faixas acima dos 40 anos de idade tiveram aumento no número de trabalhadores, especialmente aquela entre 50 e 59 anos. O aumento da escolaridade dos trabalhadores é evidente no período. Houve redução do número de trabalhadores nas faixas de 1 a 7 anos e aumento nas faixas superiores. O maior aumento foi na faixa de 11 a 14 anos, que passou a ser a faixa predominante (44,7% entre os formais e 29% entre os informais). Houve uma mudança expressiva também na renda dos trabalhadores. As faixas de renda até um salário mínimo tiveram queda, especialmente a de mais de meio até um salário mínimo, enquanto as faixas de mais de um salário mínimo tiveram aumento, em especial aquela até dois salários mínimos. Em 2002, as faixas com menores rendas concentravam o maior número de trabalhadores, e, em 2011, a faixa de renda que concentra maior número de trabalhadores é aquela de mais de um até dois salários mínimos, tanto entre

---

<sup>15</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabela A11 e A12).

os formais (de 25,3% para 47,5%), como entre os informais (de 14,7% para 36,1%). Assim, a situação se inverteu entre as quatro primeiras faixas de renda, pois em 2002, a maioria dos trabalhadores ganhava até um salário mínimo e, em 2011, a maioria passou a ganhar mais de um salário mínimo.<sup>16</sup>

A economia da RMPA tem grande representatividade dentro do Estado, pois concentra grande número de empresas e trabalhadores. Seu mercado de trabalho, atualmente, é constituído, em grande parte, por trabalhadores formais, do setor de serviços, na ocupação de escriturário. O setor industrial ainda se mostra forte na região, apesar da redução do número de trabalhadores no período. Registrou-se, por outro lado, uma elevação nas atividades de serviços, comércio e construção. Os resultados do processo de formalização na região se mostraram significativos, uma vez que houve queda em todas as ocupações informais, inclusive entre os trabalhadores por conta própria. Esse fato é muito relevante, pois na década de 1990, conforme constatado por Toni (2004), ocorreu um aumento expressivo de ocupações informais, tanto entre os empregados sem carteira como entre os trabalhadores por conta própria. Nesse sentido, a RMPA conseguiu reverter, na década de 2000, os efeitos da informalidade da década de 1990. As alterações nos perfis dos trabalhadores também apontam o envelhecimento da população, aumento da escolarização e melhoria do rendimento mensal, com resultados próximos aos registrados para a RMBH. As duas regiões tiveram variações bem distintas daquelas registradas para a RMF.

### **3.3 A Região Metropolitana de Fortaleza**

Em sua formação original, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) contava com apenas cinco municípios: a capital do estado, Fortaleza, e Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiráz. Ao longo dos anos, outras cidades foram incorporadas chegando, atualmente, a abranger quinze municípios (Figura 3). A RMF totaliza, atualmente, uma população de mais de 3,6 milhões de habitantes, 43% da população do estado, e sua economia é responsável por 65% do PIB estadual. (TSUKUMO et al., 2013, p.110).

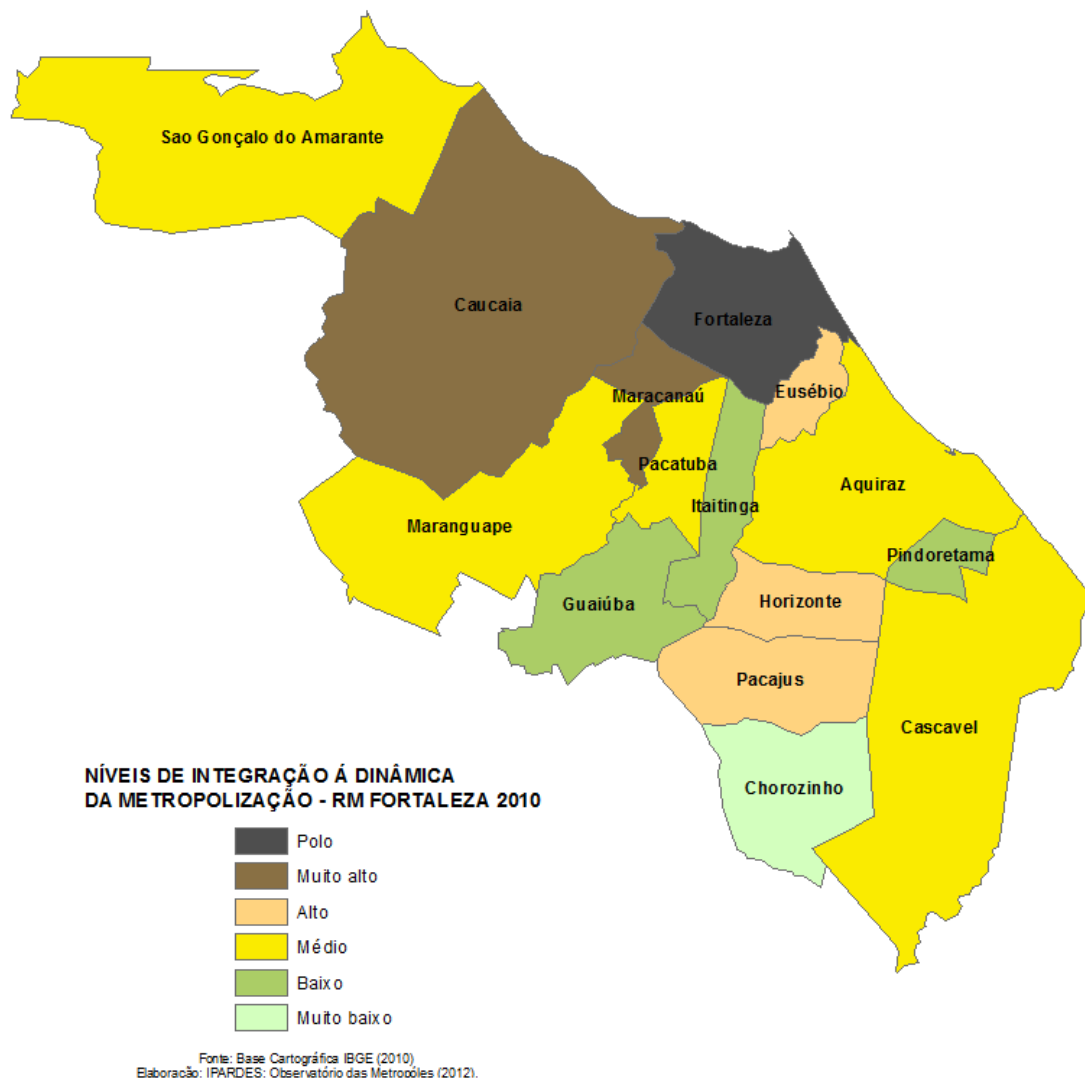
De acordo com os dados dos Censos de 2000 e 2010, a cidade pólo da região metropolitana, Fortaleza, subiu da 17<sup>a</sup> para a 9<sup>a</sup> posição em relação ao PIB nacional, reafirmando sua centralidade na economia da região e do Estado do Ceará, tanto nas atividades primárias (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca) quanto

---

<sup>16</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A13, A14 e A15).

nas secundárias. Bernal (2009) destaca que, durante a década de 1990, muitas indústrias calçadistas e alimentares, entre outras, se estabeleceram nos municípios de Horizonte e Pacajus, atraídas pela política de incentivos fiscais, financeiros e infraestrutura. Contudo, grande parte das indústrias de transformação ainda se concentra em Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Maranguape e Eusébio.

**Figura 3: Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza**



**Fonte: RIBEIRO, 2012.**

Bernal (2009) sintetiza os traços principais da economia da RMF:

Como característica das metrópoles nordestinas, Fortaleza se destaca pela atividade comercial, tendo os serviços da distribuição um peso bastante significativo na População Economicamente Ativa (PEA), assim como os serviços pessoais. Os

empreendimentos industriais no Nordeste são voltados principalmente para o atendimento de demandas nacionais de bens intermediários, sendo os centros urbanos fortemente integrados ao núcleo dinâmico da economia localizado no Sudeste. Em todo o Nordeste, em geral as atividades industriais têm pouco peso relativamente aos serviços. Só a metrópole de Fortaleza é que ainda emprega cerca de 24% da PEA, enquanto em Salvador este percentual baixou de 27,6% para 17,6% e em Recife, de 27,2% para 17,2%, entre o início dos anos 80 e o fim da década de 90. (BERNAL, 2004, apud BERNAL, 2009, p.55).

Até meados do século XVIII, a economia do Ceará era regional e não dispunha de uma cidade polo. Sua dinâmica se caracterizava pela articulação de um conjunto de cidades interioranas especializadas na produção e comercialização da carne-seca. Conforme Dantas e Silva (2009), a ocupação do Ceará e o papel de Fortaleza estavam associados exclusivamente à racionalidade militar e defensiva. Contudo, ao final do século XVIII, ocorreu uma intensificação dos fluxos comerciais do Ceará com Pernambuco e Bahia, em decorrência do desenvolvimento de técnicas de transformação dos animais abatidos em carne-seca (charqueadas) e de tratamento do couro. Dentro dessa nova dinâmica, a ocupação passou a se caracterizar por uma fragmentação espacial constituída pelo litoral e pelo sertão, marcada pela dominação do primeiro pelo segundo. Dantas e Silva (2009) afirmam que, nesse período, enquanto os centros urbanos representados pelas cidades de Aracati, Icó, Sobral e Crato exerciam papel preponderante, Fortaleza se limitava a funções administrativas, permanecendo isolada no litoral, sobretudo pela ausência de vias que a ligassem às zonas produtoras do sertão e pela inexistência de produto nobre para exportação.

Somente no século XIX, com um conjunto de mudanças de ordem político-administrativa, bem como tecnológica, a situação de Fortaleza se modificou. Dantas e Silva (2009) afirmam que a independência jurisdicional do Ceará em relação à Pernambuco e a abertura dos portos às nações amigas favoreceram o desenvolvimento da comercialização direta com a Europa, colocando em xeque o sistema de comunicação anterior. Essa abertura de Fortaleza para o mar favoreceu a produção algodoeira no Estado e, à medida que seu porto adquiria importância, também provocava a dominação das regiões produtoras de algodão e a afirmação da cidade em seu papel de capital. Conforme os autores, de “uma cidade de terceira ordem e classificada em oitava posição no século XVIII, ela torna-se, no século XIX, cidade de primeira ordem e situada em segundo lugar, após Sobral, principal cidade do Ceará, entre 1800-1850.” (DANTAS; SILVA, 2009, p.8).

Algumas das principais políticas adotadas pelos governos do Estado ao longo do século XIX tiveram como objetivo transformar a cidade em ponto de drenagem de mercadorias do sertão, processo que se estabeleceu no enfrentamento de rivalidades com

outros municípios, principalmente Aracati, Icó e Crato. De acordo com Dantas e Silva (2009), Fortaleza buscou ampliar sua zona de influência através da legislação sobre as tarifas alfandegárias e investimento na construção de vias férreas. A primeira medida suscitou a cooptação das regiões produtoras de algodão que estavam sob a influência de Sobral, e a segunda garantiu incorporação gradual da região produtora de algodão à sua zona de influência. Com isso, ocorreu uma inversão de poder entre litoral e sertão, e Fortaleza passou a concentrar grande número de habitantes. Desse modo, diferentemente das regiões do sudeste e sul do país onde a industrialização induziu o processo de urbanização, Fortaleza se projetou no cenário brasileiro e internacional pelo peso da atividade agropecuária.

A emergência de segmentos da indústria associados ao beneficiamento de produtos do setor primário foi a principal fonte de desenvolvimento do setor secundário no século seguinte. Em meados do século XX, foi constituída a importante Zona Industrial de Francisco Sá, localizada no setor oeste de Fortaleza, inserindo-se de forma conflituosa na dinâmica da cidade, uma vez que seu crescimento foi espontâneo, sem planejamento. Diferentemente, a instalação do Distrito Industrial de Fortaleza, em Maracanaú, nas décadas seguintes, ocorreu em conformidade com as regras de planejamento econômico da época, e a transferência de indústrias mais poluidoras fomentou o seu crescimento e garantiu a expansão da economia cearense, ainda que ele tenha encontrado, em sua fase inicial, dificuldades para se firmar.

Segundo Dantas e Silva (2009), a política de industrialização adotada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na década de 1970, iniciou uma nova fase da economia na região. Para os autores, os desdobramentos dessa política acabaram por intensificar os desequilíbrios regionais reinantes em escala nacional, pois conduziram “a uma lógica de concentração prioritária nos maiores núcleos urbanos da região, a saber, Salvador, Recife e Fortaleza.” (DANTAS; SILVA, 2009, p.12).

Na década de 1980, a convergência do antigo setor industrial para o Distrito Industrial de Fortaleza, no município de Maracanaú, deixou a zona oeste de Fortaleza, segundo Dantas e Silva (2009), esvaziada e empobrecida. Por outro lado, o processo de incorporação da zona de praia à dinâmica urbana se intensificou com o veraneio marítimo, extrapolando os limites da cidade de Fortaleza. A partir da década de 1990, será visível uma nova lógica de industrialização, pautada na guerra fiscal e no fenômeno de valorização turística dos espaços litorâneos, tendo como norte o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). De acordo com os autores, ao final dessa década foi adotada uma política de descentralização da indústria para o interior, o que levou a um redimensionamento de lógica de urbanização na escala da metrópole. Para Dantas e Silva (2009), isso implicou uma

“relocalização” da indústria na região, de modo que Fortaleza adquiriu papel preponderante, sobretudo devido ao sistema de vias de transporte rodoviário no sentido da zona portuária do Mucuripe e do Porto do Pecém. Os autores descrevem a configuração da dinâmica da RMF:

A indústria evidencia nível de integração na metrópole esboçado em um sistema de vias pautado nas BR-116 e BR-222 e nas CE 040 e CE 060, fugindo à lógica restritiva, no início do processo de industrialização, ao setor oeste e Fortaleza. Na primeira artéria, há implantação do dinâmico corredor industrial Horizonte-Pacajus, com mais de dez quilômetros ao longo da BR, provocando atração sobre a população da zona rural e de cidades próximas. Na segunda artéria aponta-se para investimento do governo do Estado na implantação do Complexo Siderúrgico e Portuário do Pecém, o qual atrai investimentos novos. Na terceira artéria tem-se a presença do Eusébio que recebe importantes sedes de indústrias nos últimos anos. Na quarta e última o consolidado complexo industrial de Maracanaú. Tal racionalidade justificaria, em termos, a incorporação, por lei complementar de 29 de dezembro de 1999, dos municípios de Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante à RMF. (DANTAS; SILVA, 2009, p.18).

Para Dantas e Silva (2009), a expansão da RMF expressa um processo que combina desconcentração, expansão e adensamento. Para os autores, essa racionalidade se reforça na lógica da economia globalizada, associada a atividades ligadas ao agronegócio, lazer e turismo. No caso do agronegócio, embora consista em produção não especializada da região metropolitana, sua logística de transporte implica diretamente na adoção de políticas públicas de descentralização de portos e construção de aeroportos internacionais. O turismo foi beneficiado por grande volume de investimentos e políticas públicas de valorização das praias que transformaram o setor em um dos principais vetores econômicos do nordeste.

Bernal (2009, p.56) afirma que as atividades de turismo em Fortaleza têm apresentado um crescimento considerável nos últimos anos, mas que esse aumento do terciário não aponta para a “modernização da cidade, nos padrões do que está ocorrendo nas cidades globais, mas uma mera acomodação das atividades econômicas aos movimentos do capital financeiro especulativo.” Segundo o autor, apesar do crescimento e da modernização da indústria cearense, a maior parte da população ocupada ainda exerce atividades ligadas à indústria e aos serviços tradicionais, embora cresçam em ritmo maior os empregos nos serviços considerados modernos. Para ele, a “política industrial que propõe a descentralização está na contramão da promoção do turismo, pois a implantação de uma forte infraestrutura na RMF com o objetivo de atração turística acaba fortalecendo a tendência de metropolização da capital.” (BERNAL, 2009, p.67).

O desenvolvimento do turismo na RMF pode ser notado pelo crescimento das atividades diretamente ligadas à área (Tabela 11), principalmente as de alojamento e

alimentação, que registraram a maior variação, em número de trabalhadores, passando de 4,9%, em 2002, para 6,2%, em 2011, juntamente com as atividades de construção, de 7,3% para 8,6%, o que parece confirmar a tendência observada por Bernal (2009) para meados da década de 2000.

**Tabela 11 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupamento de atividades – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%)**

Grupamento de atividades	2002	2011
<b>Serviços</b>	38,6	37,4
Educação, saúde e serviços sociais	10,1	8,6
Transporte, armazenagem e comunicação	5,0	5,1
Alojamento e alimentação	4,9	6,2
Administração pública	4,6	5,1
Serviços domésticos	9,5	8,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,5	4,3
<b>Comércio e reparação</b>	22,0	21,6
<b>Indústria</b>	18,3	19,3
<b>Construção</b>	7,3	8,6
<b>Agrícola</b>	4,7	4,0
<b>Outras atividades</b>	9,1	9,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	5 978	5 473
<i>N</i>	1 284 533	1 742 735

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Diferentemente das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, a RMF registrou aumento de trabalhadores nas atividades de indústria. Considerando o setor de serviços, em geral, embora tenha ocorrido uma redução no segundo período, suas diversas atividades concentram o maior número de trabalhadores na população ocupada. As atividades de serviços que mais pesaram na variação negativa foram aquelas ligadas à educação, saúde e serviços sociais, bem como a de serviços domésticos.

Analisando as alterações por grupo ocupacional (Tabela 12), percebe-se que o comércio concentrava maior número de trabalhadores, nos dois períodos, e registrou aumento de 10,1% para 13,1%. O grupo de escriturários passou a ser o segundo maior, em 2011, com aumento de 0,5 pontos percentuais. O segundo lugar em número de trabalhadores na RMF, em 2002, era ocupado pelo grupo de trabalhadores domésticos, que teve queda de 2,0 pontos percentuais.

Outro grande grupo ocupacional que mudou de posição foi o de trabalhadores da indústria têxtil e vestuário, que caiu da terceira para a quarta posição, cedendo lugar aos trabalhadores da construção civil. Na RMF as atividades na indústria têxtil e vestuário têm grande destaque, e, embora tenham mantido, em 2011, os mesmos 6,8%, em números absolutos houve um aumento de mais de 31 mil trabalhadores, principalmente como

empregados sem carteira e conta própria. Desse modo, o grupo de trabalhadores na indústria têxtil e vestuário registrou queda no número de empregados formais: eram 40,1% da categoria, em 2002, e caíram para 38,5%, em 2011.

**Tabela 12 – Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupo ocupacional – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011(%)**

Grupos ocupacionais	2002	2011
Trabalhador no comércio	10,1	13,1
Escriturário	7,6	8,1
Trabalhador na construção civil	6,7	7,7
Trabalhador indústria têxtil e vestuário	6,8	6,8
Trabalhador doméstico	8,7	6,7
Cozinheiro/garçom	3,4	4,3
Professor	3,9	3,9
Dirigentes e Gerentes	2,8	3,4
Motorista em geral	2,9	3,4
Trabalhador na agropecuária	2,8	2,6
Lavador de carros/engraxate	1,5	2,2
Demais atividades (1)	42,8	37,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	5 978	5 473
<i>N</i>	1 284 533	1 742 735

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.**

(1) Atividades que alcançaram apenas 2% ou menos de participação na população ocupada em 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Vale acrescentar que o grupo ocupacional que teve a maior alta de empregados com carteira foi a de trabalhadores no comércio, que subiu de 25,8% para 40,8% no período. No entanto, percebe-se que esse grupo, bem como o da construção e dos domésticos, ainda que tenham registrado altas significativas de empregados com carteira, permanecem com a maioria de seus trabalhadores na informalidade.<sup>17</sup>

As alterações relativas à formalização dos trabalhadores, por posição na ocupação e sexo, podem ser percebidas pelos dados da Tabela 13. Em 2002, os formais representavam 42% dos trabalhadores, subindo para 50,5%, em 2011, ou seja, houve uma variação positiva de 8,5. Entre os informais, percebe-se redução em todos os subgrupos, com menor participação relativa dos trabalhadores por conta própria que, apesar da redução de 23,6%, em 2002, para 22,7%, em 2011, teve um aumento de mais de 92 mil pessoas ao longo do período.

A participação das mulheres na população ocupada da RMF passou de 44,4%, em 2002, para 44,5%, em 2011, representando um aumento ligeiramente superior ao de homens. Contudo, a formalização foi maior entre os homens, que contavam com 44,5% de trabalhadores formais, em 2002, passando a 53,8%, em 2011, uma variação de 9,3 pontos

<sup>17</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A16).

percentuais, enquanto entre as mulheres foi de 6,4 (eram 39,4% e passaram a 45,8%). Essa alteração tornou mais acentuada a diferença entre homens e mulheres, no que se refere ao número de trabalhadores formais (Tabela 13).

**Tabela 13 - Distribuição dos trabalhadores por ano e sexo, segundo a posição na ocupação – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%)**

Posição na ocupação	2002			2011		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Empregado com carteira	35,1	29,5	<b>32,6</b>	46,5	36,5	<b>42,1</b>
Militar e funcionário público estatutário	5,5	7,7	<b>6,5</b>	4,9	7,4	<b>6,0</b>
Empregador	3,6	2,0	<b>2,9</b>	2,5	2,2	<b>2,4</b>
<b>Total de trabalhadores formais</b>	<b>44,2</b>	<b>39,2</b>	<b>42,0</b>	<b>53,9</b>	<b>46,1</b>	<b>50,5</b>
Empregado sem carteira	26,2	32,7	<b>29,0</b>	21,2	28,0	<b>24,2</b>
Trabalhador por conta própria	25,5	21,2	<b>23,6</b>	23,3	22,0	<b>22,7</b>
Outros informais (1)	4,1	6,9	<b>5,4</b>	1,6	3,9	<b>2,6</b>
<b>Total de trabalhadores informais</b>	<b>55,8</b>	<b>60,8</b>	<b>58,0</b>	<b>46,1</b>	<b>53,9</b>	<b>49,5</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	3 324	2 657	5 981	3 038	2 435	5 473
<i>N</i>	713 861	570 671	1284 533	967 369	775 366	1742 735

**Fonte:** Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

(1) Trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Como nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, na RMF também houve aumento de trabalhadores contribuintes para a previdência, acima do registrado para a formalização ocorrida no período. O maior aumento foi entre os empregados sem carteira, seguido dos trabalhadores por conta própria. Percebe-se, contudo, que o número de não contribuintes ainda é muito grande, especialmente entre os domésticos (96,1%) e entre os empregados sem carteira (86,6%). Por outro lado, houve queda no número de sindicalizados que, em 2002, representava 14,4% dos trabalhadores e, em 2011, passou para 12,7%.<sup>18</sup>

O perfil dos trabalhadores na RMF também registrou algumas alterações significativas no período. Quanto à idade da população ocupada, houve, entre os informais, redução nas faixas mais jovens e aumento na faixa de 40 a 49 anos, apontando uma possível tendência de maior envelhecimento entre esses. Em relação à escolaridade, a RMF registrou aumento significativo, com queda em todas as faixas que vão até os 10 anos de estudo e aumento nas duas faixas seguintes: 11 a 14 anos e 15 anos ou mais. A maior variação ocorreu na faixa de 11 a 14 anos de estudo que passou a concentrar a maioria dos trabalhadores formais, em 2011. Entre os informais, essa faixa concentra 28,5%, tendo um número ainda muito significativo na faixa de 4 a 7 anos de estudo (23,6%). Quanto ao rendimento mensal, houve uma melhora nos

<sup>18</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A17 e A18).

resultados da RMF. A faixa de renda até meio salário mínimo concentrava grande parte dos trabalhadores, em 2002, principalmente entre os informais. Já em 2011, o maior grupo de informais se encontrava na faixa de mais de meio até um salário mínimo, enquanto o maior grupo de formais tenha se concentrado na faixa de mais de um até dois salários mínimos.<sup>19</sup>

Os resultados positivos do mercado de trabalho na RMF mostram o grande dinamismo de sua economia, sobretudo na última década. A capital do Estado, cidade pólo da região metropolitana, se consolidou ao longo do século XX, primeiramente nas atividades ligadas ao setor primário e, posteriormente, também, naquelas dos setores secundários e terciários, com destaque para as crescentes atividades ligadas ao turismo nos últimos anos. Na última década, a RMF apresentou uma economia dinâmica que se refletiu no desempenho do seu mercado de trabalho, tanto na criação de postos de formais quanto informais. Percebe-se, portanto, que há diversas similaridades e algumas diferenças marcantes entre as três regiões metropolitanas analisadas.

Visando aprofundar a análise sobre as mudanças na composição ocupacional das três regiões metropolitanas, a seção seguinte traz uma comparação entre as características dos trabalhadores informais.

### **3.4 O trabalhador informal nas três regiões metropolitanas**

Com o processo de formalização ocorrido ao longo da década de 2000, a composição interna da informalidade também foi alterada, principalmente com a redução do número de empregados sem carteira (Tabela 14).

Comparando-se as posições na ocupação (Tabela 14), nota-se que os empregados sem carteira constituíam a segunda maior parcela da população ocupada nas três regiões metropolitanas, em 2002, e a maior entre os trabalhadores informais. Em 2014, percebem-se algumas diferenças entre as regiões metropolitanas, quanto à proporção dessa parcela. Na RMBH, a redução do número de empregados sem carteira teve a maior variação e os trabalhadores por conta própria passaram a constituir, em 2011, a segunda maior parcela da população ocupada. Contudo, pode-se perceber, também, que as variações referentes aos percentuais de trabalhadores por conta própria foram menores que a dos outros informais e dos empregados sem carteira, exceto na RMPA.

---

<sup>19</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A19, A20 e A21).

**Tabela 14 - Distribuição dos trabalhadores por região metropolitana e ano, segundo a posição na ocupação – 2002 e 2011 (%)**

Posição na ocupação	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Empregado com carteira	43,3	53,3	44,4	55,2	32,6	42,1
Militar e func. público estatutário	7,2	6,9	6,2	6,3	6,5	6,0
Empregador	5,3	3,8	5,0	3,9	2,9	2,4
<b>Total de trabalhadores formais</b>	<b>55,8</b>	<b>64,0</b>	<b>55,6</b>	<b>65,4</b>	<b>42,0</b>	<b>50,5</b>
Empregado sem carteira	22,2	16,7	19,6	16,2	29,0	24,2
Conta própria	17,5	17,6	19,0	16,2	23,6	22,7
Outros informais (1)	4,5	1,7	5,8	2,2	5,4	2,6
<b>Total de trabalhadores informais</b>	<b>44,2</b>	<b>36,0</b>	<b>44,4</b>	<b>34,6</b>	<b>58,0</b>	<b>49,5</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	5 756	6 133	8 961	9 030	5 978	5 473
<i>N</i>	2 089 408	2 553 251	1 813 171	2 048 281	1 284 533	1 742 735

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

(1) Trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

As diferenças nas alterações entre posições informais apontam a existência de dinâmicas distintas em cada um desses grupos e, por isso, eles serão analisados separadamente.

### 3.4.1 O trabalhador por conta própria

O trabalhador por conta própria é um tipo de empreendedor sem empregado, uma vez que ele conta apenas consigo mesmo e pode ter ajuda somente de um sócio e de empregados não remunerados. Caso ele contrate um ou mais empregados remunerados, ele passa a fazer parte da categoria dos empregadores. Segundo dados do último censo (IBGE, 2010), o Brasil tem cerca de 18,5 milhões de trabalhadores por conta própria, o que equivale a 21,5% da população ocupada do país.

Entre os informais, os trabalhadores por conta própria podem ser considerados como o grupo mais heterogêneo, pois além de trabalharem sob as mais diversas condições, eles atuam em uma infinidade de atividades, oferecendo produtos e serviços tão variados quanto comportem os mercados. Entre as regiões metropolitanas analisadas, esse grupo tem maior representatividade na RMF, onde compreendia, em 2011, 22,7% da população ocupada (Tabela 14).

Conforme mencionado no capítulo anterior, apesar do aumento das taxas de formalização no período, o grupo dos trabalhadores por conta própria registrou aumento, em números absolutos, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza. No caso da

RMBH, houve aumento de 22% (81 mil) no número de trabalhadores em relação a 2002, majoritariamente, na atividade de construção civil que dobrou no período. Na RMF, houve aumento de 31% no número de trabalhadores desse grupo em relação a 2002 (94 mil). Diferentemente das outras duas regiões, a RMPA registrou redução no grupo de trabalhadores por conta própria, ainda que tenha ocorrido aumento de informais em algumas atividades, principalmente na construção.

Embora a participação relativa dos trabalhadores por conta própria, nas atividades de comércio e reparação, tenha caído em relação às demais, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, houve aumento em números absolutos. No caso dos trabalhadores por conta própria na indústria, houve redução tanto em números relativos quanto absolutos nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre. Já na RMF, houve aumento de trabalhadores nas atividades industriais.<sup>20</sup>

A heterogeneidade dos trabalhadores por conta própria pode ser expressa com mais evidência nos diversos grupos ocupacionais que tal posição comporta. Entre as ocupações que reúnem maior número de trabalhadores, quatro grupos se destacam nas três regiões metropolitanas: os trabalhadores na construção civil, que tiveram grande aumento no período; os trabalhadores no comércio, que registraram aumento significativo, principalmente, na RMF; os cabeleireiros e esteticistas, que também tiveram aumento nas três regiões; e o de trabalhadores na indústria têxtil e vestuário, que embora tenham diminuído nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, ainda estão entre os maiores. Na RMBH, os motoristas também se destacam, tendo registrando aumento no período. Já na RMPA, são os profissionais liberais que se destacam, com crescimento no período. Os ambulantes tiveram redução expressiva nas três regiões, mas ainda representam uma parcela expressiva de trabalhadores, principalmente na RMF, onde reúne, aproximadamente, 29 mil pessoas. Também é essa região que apresenta o maior número de trabalhadores de rua e a menor redução dessas atividades entre as três. Considera-se aqui como trabalhador de rua, além dos ambulantes que somam a maior parte, os engraxates e aqueles que lavam ou tomam conta de carros.<sup>21</sup>

O perfil do trabalhador por conta própria nas três regiões metropolitanas apresenta algumas similaridades, sobretudo nas alterações ocorridas nas variáveis referentes à idade, escolaridade e rendimento. Nas três regiões observou-se crescimento nas faixas etárias mais elevadas, sobretudo entre os 50 e 59 anos, apontando o envelhecimento desse grupo no

---

<sup>20</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A22).

<sup>21</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A23).

período. As faixas etárias dos mais novos (até 29 anos) tiveram redução nas três regiões. Em 2002, a maioria era homem, com idade predominante entre 30 e 39 anos (exceto na RMPA) e escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo, com rendimento até meio salário mínimo. Em 2011 o perfil predominante continuava sendo de homem, mas com idade entre 40 e 49 anos, e escolaridade entre 11 e 14 anos de estudo, com rendimento de mais de um até dois salários mínimos. A variável escolaridade também teve elevação significativa nas três regiões, pois em 2002 predominava a faixa entre 4 e 7 anos de estudo, subindo para a faixa entre 11 e 14 anos em 2011. A diferença entre esses trabalhadores nas regiões metropolitanas nesse quesito aparece quando são observados os extremos: a RMF tem mais conta própria nas faixas de menor escolaridade (sem instrução até 3 anos de estudo: 26,1%) e menos nas faixas de 15 anos ou mais (3,9%), com grande diferença em relação às outras duas regiões. O rendimento dos trabalhadores por conta própria teve elevação nas três regiões. Em 2002, a faixa que apresentava o maior número dos trabalhadores era aquela de até meio salário mínimo, enquanto. Em 2011, a faixa que concentrava maior número de trabalhadores por conta própria nas RMBH e RMPA era a de mais de um até dois salários mínimos, mas na RMF ainda era a faixa de mais de meio até um salário mínimo, apesar de ter registrado aumento significativo na faixa superior.<sup>22</sup>

Uma característica dos trabalhadores por conta própria que chama a atenção é o tempo em que exercem a atividade atual. Nas três regiões metropolitanas, a maioria desses trabalhadores está exercendo o trabalho atual há sete anos ou mais, ou seja, grande parte desse grupo se mostra consolidado, dentro do período de análise.<sup>23</sup>

Pode-se afirmar que as características do trabalhador por conta própria contrastam, em grande parte, com aquelas observadas para os empregados sem carteira, que por sua vez, também aparecem como uma posição na ocupação bastante heterogênea.

### ***3.4.2 O empregado sem carteira de trabalho assinada***

O empregado informal é aquele que trabalha para um empregador, seja pessoa física ou jurídica, com jornada de trabalho definida e remunerado, mas sem carteira de trabalho assinada. Compõem esse grupo, os empregados em empresas e os empregados domésticos, ainda que estes últimos possam trabalhar para mais de um empregador. Contudo, são dois

---

<sup>22</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A24, A25 e A26).

<sup>23</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A27).

subgrupos com características bem distintas e, para fins dessa análise, serão tratados separadamente.

O trabalhador doméstico sem carteira corresponde a 4,6% da população ocupada brasileira, número maior que o de doméstico com carteira, que corresponde a 2,6% dessa população, conforme dados do Censo (IBGE, 2010). De acordo com análise dos dados da PNAD, o perfil do trabalhador doméstico sem carteira é feminino, com idade entre 40 e 49 anos, com escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo e rendimento entre mais de meio até um salário mínimo.

As maiores alterações percebidas no perfil do trabalhador doméstico, em 2011, em relação a 2002, foram nas variáveis referentes à idade e ao rendimento. Quanto à idade dos empregados domésticos informais, houve redução nas faixas dos mais jovens, até os 29 anos, e uma tendência de concentração entre os mais velhos nas três regiões metropolitanas, mas mais acentuada na RMPA que já concentrava 28% das trabalhadoras na faixa de 30 a 39 anos, em 2002, passando a ter maior número na faixa de 40 a 49 anos, em 2011. Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, a faixa entre 20 e 29 anos de idade era predominante, em 2002, mudando para a faixa dos 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, respectivamente. Quanto ao rendimento dos trabalhadores domésticos sem carteira, houve uma mudança substancial nas três regiões metropolitanas, apesar das diferenças entre elas. Nos casos das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, a quase totalidade dos trabalhadores ganhava até meio salário mínimo, em 2002, passando, em grande parte, para a faixa de mais de meio até um salário mínimo, em 2011. A RMBH, contudo, teve aumento de 0,9% para 33,2% na faixa de mais de um até dois salários mínimos, enquanto a RMF teve aumento de 0,6% para 13,3%, mantendo maior número de trabalhadores na faixa anterior, de mais de meio até um salário mínimo. No caso da RMPA a faixa predominante passou a ser a de mais de um até dois salários mínimos, confirmando a diferença de rendimento entre as regiões, observada também nos outros grupos, inclusive entre os trabalhadores formais.<sup>24</sup>

A escolaridade do trabalhador doméstico também teve aumento nas três regiões metropolitanas, embora bem menor que entre os trabalhadores por conta própria e os outros empregados sem carteira. Enquanto os outros grupos aumentaram a escolaridade para entre 11 e 14 anos de estudo, o grupo dos trabalhadores domésticos ainda tem maior número entre 4 e 7 anos de estudo. Na RMF, como nas outras, a maioria desse grupo tem escolaridade entre 4 e

---

<sup>24</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabela A28 e A29).

7 anos, mas concentra grande número de trabalhadores nas faixas de menor tempo de estudo.<sup>25</sup>

O grupo dos empregados sem carteira (incluindo os domésticos) registrou redução significativa, no período, em relação aos demais, dentro da população ocupada, mas a RMF registrou aumento, em números absolutos, sendo 4 mil nos serviços domésticos e cerca de 43 mil em outras atividades, de acordo com análise dos dados da PNAD. Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, também houve aumento do número absoluto de trabalhadores domésticos, mas foi registrada redução significativa dos demais empregados sem carteira.

Os empregados sem carteira, exceto os domésticos, constituem 13,4 milhões de trabalhadores, conforme o último censo (IBGE, 2010), representando 15,6% da população ocupada brasileira. São diversas as atividades exercidas pelos empregados sem carteira e, tomadas em conjunto, aquelas ligadas ao setor de serviços compreendem grande parte dos trabalhadores desse grupo, tendo registrado crescimento no período. Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, as atividades do setor de serviços que tiveram aumento no número de empregados sem carteira foram da administração pública e de alojamento e alimentação. Já na RMPA, as atividades de educação, saúde e serviço social registraram aumento mais significativo no número de trabalhadores. O segundo grupamento com maior número de empregados sem carteira nas três regiões metropolitanas são aquelas ligadas ao comércio e reparação, que registraram queda acentuada na RMPA. As atividades industriais registraram redução de empregados sem carteira, no período, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre. Na RMF, embora tenha se mantido os 20,2% nas atividades industriais, houve aumento de cerca de 9 mil trabalhadores. Diferentemente dos trabalhadores por conta própria, os empregados sem carteira nas atividades de construção aumentaram apenas na RMF. Em números absolutos, eles diminuíram na RMBH, e se mantiveram com o mesmo tamanho na RMPA, embora em termos relativos eles tenham aumentado sua participação no grupo.<sup>26</sup>

Em relação aos grupos ocupacionais, percebe-se que a grande concentração de empregados sem carteira na indústria, na RMF, se deve às atividades têxteis e de vestuário. O maior detalhamento proporcionado pela identificação por meio dos grupos ocupacionais permite observar a relevância do trabalhador na construção civil, entre os empregados sem carteira, embora na RMPA, a ocupação de escriturário ainda compreenda maior número de

---

<sup>25</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A30).

<sup>26</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A31).

trabalhadores. O trabalhador no comércio também se destaca nas três regiões, principalmente pela alta registrada no período. Outros grupos ocupacionais podem ser destacados pelo grande número de trabalhadores, como o de cozinheiro/garçom, na RMBH; o de motorista, na RMPA; e o grupo dos trabalhadores na indústria têxtil e vestuário, que totalizava 10,3% dos empregados sem carteira, em 2011, na RMF. Esse grupo ocupacional registrou redução no número de trabalhadores nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, mas na RMF houve aumento de cerca de 12 mil empregados sem carteira na indústria têxtil e do vestuário.<sup>27</sup>

Diferentemente dos trabalhadores domésticos, o perfil do empregado sem carteira nas demais atividades, em 2002, era masculino, com idade entre 20 e 29 anos, escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo, trabalhando nas atividades de comércio e reparação ou construção civil, com rendimento de até meio salário mínimo. Em 2011, o perfil predominante ainda era masculino, embora em menor proporção, na mesma faixa etária, mas com escolaridade entre 11 e 14 anos de estudo, trabalhando nas mesmas atividades, mas com rendimento de mais de um até dois salários mínimos.

O perfil dos empregados sem carteira, em 2011, se mostrou bem distinto daquele de 2002, principalmente, pelas alterações nas variáveis referentes à escolaridade e ao rendimento. A escolaridade do empregado sem carteira teve elevação significativa nas três regiões metropolitanas saltando da faixa de 4 a 7 anos de estudo para a faixa de 11 a 14 anos. O rendimento dos empregados sem carteira também teve aumento saltando da faixa de até meio salário mínimo para a faixa de um até dois salários mínimos nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre. Na RMF tal alteração ocorreu somente até a faixa de meio até um salário mínimo.<sup>28</sup>

Grande parte dos empregados sem carteira, inclusive os domésticos, tem 6 anos ou menos de permanência no trabalho atual, ou seja, não se mostra um grupo consolidado, podendo significar uma situação provisória ou um meio de passagem para outro grupo, formal ou informal. Enquanto os trabalhadores por conta própria são maioria nas faixas de maior tempo no trabalho atual, os empregados sem carteira concentram-se nas faixas de menor tempo (até 6 anos): mais de 70% dos domésticos e mais de 80% dos demais empregados.<sup>29</sup> Nesse sentido, percebe-se que embora a parcela dos empregados sem carteira pareça mais instável, esse grupo também se mostrou resistente ao processo de formalização, uma vez que

---

<sup>27</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A32).

<sup>28</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A33, A34 e A35).

<sup>29</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A27).

a sua redução, nas três regiões metropolitanas, teve variação inferior à variação de aumento no número de empregados com carteira.

Uma parcela pequena da população ocupada é constituída por outros trabalhadores informais, mas precisa ser destacada das demais pelas suas peculiaridades.

### **3.4.3 Outros trabalhadores informais**

Os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, bem como aqueles não remunerados foram reunidos em apenas um grupo devido a pouca representatividade dentro do mercado de trabalho. De acordo com os dados do Censo 2010, esses trabalhadores representam 5,7% da população ocupada brasileira e apenas 2,5% nas regiões metropolitanas (IBGE, 2010). Eles também se distinguem dos demais trabalhadores pela condição inferior no mercado de trabalho, uma vez que não são remunerados.

Os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso se restringem ao trabalho na própria unidade domiciliar e formam grupos mais homogêneos porque são definidos pela própria atividade. As mulheres com 50 anos ou mais e baixa escolaridade são maioria no subgrupo dos trabalhadores para o próprio consumo, predominantemente ligado à atividade agrícola. Conforme análise dos dados da PNAD, esse grupo teve redução significativa no período, principalmente entre os mais jovens (faixas dos 10 aos 29 anos), fato que teve impacto sobre a escolaridade que, apesar de baixa, ainda teve redução. O subgrupo dos trabalhadores na construção para o próprio uso é o menor entre os informais e teve queda no período, chegando a não ter registro na RMF, no ano de 2011. A maior parte desses trabalhadores é homem, com 30 anos ou mais de idade e baixa escolaridade.<sup>30</sup>

Já os trabalhadores não remunerados formam um grupo extremamente heterogêneo, tanto em suas características, como em suas atividades no mercado de trabalho. O seu perfil é, predominantemente, feminino, com 40 anos ou mais de idade e 4 a 7 anos de estudo, trabalhando em atividades de comércio e reparação. Contudo, vale ressaltar que esse subgrupo concentra grande número de trabalhadores nas faixas etárias extremas, ou seja, entre 10 e 17 anos e 40 anos ou mais, sendo que houve redução nas faixas intermediárias, especialmente entre os 18 e 24 anos. A escolaridade desse subgrupo teve pequena variação positiva, com redução na faixa entre 4 e 7 anos de estudo e pequena elevação nas faixas superiores,

---

<sup>30</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A36, A37, A38 e A39).

especialmente na de 11 a 14 anos de estudo. Mesmo com a grande variedade de atividades exercidas por esses trabalhadores, observa-se a predominância daquelas ligadas ao comércio nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, e a atividade agrícola na RMPA, em 2011. Essa atividade também concentra o segundo maior grupo de trabalhadores não remunerados na RMPA.<sup>31</sup>

Analisando a permanência no trabalho atual desses três subgrupos de informais, notou-se que os trabalhadores na construção para o próprio uso e aqueles não remunerados se concentram nas faixas de menor tempo no trabalho atual (6 anos ou menos). Já os trabalhadores na produção para o próprio consumo, embora tenham grande quantidade nas mesmas faixas, estão mais distribuídos nas demais, inclusive naquelas faixas de mais de 10 anos de permanência no trabalho atual. Ou seja, esse subgrupo representa uma parte pequena e envelhecida da população ocupada metropolitana, ainda ligada às atividades rurais, mas com tendência a desaparecer, tendo em vista a redução ocorrida no período.<sup>32</sup>

A análise dos diversos grupos de trabalhadores informais permitiu uma percepção mais clara da diversidade na composição da população ocupada em cada região metropolitana, bem como das alterações ocorridas no período. Nesse sentido, constatou-se que o trabalho informal apresenta formas bem distintas e as alterações observadas no período foram diferentes entre esses grupos.

Vale, contudo, ressaltar e sintetizar as similaridades e diferenças entre as três regiões, sobretudo quanto ao processo de formalização ocorrido.

### **3.5 Síntese das similaridades e diferenças entre as regiões metropolitanas**

Quanto ao processo de formalização ocorrido na década de 2000, embora tenha ocorrido em todas as regiões metropolitanas, ele teve traços distintos entre as três regiões analisadas. Tal processo se mostrou mais intenso na RMPA, pois nota-se, em 2011, cerca de 322 mil empregos com carteira a mais, comparados com 2002, e menos 96 mil trabalhadores informais. Na RMBH, foram registrados cerca de 482 mil postos, a mais, com carteira de trabalho, mas registrou-se, também, a redução de apenas 6 mil postos de trabalho informais e, ainda, a entrada de cerca de 81 mil informais como trabalhadores por conta própria. Já na RMF registrou-se em torno de 336 mil empregos com carteira a mais, mas houve um aumento em torno de 117 mil trabalhadores informais, cerca de 92 mil como trabalhadores por conta

---

<sup>31</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A40, A41, e A42).

<sup>32</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A43).

própria e 49 mil como empregados sem carteira. Esses números mostram as diferentes dinâmicas dos três mercados de trabalho no período, bem como as suas distintas composições ocupacionais.

Observando os grupamentos de atividades, percebe-se que as três regiões apresentaram redução do número de trabalhadores nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, bem como nos serviços domésticos e em outros serviços coletivos, sociais e pessoais. A redução nas atividades agrícolas também foi significativa. As três regiões registraram aumento nas atividades de transporte, armazenagem e comunicação, nas atividades de alojamento e alimentação, nas atividades da administração pública, e nas atividades da construção. Das três regiões, somente a RMF apresentou aumento de trabalhadores nas atividades industriais e pequena queda nas atividades de comércio e reparação.

Os grupos ocupacionais de maior destaque nas três regiões metropolitanas, nos dois anos, foram os de escriturários, trabalhadores no comércio e trabalhadores na construção civil. Os trabalhadores na indústria têxtil e vestuário aparecem com destaque nas RMPA e RMF nos dois momentos. Já o grupo dos profissionais liberais é mais representativo nas RMPA e RMBH, tendo registrado aumento no período. Já o trabalhador na agropecuária é maior na RMF, embora tenha registrado queda no período. O grupo ocupacional de trabalhadores domésticos teve redução significativa nas três regiões metropolitanas, mas ainda está entre os mais representativos, juntamente com o grupo dos trabalhadores da construção civil que, ao contrário, teve aumento no período. O grupo ocupacional dos cabeleireiros e esteticistas se destaca na RMBH, com mais de 56 mil trabalhadores, em 2011, e o grupo de lavadores de carros e engraxates se destaca na RMF com mais de 38 mil trabalhadores, em 2011, registrando um aumento de mais de 19 mil em relação a 2002. Considerando que esses dois grupos apresentam grande número de trabalhadores informais, pode-se perceber o peso dessas atividades no aumento da informalidade entre os trabalhadores por conta própria nas duas regiões metropolitanas.

Quanto ao perfil da população ocupada nas regiões metropolitanas, embora o envelhecimento tenha sido apontado nas três, os trabalhadores da RMF se apresentam como mais jovens. A RMPA tem maior número de trabalhadores nas faixas de trinta anos ou mais, evidenciando um grau mais elevado de envelhecimento da população ocupada. Contudo, a tendência de envelhecimento observada é influenciada pelo peso dos trabalhadores informais que se concentravam, em 2011, na faixa de 30 anos e acima, enquanto os formais estão em maior número na faixa de 20 a 29 anos.

O aumento da escolaridade foi registrado entre trabalhadores formais e informais. O maior aumento para a faixa de 11 a 14 anos de estudo ocorreu na RMF que, por outro lado, apresenta o menor número de trabalhadores na faixa dos 15 anos ou mais de estudo. Vale ressaltar que, em 2002, a faixa de 11 a 14 anos de estudo concentrava maior número de trabalhadores apenas entre os formais, uma vez que os informais apresentavam maior número na faixa de 4 a 7 anos de estudo. Em 2011, essa situação se modificou: os empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria passaram a ter maior número na faixa dos 11 aos 14 anos de estudo, a mesma faixa dos formais. Contudo, o trabalhador doméstico sem carteira permaneceu predominante na mesma faixa dos 4 a 7 anos, em 2011. Comparando as regiões, percebe-se que mesmo com o bom desempenho da RMF no período, ela ainda apresenta números maiores para as faixas de até três anos de estudo e menor número para a faixa de quinze anos ou mais. No entanto, nota-se uma redução significativa da diferença entre a RMF e as outras duas, no que diz respeito à variável escolaridade.

Em relação à variável renda dos trabalhadores, embora as três regiões metropolitanas analisadas tenham registrado elevação, observa-se uma diferença significativa da RMF em relação às outras. As regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre apresentaram mais trabalhadores nas faixas de maior rendimento, especialmente a RMPA, enquanto a RMF tem maior número nas faixas de menor rendimento.

Quando comparadas as variáveis idade, escolaridade e renda entre os trabalhadores formais e informais, algumas diferenças relevantes podem ser destacadas. Nas três regiões metropolitanas, em 2011, embora a maioria dos trabalhadores se concentrasse nas faixas de 30 anos ou mais de idade, os informais estavam em maior número nessas faixas. Quanto à escolaridade, nas três regiões, a maioria dos formais tinha 11 anos ou mais de estudo, enquanto a maioria dos informais tinha até 10 anos de estudo, apresentando grande número na faixa dos 4 a 7 anos de estudo.

Outra diferença entre trabalhadores formais e informais aparece no rendimento mensal. A maioria da população ocupada das três regiões metropolitanas tinha rendimento mensal de até 1 salário mínimo, em 2002, mas a RMF apresentava maior número de trabalhadores nessa faixa inferior de rendimento devido ao maior número de informais. Nesse ano, uma parcela pequena da população ocupada encontrava-se nas faixas acima de 2 salários mínimos de rendimento mensal. Em 2011, a maioria dos trabalhadores ganhava mais de 1 salário mínimo, mas a maior concentração estava na faixa de até 2 salários mínimos. Esses dados deixam evidente que apesar da melhora observada no rendimento mensal, em relação a 2002, a maior parte da população ocupada no Brasil é composta por

trabalhadores com baixos salários. A diferença de rendimento entre os trabalhadores formais e informais também diminuiu no período, mas nas faixas acima de 2 salários mínimos os informais estão em número bem menor que os formais, especialmente na RMF, evidenciando, também, a diferença dessa região em relação às outras duas.

**Tabela 15 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais por região metropolitana e sexo, segundo o rendimento mensal – 2002 (%)**

Rendimento mensal	RMBH					
	Homens			Mulheres		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Até 1 salário mínimo	53,5	71,6	<b>61,0</b>	68,9	88,3	<b>78,2</b>
Mais de 1 até 2 salários mínimos	25,9	15,8	<b>21,7</b>	18,5	7,2	<b>13,1</b>
Mais de 2 salários mínimos	20,6	12,6	<b>17,3</b>	12,6	4,5	<b>8,7</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 867</i>	<i>1 318</i>	<i>3 185</i>	<i>1 312</i>	<i>1 202</i>	<i>2 514</i>
<i>N</i>	<i>677 503</i>	<i>478 271</i>	<i>1 155 774</i>	<i>476 070</i>	<i>436 157</i>	<i>912 227</i>
	RMPA					
Até 1 salário mínimo	47,5	68,8	<b>56,8</b>	63,1	85,0	<b>72,9</b>
Mais de 1 até 2 salários mínimos	28,7	18,6	<b>24,3</b>	20,6	9,7	<b>15,7</b>
Mais de 2 salários mínimos	23,7	12,5	<b>18,9</b>	16,4	5,3	<b>11,4</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>2 828</i>	<i>2 196</i>	<i>5 024</i>	<i>2 110</i>	<i>1 722</i>	<i>3 832</i>
<i>N</i>	<i>572 176</i>	<i>444 336</i>	<i>1 016 512</i>	<i>426 967</i>	<i>348 439</i>	<i>775 406</i>
	RMF					
Até 1 salário mínimo	68,1	83,9	<b>76,8</b>	74,1	93,0	<b>85,5</b>
Mais de 1 até 2 salários mínimos	18,5	10,1	<b>13,9</b>	14,0	4,4	<b>8,2</b>
Mais de 2 salários mínimos	13,3	6,0	<b>9,3</b>	11,9	2,6	<b>6,3</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 467</i>	<i>1 831</i>	<i>3 298</i>	<i>1 040</i>	<i>1 601</i>	<i>2 641</i>
<i>N</i>	<i>315 046</i>	<i>393 234</i>	<i>708 280</i>	<i>223 372</i>	<i>343 861</i>	<i>567 233</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Além da diferença entre formais e informais, a análise dos dados sobre o rendimento mensal permite identificar, também, a diferença entre homens e mulheres (tabelas 15 e 16). Em 2002, a maioria dos trabalhadores homens e mulheres, tanto formais como informais ganhava até 1 salário mínimo, nas três regiões metropolitanas, exceto os homens em ocupação formal na RMPA, cuja maioria tinha rendimento maior que 1 salário mínimo (Tabela 15). Nota-se que havia maior número de mulheres em ocupações informais na faixa de até 1 salário mínimo nas três regiões, mas de forma ainda mais concentrada na RMF, onde elas superavam as mulheres em ocupações formais, em números absolutos.

Em 2011, a maioria dos trabalhadores homens encontrava-se nas faixas de mais de 1 salário mínimo nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, com maior concentração nas faixas acima de 2 salários mínimos (Tabela 16). No caso da RMPA, a maioria dos homens em ocupações formais tinha rendimento acima de 2 salários mínimos,

situação bem distinta daquela apresentada pela RMF, cuja maioria estava nas faixas de até 2 salários mínimos.

**Tabela 16 - Distribuição dos trabalhadores formais e informais por região metropolitana e sexo, segundo o rendimento mensal – 2011 (%)**

Rendimento mensal	RMBH					
	Homens			Mulheres		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Até 1 salário mínimo	8,0	23,9	<b>13,6</b>	21,2	53,4	<b>33,3</b>
Mais de 1 até 2 salários mínimos	43,6	34,2	<b>40,3</b>	47,5	29,9	<b>40,9</b>
Mais de 2 salários mínimos	48,3	41,9	<b>46,1</b>	31,3	16,6	<b>25,7</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	2 060	1 318	3 378	1 670	999	2 669
<i>N</i>	857 618	462 930	1 320 548	695 247	415 898	1 111 145
RMPA						
Até 1 salário mínimo	4,3	19,9	<b>9,7</b>	9,1	42,4	<b>20,7</b>
Mais de 1 até 2 salários mínimos	41,3	37,5	<b>40,0</b>	54,9	34,3	<b>47,7</b>
Mais de 2 salários mínimos	54,4	42,5	<b>50,2</b>	36,0	23,3	<b>31,6</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	3 124	1 647	4 771	2 632	1 407	4 039
<i>N</i>	708 633	373 591	1 082 224	597 010	319 142	916 152
RMF						
Até 1 salário mínimo	30,4	50,7	<b>39,8</b>	35,9	72,1	<b>55,4</b>
Mais de 1 até 2 salários mínimos	41,4	30,4	<b>36,3</b>	36,6	19,4	<b>27,3</b>
Mais de 2 salários mínimos	28,2	18,8	<b>23,8</b>	27,5	8,5	<b>17,3</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	1 612	1 382	2 994	1 102	1 302	2 404
<i>N</i>	513 292	440 065	953 357	350 886	414 612	765 498

**Fonte:** Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Em relação às mulheres, nota-se que a maior parte não ocupa as mesmas faixas de remuneração que os homens, exceto no caso da RMF, onde o rendimento dos homens é inferior ao das outras duas regiões (Tabela 16). A diferença entre os rendimentos das mulheres em ocupações formais e informais é maior que aquela observada entre os homens. Nas três regiões metropolitanas, a maior parcela de trabalhadoras formais estava na faixa de mais de 1 até 2 salários mínimos, enquanto as informais concentravam-se na faixa de até 1 salário mínimo.

Pela comparação das informações sobre o rendimento de homens e mulheres em ocupações formais e informais, nos dois períodos, percebeu-se que a população ocupada era mais homogênea, em 2002, em relação a essa variável, ou seja, havia maior concentração de trabalhadores na faixa inferior. Em 2011, homens e mulheres aparecem dispersos em faixas distintas. Pela análise dos resultados desse ano, constatou-se que a melhoria de rendimento foi mais intensa entre os homens, com redução da distância entre os rendimentos dos formais e informais. No caso das mulheres, a distância entre as formais e informais aumentou e elas

aparecem concentradas em faixas distintas. Com isso, pode-se afirmar que o rendimento dos trabalhadores informais é inferior aos dos trabalhadores formais, o rendimento das mulheres é inferior ao dos homens e o rendimento das mulheres informais é o menor de todos, sobretudo na RMF.

As variáveis analisadas para as três regiões metropolitanas permitiram constatar que apesar do dinamismo econômico observado no período, na RMF a informalidade se mostrou com um peso mais acentuado na determinação das características de seu mercado de trabalho. Esse traço já era evidente em 2002, mas mesmo com o processo de formalização ocorrido ao longo da década, o trabalho informal se mostrou mais persistente nessa região do que nas outras duas.

De modo geral, pode-se afirmar que, em comum, as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza apresentam, como características mais relevantes, aumento no número de trabalhadores formais, aumento de trabalhadores nas atividades de comércio e redução da participação dos trabalhadores domésticos. Percebe-se, assim, uma mudança na composição do mercado de trabalho na última década que pode apontar uma tendência de retomada do processo de estruturação em outros moldes, não mais ancorado no setor industrial. Contudo, o período analisado ainda é pequeno para afirmar tal trajetória. Além dessas similaridades, outras alterações, como envelhecimento da população ocupada, aumento da escolaridade, elevação da renda, aumento do número de contribuintes para a previdência e redução do número de sindicalizados, indicam uma mudança de perfil dos trabalhadores em geral.

As diferenças mais relevantes entre as regiões metropolitanas aparecem na intensidade das alterações registradas, ou seja, o processo de mudanças se assemelha, mas com nuances que apontam dinâmicas distintas no mercado de trabalho de cada região. A comparação de informações sobre os trabalhadores das três regiões proporcionou uma análise abrangente desses mercados, mas ela se refere aos resultados estáticos em dois períodos. No intuito de buscar identificar os fatores relacionados à dinâmica interna dos mercados de trabalho, no próximo capítulo serão analisadas as movimentações dos trabalhadores nas três regiões metropolitanas.

## **4 A MOVIMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES METROPOLITANOS**

No capítulo anterior foram analisadas as principais características dos mercados de trabalho e dos trabalhadores das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza, comparando-as em dois momentos distintos de modo a perceber as alterações ocorridas, especialmente entre os informais. Buscou-se, sobretudo, observar as mudanças relativas à proporção de formais e informais, distinguindo as alterações nos perfis desses trabalhadores. Percebeu-se que essas alterações ocorreram, principalmente, em decorrência do aumento do número de pessoas trabalhando em ocupações com carteira assinada. Contudo, observou-se, em duas das três regiões, que a população ocupada também aumentou pela via da informalidade, indicando a existência, dentro do mesmo processo de mudanças, de distintas dinâmicas internas desses mercados de trabalho.

Tendo em vista que os dados analisados mostram a situação estática da população ocupada nos anos de 2002 e 2011, fez-se necessário identificar a parcela desses trabalhadores que se movimentou e explorar esses movimentos nos dois períodos. Assim sendo, este capítulo traz a análise dos fluxos dos deslocamentos dos trabalhadores entre ocupações e dos fluxos de entradas de trabalhadores na população ocupada, de modo a possibilitar a identificação de fatores associados às distintas dinâmicas observadas entre os mercados das três regiões metropolitanas. Os fluxos de entradas e deslocamentos, embora circunscritos ao ano de referência, nos dois períodos analisados, trazem contribuições no sentido de auxiliar na elucidação de fatores distintos de influência nos mercados, tanto entre os períodos, como entre as regiões metropolitanas.

### **4.1 Os fluxos de trabalhadores em dois momentos**

A movimentação de trabalhadores pode ser analisada distinguindo-se a parcela da população ocupada com menos de um ano no trabalho atual. Identificando-se os grupos que se movimentaram no ano de referência, é possível analisar a transição entre a formalidade e a informalidade, para aqueles que mudaram de trabalho. Para aqueles que começaram a trabalhar, é possível identificar se a ocupação era formal ou informal. Os trabalhadores do primeiro grupo são os que transitaram entre ocupações, ou seja, que saíram de outro trabalho no período de 358 dias anteriores à semana de referência da pesquisa. Os trabalhadores do segundo grupo, aqueles que começaram a trabalhar, correspondem aos que não saíram de outro trabalho no período de 358 dias anteriores à semana de referência da pesquisa e, nesse

caso, podem ser novos trabalhadores, mas, também, aqueles que estavam sem ocupação no ano anterior e voltaram a trabalhar.

Comparando-se os dois períodos (Tabela 17), nota-se que a movimentação de trabalhadores em 2002 foi mais intensa que em 2011. Considerando o total de trabalhadores que mudaram de ocupação, mais os que começaram a trabalhar, esses movimentos alcançaram 26,9% da população ocupada na RMBH, 22,3% na RMPA e 23,3% na RMF, em 2002. Em 2011, esses movimentos foram menores, alcançando 20,4%, 18,1%, e 18,4% da população ocupada em cada região. Nota-se, claramente, que essa queda foi decorrente da redução dos fluxos de trabalhadores que trocaram de trabalho, pois os fluxos de trabalhadores que começaram a trabalhar sofreram poucas alterações em 2011, em comparação com 2002.

**Tabela 17 - Distribuição dos trabalhadores ocupados por ano e região metropolitana, segundo a movimentação no ano de referência – 2002 e 2011 (%)**

Movimentação	2002			2011		
	RMBH	RMPA	RMF	RMBH	RMPA	RMF
Mudou de trabalho	15,7	11,4	10,4	8,8	8,3	6,8
Começou a trabalhar	11,2	10,9	12,8	11,6	9,8	11,6
Permaneceu no trabalho	73,0	77,7	76,7	79,6	81,9	81,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	5 756	8 961	5 978	6 133	9 030	5 473
<i>N</i>	2 089 408	1 813 171	1 284 533	2 553 251	2 048 281	1 742 735

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.**

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Pode-se perceber (Tabela 17) que a maioria dos trabalhadores permaneceu no mesmo trabalho nos dois períodos, e esse número aumentou em 2011 nas três regiões metropolitanas, chegando a quase 82% da população ocupada na RMPA. Os valores se mostram muito próximos nos três casos, sendo que a RMBH, embora com o menor percentual em 2011 (79,6%), teve maior variação em relação a 2002 (aumento de 6,6 pontos percentuais).

Analisando os fluxos de trabalhadores em cada uma das três regiões metropolitanas (Tabela 17), nota-se que os movimentos mostraram-se distintos nos dois períodos analisados, quanto ao ano de referência. Em 2002, o fluxo de deslocamento de um trabalho para outro foi mais intenso do que o fluxo de trabalhadores que começou a trabalhar, exceto na RMF. Em 2011, o fluxo daqueles que iniciaram trabalho se mostrou mais intenso que o fluxo de deslocamento nas três regiões metropolitanas. Mas, é preciso examinar, também, se essa alteração teve impacto sobre a redução da informalidade. Para isso, são analisados, nas seções seguintes, os deslocamentos de trabalhadores entre as posições de origem e de destino, quanto

à posição na ocupação, para os que mudaram de trabalho no ano, bem como a posição na ocupação para os que iniciaram trabalho no ano.

#### 4.1.1 Deslocamentos entre ocupações e transições entre a formalidade e a informalidade

A análise da movimentação dos trabalhadores permitiu identificar, além da queda de intensidade dos deslocamentos, alterações na transição entre a formalidade e a informalidade nas três regiões metropolitanas. No primeiro ano de referência, grande parte dos trabalhadores que se deslocou o fez entre trabalhos informais, enquanto em 2011, o maior movimento ocorreu entre os trabalhos formais (Tabela 18). O deslocamento entre informais, em 2002, representou 43,9% do total de trabalhadores desse grupo, enquanto em 2011, ele representava apenas 24,8%. Inversamente, o deslocamento entre os formais representava, em 2002, apenas 37,3% do grupo, subindo para 54,4%, em 2011. Essa diferença, observada na comparação dos resultados dos dois períodos, evidencia a predominância do trabalho informal no primeiro ano e do trabalho formal no segundo.

**Tabela 18 – Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza por ano, segundo a transição entre ocupações - 2002 e 2011 (%)**

Transição entre ocupações	2002	2011
Informalizou	12,0	12,5
Permaneceu informal	43,9	24,8
Permaneceu formal	37,3	54,4
Formalizou	6,8	8,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	2 548	1 660
<i>N</i>	669 721	512 815

**Fonte:** Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Nota: **n** corresponde ao total não expandido e **N** corresponde ao total expandido da amostra.

Em relação aos trabalhadores que transitaram de ocupações formais para ocupações informais (Tabela 18), notam-se fluxos semelhantes nos dois anos, com pequena elevação de 0,5 pontos percentuais, em 2011. Já em relação ao número de trabalhadores que transitaram de ocupações informais para ocupações formais, registra-se um aumento de 1,5 pontos percentuais em 2011, em relação a 2002. Ou seja, o fluxo no sentido da formalização sofreu alteração positiva, e acima daquele registrado para o fluxo no sentido da informalização. Com isso, constata-se que, apesar do fluxo no sentido formal-informal ter se mantido elevado na movimentação dos trabalhadores em 2011, o fluxo no sentido informal-formal foi maior,

apontando o desempenho positivo do mercado de trabalho nesse ano, quanto ao processo de formalização.

Para analisar mais detalhadamente os fluxos de deslocamentos dos trabalhadores, realizou-se, para cada região metropolitana, o cruzamento das variáveis referentes à posição na ocupação do trabalho anterior, no ano de referência, e a posição na ocupação do trabalho na semana de referência, denominados, para fins desta análise, de *origem-destino*.

Entre os trabalhadores que se deslocaram na Região Metropolitana de Belo Horizonte, observa-se (Tabela 19) que os grandes fluxos ocorreram entre os empregados nos dois anos. O grupo que teve maior número de trabalhadores mudando de ocupação, em 2002, foi aquele que, na posição de origem, era constituído de empregados com carteira (43,5%), seguido do grupo de empregados sem carteira (35,3%). A maioria desses trabalhadores trocou um emprego por outro na mesma posição na ocupação, ou seja, tinha emprego com carteira e mudou para outro com carteira, ou tinha emprego sem carteira e mudou para outro sem carteira. O primeiro grupo correspondeu a 33,5% e o segundo a 28,9% do total de deslocamentos, em 2002. O terceiro maior grupo a trocar de ocupação foi o de trabalhadores por conta própria, que também registrou fluxo predominante dentro da mesma posição, representando 13,7% do total daqueles que se deslocaram, nesse período.

**TABELA 19 - Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência, por posição na ocupação de destino e ano, segundo a posição na ocupação de origem e ano na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%)**

Posição de origem na ocupação – 2002	Posição de destino na ocupação - 2002					
	Empregado com carteira	Empregador	Empregado sem carteira	Conta própria	Outros informais	Total
Empregado com carteira	33,5	0,3	7,3	1,5	0,9	<b>43,5</b>
Empregador	0,0	2,7	0,3	0,3	0,0	<b>3,3</b>
Empregado sem carteira	4,2	0,3	28,9	1,5	0,3	<b>35,3</b>
Conta própria	1,2	0,3	1,2	13,7	0	<b>16,4</b>
Outros informais	0,3	0,0	0,6	0	0,6	<b>1,5</b>
<b>Total</b>	<b>39,2</b>	<b>3,6</b>	<b>38,3</b>	<b>17,0</b>	<b>1,8</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	353	33	345	153	19	903
<i>N</i>	128 829	11 974	125 915	55 523	6 896	329 137
<b>2011</b>	<b>Posição de destino na ocupação - 2011</b>					
Empregado com carteira	56,4	0,2	9,3	3,1	0,4	<b>69,4</b>
Empregador	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	<b>0,4</b>
Empregado sem carteira	6,5	0,0	15,5	1,5	0,0	<b>23,5</b>
Conta própria	1,5	0,0	0,4	4,0	0,0	<b>5,9</b>
Outros informais	0,0	0	0,0	0,0	0,8	<b>0,8</b>
<b>Total</b>	<b>64,1</b>	<b>0,2</b>	<b>25,7</b>	<b>8,9</b>	<b>1,2</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	346	1	139	48	6	540
<i>N</i>	144 039	417	57 867	19 978	2 498	224 799

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Em 2011, a movimentação de trabalhadores entre um trabalho e outro na RMBH (Tabela 19) também apresentou fluxos predominantes entre as mesmas posições na ocupação, mas com valores bem distintos, em relação aos de 2002. Percebeu-se que a parcela de empregados com carteira que trocou um trabalho por outro, também com carteira, passou a constituir a maioria dos deslocamentos nesse ano (56,4%). A segunda maior parcela de trabalhadores a se deslocar foi a de empregados sem carteira, cuja maioria trocou de trabalho dentro da mesma posição (15,5%), registrando queda em relação ao primeiro ano. O terceiro maior fluxo de deslocamento ocorreu entre os trabalhadores por conta própria, movimento que registrou queda significativa em 2011, caindo de 16,4%, em 2002, para 5,9% do total de deslocamentos no último ano.

Uma pequena parcela de trabalhadores mudou de posição na ocupação, na RMBH nos dois períodos. Nota-se (Tabela 19) que o número de empregados sem carteira que transitou para um emprego com carteira, subiu de 4,2%, em 2002, para 6,5% do total de deslocamentos, em 2011. Por outro lado, o grupo de empregados com carteira que se deslocou para um emprego sem carteira também teve aumento, subindo de 7,3%, em 2002, para 9,3% do total de deslocamentos, em 2011. Esse aumento no fluxo formal-informal foi observado, também, entre os empregados com carteira que passaram para a posição de trabalhadores por conta própria, percentual que subiu de 1,5% para 3,1% do total de deslocamentos, na comparação entre os períodos. Percebe-se, assim, que a transição entre posições foi mais intensa no segundo ano, ressaltando-se um movimento maior no sentido formal-informal. A análise desses fluxos permite afirmar que, embora o número de trabalhadores formais que transitou para a informalidade pareça pequeno, o aumento registrado pode indicar a persistência da informalidade na região.

De modo a detalhar um pouco mais a caracterização dos movimentos entre ocupações, foram identificados e analisados os fluxos dos grupos ocupacionais que mais se deslocaram em cada região metropolitana. Na RMBH, três grupos ocupacionais se destacaram<sup>33</sup> nos dois períodos. O maior grupo foi o da construção civil, tanto em 2002, quanto em 2011, mas no primeiro ano esses trabalhadores representavam 25,4% do total de deslocamentos, sendo que a maioria transitou dentro da informalidade. Já no segundo ano, esse grupo sofreu queda acentuada, passando a representar 12,8% do total de deslocamentos, sendo que a metade desses trabalhadores transitou na formalidade. Inversamente, os outros dois grupos

---

<sup>33</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A46 e A47).

ocupacionais com maior movimentação entre ocupações, trabalhadores no comércio e de escriturários, registraram fluxos maiores dentro da formalidade, nos dois anos.

Com relação à Região Metropolitana de Porto Alegre, a maior movimentação entre ocupações foi de empregados com carteira, nos dois anos (Tabela 20). Essa parcela já representava a maioria entre aqueles que mudaram de trabalho em, 2002. É possível perceber que a maioria desses trabalhadores trocou de emprego, mas não de posição na ocupação. Em 2002, os empregados que trocaram um emprego com carteira por outro, representavam 42% dos deslocamentos, subindo para 60,4%, em 2011. O segundo maior fluxo em intensidade de deslocamentos foi o de empregados que trocaram um emprego sem carteira por outro, que representava 22,8% do total de deslocamentos, em 2002, caindo para 15,9%, em 2011. Os trabalhadores por conta própria, na posição de origem, representavam apenas 8,2% daqueles que trocaram de trabalho, em 2002, e 7,1%, em 2011, sendo que a maioria se manteve na mesma posição, nos dois anos.

**TABELA 20 - Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência, por posição na ocupação de destino e ano, segundo a posição na ocupação de origem e ano na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%)**

Posição de origem na ocupação – 2002	Posição de destino na ocupação - 2002					
	Empregado com carteira	Empregador	Empregado sem carteira	Conta própria	Outros informais	Total
Empregado com carteira	42,0	0,5	10,1	3,4	1,0	<b>57,0</b>
Empregador	0,5	1,0	0,0	0,0	0,0	<b>1,5</b>
Empregado sem carteira	5,1	0,5	22,8	1,5	0,5	<b>30,4</b>
Conta própria	1,5	0,5	1,0	5,2	0,0	<b>8,2</b>
Outros informais	0,5	0,0	0,5	0,0	1,9	<b>2,9</b>
<b>Total</b>	<b>49,6</b>	<b>2,5</b>	<b>34,4</b>	<b>10,2</b>	<b>3,4</b>	<b>100,0</b>
<i>N</i>	507	26	354	103	32	1 022
<i>n</i>	102 586	5 258	71 623	20 838	6 476	206 781
<b>2011</b>	<b>Posição de destino na ocupação - 2011</b>					
Empregado com carteira	60,4	0,1	6,9	3,0	0,0	<b>70,4</b>
Empregador	0,1	0,7	0,0	0,0	0,0	<b>0,8</b>
Empregado sem carteira	5,2	0,0	15,9	0,4	0,0	<b>21,6</b>
Conta própria	1,9	0,3	0,5	4,3	0,1	<b>7,1</b>
<b>Total</b>	<b>67,7</b>	<b>1,2</b>	<b>23,5</b>	<b>7,6</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
<i>N</i>	506	9	175	58	1	749
<i>n</i>	114 781	2 040	39 690	13 154	226	169 891

**Fonte:** Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Em relação aos grupos de trabalhadores que mudaram de posição na ocupação, na RMPA, o maior foi o dos empregados que transitaram do trabalho com carteira para outro sem carteira, nos dois anos (Tabela 20). Contudo, esse fluxo passou de 10,1%, em 2002, para 6,9% do total de deslocamentos, em 2011, registrando queda no sentido da informalidade. No sentido inverso, para o caso dos empregados sem carteira que transitaram para ocupações com

carteira, nota-se um pequeno aumento nos números de 2011 (5,2%), em comparação com 2002 (5,1%). Analisando todos os fluxos de transição entre posições, pode-se dizer que houve redução de intensidade no segundo ano.

Os três grupos ocupacionais<sup>34</sup> que apresentaram maior intensidade no fluxo de trabalhadores de um trabalho para outro, na RMPA, foram o de escriturário, trabalhador no comércio e trabalhador na construção, nos dois períodos da análise. A maioria dos trabalhadores dos dois primeiros grupos se deslocou na formalidade, tanto em 2002 quanto em 2011, apresentando aumento de intensidade desses deslocamentos no segundo período. Já os trabalhadores da construção apresentaram direções distintas de deslocamentos. Em 2002, quase metade desse grupo ocupacional se movimentou dentro da informalidade e uma parcela significativa (28,3%) transitou da formalidade para a informalidade e, em 2011, grande parte do grupo transitou na formalidade, mas não a maioria. Nesse segundo período, a transição de trabalhadores da formalidade para a informalidade caiu, como também nas outras ocupações, no entanto se manteve alta (16% dos deslocamentos do grupo).

**TABELA 21 - Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência, por posição na ocupação de destino e ano, segundo a posição na ocupação de origem e ano na Região Metropolitana de Fortaleza - 2002 e 2011 (%)**

Posição de origem na ocupação – 2002	Posição de destino na ocupação - 2002					Total
	Empregado com carteira	Empregador	Empregado sem carteira	Conta própria	Outros informais	
Empregado com carteira	27,0	0,2	7,2	4,2	0,4	<b>38,9</b>
Empregador	0,0	0,6	0,2	0,5	0,0	<b>1,3</b>
Empregado sem carteira	4,8	0,0	37,4	2,4	1,0	<b>45,6</b>
Conta própria	2,0	0,2	3,4	6,4	0,0	<b>11,9</b>
Outros informais	0,2	0,0	1,3	0,0	1,0	<b>2,4</b>
<b>Total</b>	<b>33,7</b>	<b>1,0</b>	<b>49,5</b>	<b>13,5</b>	<b>2,4</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	211	6	308	84	14	623
<i>N</i>	45 302	1 288	66 156	18 049	3 008	133 803
<b>2011</b>	<b>Posição de destino na ocupação - 2011</b>					
Empregado com carteira	40,4	0,3	11,4	3,0	0,0	<b>55,0</b>
Empregado sem carteira	8,2	0,0	26,1	2,1	0,0	<b>36,4</b>
Conta própria	1,1	0,3	1,9	3,8	0,0	<b>7,0</b>
Outros informais	0,8	0,0	0,0	0,0	0,8	<b>1,6</b>
<b>Total</b>	<b>50,4</b>	<b>0,5</b>	<b>39,4</b>	<b>8,9</b>	<b>0,8</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	187	2	146	33	3	371
<i>N</i>	59 534	636	46 491	10 509	955	118 125

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.**

Nota: **n** corresponde ao total não expandido e **N** corresponde ao total expandido da amostra.

Na Região Metropolitana de Fortaleza, a maior intensidade em movimentação foi de empregados sem carteira, em 2002, sendo que a maioria mudou para outro emprego também

<sup>34</sup> Para detalhes, ver apêndice (A46 e A47).

sem carteira, o que representou 37,4% do total de deslocamentos nesse período (Tabela 21). O segundo maior fluxo foi o de empregados com carteira que trocou um emprego por outro na mesma posição representando 27% do total de deslocamentos naquele ano.

Já em 2011 os empregados com carteira foram os que mais se deslocaram, a maioria para outro emprego com carteira, ou seja, 40,4% do total de deslocamentos no ano (Tabela 21). Os empregados sem carteira que transitaram para outro emprego sem carteira representou 26,1% do total de deslocamentos em 2011. Os trabalhadores por conta própria constituíram, nos dois períodos, o terceiro maior fluxo de deslocamento entre ocupações, mas apresentou queda, passando de 11,9%, em 2002, para 7% do total de deslocamentos, em 2011.

Entre os trabalhadores que mudaram de posição na RMF, nota-se que houve um aumento de intensidade nesses fluxos no segundo período (Tabela 21). Os empregados com carteira que passaram para ocupações sem carteira representavam 7,5%, do total de deslocamentos, em 2002, passando para 11% em 2011. Também houve aumento no fluxo de empregados sem carteira que transitaram para ocupações com carteira, que passaram de 4,5% do total de deslocamentos, em 2002, para 7,6% em 2011. Acrescentando-se os valores referentes aos fluxos no sentido informal-formal dos grupos de trabalhadores por conta própria e outros informais, percebe-se que o total de deslocamentos para ocupações formais em 2011 foi maior que em 2002.

Analisando as informações sobre os grupos ocupacionais<sup>35</sup> que mais transitaram de um trabalho para outro na RMF, notam-se algumas mudanças entre os dois períodos. Em 2002, o grupo que apresentou fluxo mais intenso de deslocando foi o de trabalhadores domésticos, sendo que a maioria transitou na informalidade. Nesse ano, o segundo grupo em intensidade de fluxo de deslocamento foi o de trabalhadores na construção, com maioria dos trabalhadores também tendo transitado na informalidade. Em 2011, o grupo de trabalhadores na construção foi o maior em deslocamento na região, mas ainda com grande parte transitando na informalidade (45,8%). Os deslocamentos dos trabalhadores no comércio e dos escrivães também registraram aumento no segundo período, mas apresentando fluxos mais intensos dentro da formalidade. Além disso, esses dois grupos registraram aumento significativo de deslocamentos de ocupações informais para formais, em 2011. O grupo dos trabalhadores domésticos apresentou queda acentuada entre os deslocamentos ocorridos em 2011, em relação ao primeiro ano, passando a ser o quarto maior em intensidade.

---

<sup>35</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A46 e A47).

Comparando-se as informações referentes aos deslocamentos de trabalhadores entre ocupações, nas três regiões metropolitanas, pode-se dizer que elas refletem, em parte, os resultados do processo de formalização ocorrido entre 2002 e 2011, ou seja, os fluxos de empregados com carteira no segundo ano foram mais intensos, sobretudo, porque esse grupo se tornou maioria da população ocupada. No entanto, a intensidade dos fluxos entre as mesmas ocupações e as transições entre a formalidade e a informalidade se mostraram distintas nos três casos, resultados que ficam mais evidentes comparando-se as movimentações ocorridas nos dois períodos.

Observa-se que a movimentação entre ocupações informais, em 2002, foi mais intensa nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, enquanto na RMPA a maior parte dos deslocamentos ocorreu entre ocupações formais (44,3%) (Tabela 22). Como visto acima, os grupos ocupacionais que mais se deslocaram nas duas primeiras regiões metropolitanas foram os trabalhadores da construção, na RMBH, e os domésticos, na RMF, ocupações tradicionalmente informais no país. Já em 2011, a movimentação entre ocupações formais foi mais intensa nas três regiões, embora não tenha representado a maioria dos deslocamentos no caso da RMF.

**Tabela 22 – Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho no ano de referência por ano e região metropolitana, segundo a transição entre ocupações - 2002 e 2011 (%)**

Transição entre ocupações	2002			2011		
	RMBH	RMPA	RMF	RMBH	RMPA	RMF
Informalizou	10,5	14,2	12,4	13,5	10,0	14,3
Permaneceu informal	46,7	33,7	52,8	22,2	21,2	34,8
Permaneceu formal	36,7	44,3	27,8	56,3	61,3	40,7
Formalizou	6,1	7,8	7,1	8,0	7,5	10,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	903	1 022	623	540	749	371
<i>N</i>	329 137	206 781	133 803	224 799	169 891	118 125

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.**

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

Em relação à movimentação de trabalhadores que transitaram entre ocupações formais e informais, nota-se que os fluxos em direção à informalidade foram maiores que os fluxos em direção à formalidade nas três regiões metropolitanas, tanto em 2002 quanto em 2011 (Tabela 22). Ressaltando similaridades e diferenças entre os movimentos dessas regiões, percebe-se o aumento de intensidade dos fluxos em direção às ocupações informais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, com maior variação no primeiro caso. Por outro lado, os fluxos no sentido da formalidade também registraram aumento nessas duas

regiões, com maior variação para Fortaleza. A RMPA apresentou uma movimentação distinta das outras duas regiões, uma vez que registrou queda de intensidade nas transições entre posições, tanto no sentido da formalidade quanto no sentido da informalidade. Contudo, nota-se que a maior variação negativa foi do fluxo no sentido da informalidade que, em 2002, foi o mais intenso entre as três regiões metropolitanas, representando 14,2% dos deslocamentos da RMPA, caindo para 10% em 2011, menor fluxo em direção à informalidade.

A comparação entre os fluxos de deslocamentos de trabalhadores revelou os diferentes movimentos entre ocupações e posições nas três regiões metropolitanas, permitindo identificar dinâmicas distintas de seus mercados de trabalho nos dois períodos. No entanto, o significado dessas variações no aumento ou redução da informalidade não é evidente. Nesse sentido, buscou-se examinar as transições para a formalidade, por meio da análise logística binomial de modo a estimar a *razão de chance (odds ratio)* de formalização dos trabalhadores que se deslocaram entre ocupações (Quadro 1). Como mencionado anteriormente, a variável dependente é binomial. A categoria de referência é constituída pela agregação das categorias ‘informalizou’, ‘permaneceu informal’, ‘permaneceu formal’, ao passo que a categoria referenciada é a transição para a formalidade. Sendo um indicador usado para comparar a magnitude da diferença entre duas chances condicionais, a *razão de chance* tem como parâmetro de comparação a unidade um. Valores superiores a um indicam maior razão de chance de um caso em relação ao outro, controlando-se as demais variáveis.

**Quadro 1: Modelo logístico binomial para a chance de formalização em relação à informalização/permanência - Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte - 2002**

<i>Efeito</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Pr &gt; ChiSq</i>	<i>Razão de Chance</i>
RM RMF vs RMBH	0,1861*	0,0280	1,205
RM RMPA vs RMBH	0,2038*	0,0267	1,226
sexo Homens vs Mulheres	-0,0004	0,9959	1,000
educlev 4-7 anos vs 0-3 anos	0,4268**	< ,0001	1,532
educlev 8-10 anos vs 0-3 anos	0,3761**	0,0006	1,457
educlev 11 anos vs 0-3 anos	0,6335**	< ,0001	1,884
educlev 12+ anos vs 0-3 anos	0,3585**	0,0028	1,431
Idade	-0,0089*	0,0193	0,991

**Fonte:** Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002.

Nota: Significância estatística: *Prob > ChiSq* tem que ser < que 5% (0.05).

Conforme os resultados apresentados no Quadro 1, observa-se que, em 2002, a chance de formalização para aqueles que mudaram de ocupação, no ano de referência, era 20% maior

na RMF, em comparação com a RMBH, controlando-se por sexo, escolaridade e idade. Já na RMPA, a chance de formalizar era 22% maior, comparando-se com a RMBH, e controlando-se pelas demais variáveis independentes.

Quanto aos resultados da análise para as demais variáveis, no ano de 2002, nota-se que a variável sexo não é estatisticamente significativa, ou seja, não há evidência de diferenças entre as chances de transitar para uma ocupação formal por sexo. Em relação à escolaridade, a chance de formalizar, entre aqueles com 11 anos de estudo, era 88% maior em relação aos que tinham até 3 anos de estudo, controlando-se por região, sexo e idade. A faixa de escolaridade de 11 anos de estudo foi a mais significativa, maior inclusive do que para aqueles com 12 anos ou mais de estudo. Para a variável idade, pode-se afirmar que o aumento em um ano diminuiu a chance de formalização em 0,9%, controlando-se pelas demais variáveis.

Em 2011, a diferenças entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza se ampliaram, de acordo com os resultados apresentados no Quadro 2. Nesse ano, a chance de formalização era 31% maior na RMF, em comparação com a RMBH, ou seja, aumentou em relação ao ano de 2002. No caso da RMPA, a razão de chance foi inferior a um e não se mostrou estatisticamente significativa.

Dentre as demais variáveis somente idade mostrou-se estatisticamente significativa em 2011. Nesse caso, pode-se afirmar que o aumento em um ano de idade aumentou a chance de formalização em 1%, controlando-se pelas demais variáveis.

**Quadro 2: Modelo logístico binomial para a chance de formalização em relação à informalização/permanência - Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte - 2011**

<i>Efeito</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Pr &gt; ChiSq</i>	<i>Razão de Chance</i>
RM RMF vs RMBH	0,2718*	0,0181	1,312
RM RMPA vs RMBH	-0,0981	0,3866	0,907
sexo Homens vs Mulheres	-0,1159	0,1859	0,891
educlev 4-7 anos vs 0-3 anos	0,1825	0,3666	1,200
educlev 8-10 anos vs 0-3 anos	-0,0069	0,9758	0,993
educlev 11 anos vs 0-3 anos	0,2436	0,2065	1,276
educlev 12+ anos vs 0-3 anos	0,3361	0,1399	1,399
Idade	0,0103*	0,0471	1,010

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011.**

Nota: Significância estatística: *Prob > ChiSq* tem que ser < que 5% (0.05).

Os resultados apresentados permitem perceber certa vantagem da RMF em relação às outras duas quanto à chance de formalização dos trabalhadores que mudaram de trabalho no período de referência de um ano, mais em 2011 que em 2002. Os resultados indicam diferenças substanciais entre 2002 e 2011 no que se refere ao nível educacional e à idade. Se em 2002 todos os níveis educacionais, em comparação ao nível educacional mais baixo, se mostraram estatisticamente significantes, em 2011 todos perdem significância. Esse resultado indica que, em 2011, a chance de transitar de uma ocupação informal para uma ocupação formal, em relação às demais transições, no período de referência de um ano independeu do nível educacional do ocupado, ao contrário de 2002. A variável idade, por sua vez, tem significância estatística nos dois modelos, mas seu efeito é invertido em 2011 em relação a 2002. Esse resultado indica que a chance de transição para posições formais em 2011 é maior entre os trabalhadores com, potencialmente, mais tempo no mercado de trabalho.

Em síntese, a análise da movimentação entre ocupações daqueles que trocaram de trabalho, no período de referência de um ano, mostrou que os fluxos mais intensos foram entre ocupações da mesma posição, nos dois períodos, mas predominaram as transições na informalidade em 2002, enquanto em 2011, predominaram as transições na formalidade. Tal mudança parece refletir os resultados do processo de formalização ocorrido ao longo do período entre os dois anos da análise. Ou seja, o grande número daqueles que transitaram entre ocupações formais constituiu a maioria entre os trabalhadores que mudaram de trabalho no período de referência em 2011, situação inversa a do período de referência de 2002.

Em relação ao número de trabalhadores que mudou de posição na ocupação, transitando de um trabalho formal para informal ou o inverso, percebe-se valores muito próximos nas três regiões metropolitanas. Os resultados da análise mostraram fluxos intensos em direção à informalidade nos dois anos, registrando aumento, em 2011, exceto na RMPA. Por outro lado, os fluxos em direção à formalidade também registraram aumento, em 2011, exceto na RMPA. Comparando-se os resultados dos dois períodos de referência, foi possível constatar um maior dinamismo do mercado de trabalho da RMPA, em 2002, e da RMF, em 2011. Além disso, percebeu-se que a escolaridade aumentou a chance de formalização, em 2002, mas não em 2011, fato que pode estar relacionado à maior oferta de ocupações que demandavam baixa escolaridade, no segundo ano.

Tendo em vista os resultados analisados, percebe-se que as transições entre ocupações formais e informais, embora relevantes, não parecem ter sido responsáveis pelo processo de formalização ocorrido ao longo da década, pois além de alcançarem uma pequena parcela da população ocupada nas regiões metropolitanas, ocorreram com mais intensidade em direção à

informalidade. Sendo assim, o processo de formalização pode ter sofrido maior influência dos fluxos de entrada de trabalhadores na população ocupada, ou seja, de trabalhadores que começaram a trabalhar no ano de referência, movimento que será analisado na próxima seção.

#### 4.1.2 Os trabalhadores que começaram a trabalhar e a formalização

Em relação aos trabalhadores que começaram a trabalhar no ano de referência da pesquisa, vale lembrar que não se trata apenas da primeira ocupação, pois esse fluxo abrange, também, aqueles que já trabalharam antes, mas que estavam desocupados e voltaram a trabalhar no ano de referência. A identificação da faixa etária desses trabalhadores<sup>36</sup> apontou que pouco menos da metade tinha idade até 24 anos nos dois períodos da análise, e que a maioria não passava dos 29 anos, ou seja, há grande número de trabalhadores novos, mas muitos deles com idade suficiente para terem trabalhado antes.

A comparação desses fluxos nos anos de 2002 e 2011 permitiu identificar uma mudança expressiva na forma de inserção dos trabalhadores na população ocupada (Tabela 23). No primeiro ano, a maioria dos trabalhadores que começou a trabalhar o fez através de ocupações informais, enquanto no segundo ano os fluxos de maior intensidade foram para as ocupações formais, com grande variação em relação ao primeiro período.

Nas três regiões metropolitanas, em 2002, os empregados sem carteira constituíam a maior parcela entre os trabalhadores que começaram a trabalhar, representando 41% na RMBH, 40,3% na RMPA e 51,6% na RMF (Tabela 23).

**TABELA 23 - Distribuição dos trabalhadores que começaram a trabalhar no ano de referência por região metropolitana e ano, segundo a posição na ocupação – 2002 e 2011 (%)**

Posição na ocupação	2002			2011		
	RMBH	RMPA	RMF	RMBH	RMPA	RMF
Empregado com carteira	38,9	36,4	25,7	61,5	57,5	42,2
Empregador	1,5	1,2	1,0	1,0	1,2	0,9
Empregado sem carteira	41,0	40,3	51,6	28,2	31,9	44,3
Conta própria	9,7	13,5	13,3	7,5	7,3	11,4
Outros informais	8,7	8,4	8,4	1,9	2,0	2,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	647	971	769	711	885	638
<i>N</i>	235 138	196 892	165 352	296 005	200 749	203 146

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

Nota: *n* corresponde ao total não expandido e *N* corresponde ao total expandido da amostra.

<sup>36</sup> Para detalhes, ver apêndice (Tabela A48).

A segunda maior parcela, em 2002, era dos empregados com carteira, que reuniam 38,9% dos trabalhadores que começaram a trabalhar na RMBH, 36,4% na RMPA e 25,7% na RMF. O terceiro maior fluxo era composto por trabalhadores por conta própria, mas esses representavam uma parcela bem inferior às duas primeiras.

Em 2011, as três regiões registraram grandes variações nos fluxos dos empregados com e sem carteira, com aumento do primeiro e redução do segundo (Tabela 23). A maioria dos trabalhadores que começou a trabalhar, nesse ano, o fez através do emprego com carteira, exceto na RMF, onde o fluxo de empregados sem carteira continuou maior. Em relação às outras regiões metropolitanas, a RMF apresentou as menores variações na redução dos fluxos de empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria. Com isso, a maioria dos trabalhadores que começaram a trabalhar na RMF, em 2011, o fizeram através de ocupações informais. Nota-se que os fluxos de trabalhadores por conta própria registraram quedas nas três regiões metropolitanas, em 2011, sendo a mais significativa na RMPA, que caiu de 13,5% para 7,3% do total de trabalhadores que começaram a trabalhar no ano.

Os três maiores grupos ocupacionais<sup>37</sup> em intensidade de fluxo de trabalhadores que começaram a trabalhar, em 2002, foram os de escriturário, trabalhador doméstico e trabalhador no comércio. O grupo de escriturários foi o maior nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, enquanto na RMF, o maior grupo foi o de trabalhador doméstico, naquele ano. O grupo de trabalhadores domésticos representou a segunda maior parcela na RMBH e terceira na RMPA, enquanto o grupo de comerciários representou a segunda maior parcela nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e Fortaleza, e a terceira na RMBH, em 2002. Em 2011, os maiores grupos ocupacionais foram de escriturários e trabalhadores no comércio nas três regiões metropolitanas. Contudo, os escriturários constituíram a maior parcela nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, enquanto na RMF, a maior parcela foi de trabalhadores no comércio. O grupo dos trabalhadores domésticos perdeu representatividade nas três regiões metropolitanas, passando a constituir a quarta maior parcela nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, e a terceira na RMF. Os trabalhadores na construção passaram a representar a terceira maior parcela nas duas primeiras regiões metropolitanas e a quarta entre aqueles que começaram a trabalhar na RMF, em 2011. Foi observado o aumento do número de trabalhadores formais em todos esses grupos ocupacionais, em 2011, com destaque para as variações ocorridas nos grupos de trabalhadores no comércio e na construção.

---

<sup>37</sup> Para detalhes, ver apêndice (tabelas A49 e A50).

De modo a deixar mais evidente as similaridades e diferenças entre as três regiões metropolitanas, quanto aos resultados referentes à formalização nos dois períodos, foi utilizada a análise logística binomial para a chance de posição na ocupação formal versus informal.

Os resultados para 2002, apresentados no Quadro 3 apontam que a chance de ter começado a trabalhar, no período de referência de um ano, em uma ocupação formal era 48% menor (ou - 52%) na RMF, em comparação com a RMBH, controlando-se por sexo, escolaridade e idade. Já na RMPA, a razão de chance de ter começado a trabalhar como formal era 12% menor (ou - 88%), em comparação com a RMBH. Esses resultados indicam uma vantagem da RMBH, em relação às outras duas, no que diz respeito à entrada de trabalhadores em empregos formais no período de referência de um ano da PNAD 2002.

**Quadro 3: Modelo logístico binomial para a chance de começar a trabalhar em ocupação formal – Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte - 2002**

<i>Efeito</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Pr &gt; ChiSq</i>	<i>Razão de Chance</i>
RM RMF vs RMBH	-0,6530**	< ,0001	0,520
RM RMPA vs RMBH	-0,1327*	0,0224	0,876
sexo Homens vs Mulheres	0,6116**	< ,0001	1,843
educlev 4-7 anos vs 0-3 anos	0,1786	0,0662	1,196
educlev 8-10 anos vs 0-3 anos	1,0531**	< ,0001	2,866
educlev 11 anos vs 0-3 anos	1,5831**	< ,0001	4,870
educlev 12+ anos vs 0-3 anos	1,1189**	< ,0001	3,061
Idade	0,0091**	0,0001	1,009

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002.**

Nota: Significância estatística: *Prob > ChiSq* tem que ser < que 5% (0.05).

A análise das demais variáveis apontou resultados significativos para sexo e escolaridade (Quadro 3). Em 2002, a chance de ter começado a trabalhar em uma ocupação formal era 84% maior para os homens, em comparação com as mulheres, controlando-se pelas demais variáveis. Nesse ano, para os trabalhadores com 11 anos de estudo, a chance de ter começado a trabalhar em uma ocupação formal era 487% maior, em comparação com aqueles que tinham até 3 anos de estudo, controlando-se pelas demais variáveis. Essa faixa de escolaridade corresponde ao nível médio de ensino e aparece com maior chance de começar a trabalhar, em ocupação formal, do que aqueles com 12 anos ou mais de estudo. A faixa de escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo não se mostrou, estatisticamente, significativa. No que se refere à idade, notou-se uma influência pequena dessa variável, uma vez que o acréscimo

em um ano de idade aumentou a chance de formalização em apenas 0,9%, controlando-se pelas demais variáveis.

A análise dos resultados da comparação entre as regiões metropolitanas, em 2011, indica mudanças importantes em relação ao primeiro ano (Quadro 4). Percebe-se que, controlando-se por sexo, escolaridade e idade, a de chance de iniciar trabalho em uma posição formal na RMF, em relação à RMBH, tornou-se ainda menor (55% menor ou - 45%). Já a diferença entre as regiões metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte, como no caso da análise de transição, não se mostrou estatisticamente significativa.

**Quadro 4: Modelo logístico binomial para a chance de começar a trabalhar em ocupação formal - Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte, 2011**

<i>Efeito</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Pr &gt; ChiSq</i>	<i>Razão de Chance</i>
RM RMF vs RMBH	-0,7891**	< ,0001	0,454
RM RMPA vs RMBH	-0,0920	0,1134	0,912
sexo Homens vs Mulheres	0,3667**	< ,0001	1,443
educlev 4-7 anos vs 0-3 anos	-0,0167	0,8823	0,983
educlev 8-10 anos vs 0-3 anos	0,4158**	0,0002	1,516
educlev 11 anos vs 0-3 anos	1,0853**	< ,0001	2,960
educlev 12+ anos vs 0-3 anos	0,5412**	< ,0001	1,718
Idade	-0,0037	0,0992	0,996

**Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011.**

Nota: Significância estatística: *Prob > ChiSq* tem que ser < que 5% (0.05).

Em 2011, as variáveis referentes ao sexo e escolaridade também se mostraram, estatisticamente, significantes (Quadro 4). Nesse ano, a chance de ter começado a trabalhar em uma ocupação formal era 44% maior para os homens, resultado que mostra uma melhora significativa para as mulheres, em relação a 2002. No que diz respeito à escolaridade, em 2011, a chance era 296% maior para os trabalhadores com 11 anos de estudo, em comparação com aqueles que tinham até 3 anos. Nota-se que essa variável se mostrou bastante influente nos dois períodos, mas perdeu intensidade em 2011. Já a variável idade não se mostrou, estatisticamente, significativa nesse ano.

Comparando-se os resultados da análise estatística para os dois anos, é possível perceber que a magnitude da diferença entre as chances de começar a trabalhar em uma ocupação formal, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, se ampliou em 2011, o que indica uma vantagem maior da primeira em relação à segunda. Foi possível constatar, ainda, que houve grandes alterações nos resultados referentes à influência das

variáveis sexo e escolaridade para aqueles que começaram a trabalhar em ocupações formais em 2011. A redução da diferença para o sexo mostrou que as chances das mulheres começarem a trabalhar em ocupações formais aumentaram. Já no que se refere à escolaridade, a variável se mostrou bastante influente, embora tenha perdido força em 2011.

Em síntese, a análise das movimentações dos trabalhadores permitiu a identificação de alterações relevantes entre os períodos e as regiões metropolitanas. O aumento da população ocupada nas três regiões metropolitanas em 2011 veio acompanhado do aumento do número de trabalhadores que permaneceu no trabalho nesse ano, em relação a 2002. Sendo assim, a movimentação de trabalhadores se mostrou menos intensa, principalmente no que diz respeito aos fluxos de deslocamento entre ocupações.

Quanto aos deslocamentos, percebeu-se maior intensidade dos fluxos de trabalhadores dentro da formalidade no ano de 2011, enquanto, em 2002, os maiores fluxos eram entre ocupações informais. Essa mudança reflete o processo de formalização ocorrido ao longo da década de 2002. Ressalta-se que os grandes fluxos de deslocamento ocorreram entre empregados sem carteira, em 2002, e empregados com carteira, em 2011, ou seja, as outras ocupações informais tiveram pouca relevância dentro dessa movimentação, inclusive os trabalhadores por conta própria. Identificou-se, também, que os fluxos que implicam mudança de situação quanto à formalidade ou informalidade se intensificaram no segundo período, tanto em direção às ocupações formais quanto em direção às informais, exceto no caso da RMPA, onde ocorreu queda nessas transições, em 2011. Vale ressaltar que essa região apresentou os fluxos mais intensos de trabalhadores entre ocupações formais nos dois anos da análise, resultados que podem indicar uma dinâmica distinta do seu mercado de trabalho em relação às outras duas regiões metropolitanas, principalmente da RMF. Ainda em relação ao movimento daqueles que já estavam trabalhando, a análise estatística indicou uma vantagem da RMF em relação às outras duas quanto à chance de formalização dos trabalhadores que se deslocaram no ano de 2011, embora essa região tenha apresentado um fluxo intenso de trabalhadores em ocupações informais nos dois períodos.

No que diz respeito à movimentação dos trabalhadores que começaram a trabalhar, os fluxos também se mostraram menos intensos em 2011 que em 2002, mas as variações não foram tão grandes como aquelas observadas para os deslocamentos. Os valores registrados foram muito próximos entre as regiões metropolitanas, embora na RMPA esse fluxo tenha se mostrado um pouco menor, em 2011. No entanto, há uma grande mudança entre os dois períodos analisados, pois o número de trabalhadores que começou a trabalhar em ocupações formais no ano de 2011 se mostrou muito superior ao de 2002, nas três regiões

metropolitanas. Há diferenças, também, entre as regiões metropolitanas, com fluxos mais intensos de formais na RMBH e de informais na RMF. Desse modo, a RMBH aparece em vantagem em relação às outras duas regiões, resultado confirmado pela análise estatística. Por outro lado, a RMF apareceu em desvantagem, posição confirmada pelos resultados da análise estatística que apontaram chances menores para os trabalhadores dessa região, no que diz respeito a começar a trabalhar em um emprego com carteira, principalmente em 2011. Com isso, percebe-se que as chances de formalização na RMF mostraram-se maiores entre aqueles que já estavam trabalhando, enquanto na RMBH, as chances de formalização mostraram-se maiores para aqueles que começaram a trabalhar nos dois anos de referência.

A análise estatística permitiu, também, identificar a influência das variáveis referentes ao sexo, idade e escolaridade na formalização dentro dos fluxos de deslocamentos e entradas de trabalhadores na população ocupada. Nos fluxos de deslocamento, a variável mais relevante nas chances de transição da informalidade para a formalidade foi a idade, controlando-se pelas demais variáveis. Quanto aos fluxos de trabalhadores que começaram a trabalhar, a idade não se mostrou relevante, mas a escolaridade sim e com maior intensidade em 2002. A análise da variável referente ao sexo mostrou uma grande mudança em 2011, pois houve redução da diferença entre as chances dos homens e mulheres.

Grande parte dos resultados das análises converge com aqueles apontados por uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada sobre a formalização ocorrida no período. O relatório afirma que a maior parte do aumento da proporção de trabalhadores formais se deve à criação de “vagas majoritariamente formais, e não a uma maior regularização de postos tidos como informais.” O relatório acrescenta que, nesse período, “o número de empregos não formais cresceu mais de 9% e apresentou queda apenas a partir de 2006.” (IPEA, 2011, p.17).

Pode-se dizer que os resultados das análises sobre a movimentação dos trabalhadores apontaram mudanças na composição ocupacional do mercado de trabalho metropolitano. As alterações percebidas em 2011, principalmente nos fluxos de trabalhadores que começaram a trabalhar parecem indicar que esse movimento foi mais influente no processo de formalização que os deslocamentos. Contudo, tais considerações precisam ser confrontadas com outras que foram feitas nos capítulos anteriores. Essas reflexões, bem como uma sistematização dos pontos mais importantes deste trabalho, serão apresentadas no próximo capítulo, como conclusões.

## 5 CONCLUSÃO

A reflexão que serviu de base para a pesquisa contemplou a questão do trabalho na modernidade na forma do assalariamento, discutindo-se as principais abordagens sobre a informalidade dentro desse processo. Considerou-se que no período entre 1930 e 1980 ocorreu o processo de estruturação do mercado de trabalho no país, com a criação de grande número de empregos e a consolidação de um conjunto de normas de regulação das relações de trabalho.

Desde o momento em que o trabalho assalariado passou a predominar nas sociedades ocidentais modernas, a necessidade de estruturação das relações entre empregadores e empregados se impôs, seja como modo de satisfazer às demandas da crescente classe trabalhadora, seja como modo de controle social. O mercado de trabalho e suas normas passaram a fazer parte dessas sociedades, inclusive como meio para o avanço do próprio capitalismo. Com isso, o trabalho adquiriu *status* e centralidade.

Toda essa transformação do trabalho, que o destituiu do estigma negativo e o alçou à condição de atestado de dignidade, em conformidade com os valores burgueses, acompanhou um processo maior de modernização do estado e das sociedades. A constituição do estado nacional e a consolidação dos direitos, principalmente os sociais, contribuíram para que o trabalho fosse cada vez mais valorizado. A expansão da cidadania nas sociedades de massa também compôs o cenário das grandes mudanças dos últimos séculos.

Considerando que o estado social foi, conforme Silva (2008), a resposta de muitos países às tensões e conflitos gerados pelas diferentes lógicas do mercado e das reivindicações sociais, traçou-se um panorama de como tal solução foi construída no caso brasileiro. Foram muitos avanços e recuos no processo de modernização do País, no qual a configuração de um estado forte foi confundida com autoritarismo, ditadura e repressão. Os direitos sociais e do trabalho avançaram mais nos contextos repressivos que naqueles onde a democracia buscava se consolidar.

A literatura sobre o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil aponta a existência de dois movimentos históricos distintos até o início da década de 2000, sendo que o primeiro abrange as primeiras décadas de modernização do país e, o segundo abrange as últimas décadas do século XX e corresponde ao período de reestruturação produtiva do capitalismo. O primeiro movimento histórico trouxe a expansão do assalariamento e estruturação do mercado de trabalho, consolidando um modelo de coexistência entre ocupações formais e informais. O segundo movimento se caracterizou pela intensificação da

heterogeneidade do mercado de trabalho em decorrência do processo de desregulamentação e do aumento da informalidade.

As décadas de 1930 e 1940 foram de grande transformação da sociedade brasileira em vários aspectos. Foi nesse contexto que teve início o processo de estruturação do mercado de trabalho no país, a partir das grandes cidades que hoje constituem municípios polos das regiões metropolitanas. As regiões mais industrializadas viram primeiramente a formação desses mercados modernos, com grande número de trabalhadores assalariados, contratados com carteira assinada ou não. Ali, onde havia muito mais trabalhadores que emprego, também se desenvolveu mais rapidamente um grande leque de atividades e suas diversas ocupações, abrindo maior espaço aos trabalhadores por conta própria.

O trabalho tinha importância central na estratégia dos governos de Vargas, uma vez que foi criada uma estrutura altamente profissional de administração e controle da classe trabalhadora como jamais o país teve. Esse aparato burocrático compreendia um novo ministério somente para regular o trabalho e sua organização e uma legislação específica e complexa. A cidadania brasileira emerge sob uma regulação intensa, ou seja, garantia de direitos sociais, especialmente do trabalho, desde que conformada ao que regia tal legislação. Era a cidadania regulada, conforme denominada por Santos (1994), que implicava uma classe trabalhadora fracionada e, conseqüentemente, uma cidadania estratificada. Para Cardoso (2010) seria o início de uma utopia que alimentava os sonhos dos brasileiros pobres de acesso aos direitos e legitimava as desigualdades.

O período entre meados de 1960 e 1980 também trouxe grandes avanços no reconhecimento de direitos sociais, combinados com autoritarismo e repressão, ou seja, baixa ou nenhuma participação da sociedade. Foi durante a ditadura militar que os direitos sociais foram expandidos para um número maior de trabalhadores, inclusive nas áreas rurais. Vale lembrar que foi nesse período que ocorreu a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Ministério da Previdência e Assistência Social. O auge do assalariamento formal foi registrado em meados da década de 1970, momento de grande otimismo com o crescimento econômico brasileiro, mas que também registrou grande crescimento da desigualdade.

As conquistas da nova Constituição ao final dos anos 1980 ocorreram em um contexto bem distinto daquele da década anterior, pois o modelo desenvolvimentista mostrava-se esgotado e predominava o desemprego, alta inflação, instabilidade da moeda nacional e aumento do trabalho informal.

Percebe-se, portanto, que o trabalho informal no Brasil constitui um grande fenômeno social, e somente é possível compreendê-lo como parte do processo de desenvolvimento econômico e de modernização da sociedade.

Por definição, o trabalho informal é aquele não regulado pelo estado e, portanto, adquire contornos claros apenas no contraste com o trabalho formal. Sendo assim, a informalidade do trabalho emergiu como fenômeno a partir da estruturação do mercado de trabalho brasileiro. A estruturação do mercado de trabalho, tendo por base o assalariamento formal, ocorreu de modo mais intenso, no país, em períodos de governos autoritários e paternalistas, sob a pressão de um grande deslocamento de habitantes das áreas rurais em direção às cidades. Esses fatores, associados às resistências da elite agrária brasileira tornaram mais difíceis a consolidação de uma sociedade salarial mais abrangente em direitos e cobertura. Ou seja, a legislação avançou, mas reforçou a divisão entre formais e informais por deixar vários grupos de trabalhadores fora de seu alcance, situação claramente visível no caso das trabalhadoras domésticas.

Através da literatura, foi possível constatar que o conceito de informalidade apresenta limitações, sobretudo por abarcar fenômenos e grupos de trabalhadores muito diferentes, mas ainda assim se mostra útil à análise do mercado de trabalho brasileiro, principalmente por auxiliar na identificação de diferentes modos de inserção e seus desdobramentos. Uma abordagem que lance mão do conceito de trabalho informal deve, contudo, ter como referência o assalariamento formal, como afirma Lautier (1993) e não a economia ou setor. Desse modo, o emprego regulado, mesmo o de baixa remuneração, oferece uma proteção mínima ao trabalhador, em comparação com o informal. Na informalidade, o trabalhador está sozinho, sem vínculo, ainda que possa obter, em algumas atividades, um rendimento melhor do que teria como formal. Essa ausência de vínculo, ou “desfiliação”, utilizando o termo de Castel (2008), mostra-se ainda maior para os trabalhadores por conta própria, maior grupo de informais no Brasil, na atualidade, uma vez que eles não contam, sequer, com a referência, ainda que precária, de uma empresa, o que ainda existe para os empregados sem carteira.

A década de 2000 trouxe mudanças significativas nos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, com destaque para a criação de empregos regulados. Com isso, constatou-se que a proporção de trabalhadores formais superou a de informais, sobretudo nas regiões metropolitanas. A maior parte da literatura sobre o período aponta mudanças importantes, principalmente na base da pirâmide social brasileira, com o aumento de empregos formais e de remuneração entre os trabalhadores assalariados de baixa qualificação. Os autores se

mantêm cautelosos, no entanto, quanto ao processo de formalização em curso, uma vez que o período ainda é pequeno para permitir análises sobre tendências.

Considerando os dados da PNAD para nove regiões metropolitanas, observou-se que todas mostraram desempenho positivo dos seus mercados de trabalho quanto à formalização. Por outro lado, os dados sobre a informalidade apontaram uma redução pouco expressiva de postos não regulados. Ou seja, a mudança na proporção de trabalhadores com carteira mostrava-se evidente, mas parecia ter ocorrido pouca mobilidade da informalidade para a formalidade. Buscou-se, assim, abordar a dinâmica do mercado de trabalho por meio da análise das características dos seus trabalhadores e das alterações que ocorreram com essa população nas regiões metropolitanas brasileiras na última década, tendo como referência os anos de 2002 e 2011.

Entre as principais mudanças do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas dentro do período, destacam-se a redução de trabalhadores nas atividades agrícolas e industriais, o aumento de trabalhadores no setor de serviços, em atividades de alojamento, alimentação e transporte, armazenagem e comunicação, e a elevação de trabalhadores formais no grupo dos empregados, pelo aumento de postos de trabalho com carteira. Com o processo de formalização, observou-se uma inversão nas proporções de trabalhadores formais e informais nas regiões metropolitanas do Nordeste. Em 2002, elas apresentavam um número maior de informais, situação inversa à das regiões metropolitanas do Sudeste e Sul, mas em 2011, o número de formais passou a ser maior, também, nas regiões do Nordeste, ainda que em valores menores que os do Sul e Sudeste. A Região Metropolitana de Belém se manteve como exceção, pois mesmo tendo registrado aumento de postos de trabalho formais, esse número não foi suficiente para inverter a situação, de modo que a maioria de sua população ocupada ainda encontrava-se na informalidade, em 2011.

A partir da identificação de um processo comum de mudanças nas nove regiões, passou-se para o estudo comparativo entre as características centrais dos mercados de trabalho e dos trabalhadores das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza, no intuito de identificar similaridades e diferenças dentro desse processo, tendo como foco as alterações referentes à formalização. Essa análise permitiu perceber as peculiaridades do desenvolvimento econômico de cada região, bem como as mudanças recentes na composição dos seus mercados de trabalho.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, terceira maior do país, conta com 34 municípios, mas são poucos os que têm uma relação mais direta com a capital. A cidade de Belo Horizonte ocupava, tanto em 2002 como em 2010, a 5ª posição em relação ao PIB

nacional, entre os 100 maiores municípios. Da década de 1950 em diante é que a região ganhou impulso tanto em seu processo de desenvolvimento industrial como do setor de serviços. O setor terciário vem, ao longo dos anos, se expandindo na região, mas na última década, o número de trabalhadores sofreu queda nas atividades de educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos. A indústria e as atividades agrícolas têm perdido trabalhadores nos últimos anos na região, enquanto o comércio e a construção ganharam mais trabalhadores. Quanto ao processo de formalização, notou-se um bom desempenho da RMBH na criação de empregos regulados, com maior variação positiva entre as mulheres, resultado que fez diminuir a diferença entre os sexos quanto a essa variável. Entre os informais houve queda em todas as posições, exceto na de trabalhadores por conta própria que manteve a mesma participação no mercado de trabalho, mas apresentou aumento em números absolutos, puxado pelos trabalhadores da construção civil. Vale lembrar que a RMBH apresentava, em 2002, o menor número de trabalhadores informais, entre as três regiões metropolitanas.

A Região Metropolitana de Porto Alegre também é composta por muitos municípios, mas é polarizada em duas subregiões. Ao norte há um grupo de municípios especializado no setor coureiro-calçadista e afins, e ao sul encontra-se a capital, polo do setor secundário, mas também com forte presença do terciário. A cidade de Porto Alegre ocupava o 7º lugar em relação ao PIB nacional em 2010, mudança significativa em relação a 2000, quando ocupava o 10º lugar, entre os 100 maiores municípios brasileiros. A indústria apresentou variação negativa no número de trabalhadores, em 2011, em relação a 2002, principalmente em decorrência da redução do grupo de trabalhadores da indústria têxtil e de vestuário. A maior variação negativa, contudo, foi na agricultura. Já o setor de serviços teve variação positiva no número de trabalhadores, puxada pelo aumento nas atividades de transporte, armazenagem e comunicação, alteração percebida, também, pelo aumento do grupo ocupacional de escriturários. Contudo, o grupo ocupacional que apresentou maior variação positiva foi o de trabalhadores no comércio. Quanto ao processo de formalização, constatou-se maior variação positiva entre as mulheres, resultado que praticamente igualou a proporção, em postos formais, de homens e mulheres, em 2011. Comparando os resultados da formalização nos dois anos, constatou-se que o desempenho do mercado de trabalho da RMPA foi o melhor, entre as três regiões metropolitanas, pois além da criação de muitos postos regulados, houve, efetivamente, uma maior redução de postos informais. Diferentemente das outras duas regiões, a RMPA não somente registrou queda entre todas as posições informais, mas teve redução de trabalhadores por conta própria, em números relativos e absolutos.

A Região Metropolitana de Fortaleza é a menor das três em número de municípios e sua capital tem grande centralidade na economia da região e do Estado. Fortaleza teve um crescimento notável do seu PIB, que subiu da 17ª posição em 2000 para a 9ª em 2010. A economia da região é baseada tanto na atividade secundária quanto na terciária e essa vem crescendo ao longo dos anos, mais recentemente em função do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). Contudo, o setor de serviços apresentou queda no número de trabalhadores em 2011, comparado com 2002, variação que se deveu à redução nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, bem como nos serviços domésticos. Por outro lado, o número de trabalhadores nas atividades de alojamento e alimentação registrou aumento, assim como nas atividades de construção. Vale destacar que, diferentemente das outras duas regiões, a indústria registrou maior número de trabalhadores em 2011 que em 2002. O desempenho do mercado de trabalho da RMF, quanto à formalização, também foi positivo. Embora a região tenha registrado uma entrada significativa de trabalhadores na informalidade, em números absolutos, tanto como empregado sem carteira, como trabalhadores por conta própria, foi maior o número de postos de trabalho formais criados. O aumento dos trabalhadores por conta própria foi puxado pelos trabalhadores no comércio, e o aumento dos empregados sem carteira foi puxado pelos trabalhadores na indústria têxtil e vestuário.

Embora o resultado positivo nas três regiões metropolitanas, quanto à formalização, possa ser atribuído, em grande parte, à criação de emprego formal, ou seja, de novos postos de trabalho, outra parte se deve à redução de postos informais. A análise da composição das posições informais, nas três regiões, revelou, no entanto, algumas diferenças importantes entre elas. Constatou-se que a afirmação acima corresponde mais aos processos de formalização das regiões de Porto Alegre e Belo Horizonte, sendo que no caso da primeira houve redução em todas as posições informais, enquanto na segunda, essa redução ocorreu entre os empregados e outros informais, mas não entre os trabalhadores por conta própria. Já no caso da RMF, a redução do número de trabalhadores informais, em números absolutos, ocorreu somente entre os outros informais, ou seja, a parcela menos representativa da informalidade, composta pelos não remunerados em diversas atividades, incluindo trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

A composição ocupacional da informalidade também foi alterada na última década, pois os trabalhadores por conta própria superaram os empregados sem carteira, tornando-se o maior grupo de informais no país, representando 21,5% da população ocupada, em 2010 (IBGE, 2010). Nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e Fortaleza, contudo, as alterações

mostraram-se distintas, uma vez que na primeira região esse grupo se igualou, em tamanho, ao grupo de empregados sem carteira, enquanto na segunda região ele permaneceu menor que o grupo de empregados sem carteira. Embora os trabalhadores por conta própria constituam o grupo mais heterogêneo entre os informais, é possível notar a predominância dos trabalhadores da construção civil e do comércio. Esse grupo, que abrange um grande número de trabalhadores de vários perfis, merece estudos mais profundos que permitam conhecê-los melhor em suas trajetórias, escolhas e dificuldades no mercado de trabalho. Em relação aos empregados sem carteira, constatou-se que, mesmo com a criação de grande número de postos de trabalhos formais, essa parcela permaneceu forte, representando 20,2% da PO, em 2010 (IBGE, 2010)<sup>38</sup>. Os maiores grupos ocupacionais que aparecem como trabalhadores sem carteira, em 2011, são os mesmos do grupo dos trabalhadores por conta própria, ou seja, trabalhadores da construção civil e no comércio.

De modo geral, a comparação entre as características dos mercados de trabalho das três regiões metropolitanas apontou semelhanças, como o envelhecimento da população ocupada, aumento da escolaridade, elevação da renda dos trabalhadores, redução do número de trabalhadores na agricultura e nos serviços domésticos e aumento nas atividades de construção e comércio, aumento do número de trabalhadores que contribuem para a previdência, redução do número de sindicalizados e aumento dos trabalhadores formais. As maiores diferenças entre as três são mais evidentes em relação à RMF que apresenta uma população ocupada mais jovem e, embora tenha registrado a maior alteração positiva na escolaridade, continua apresentando maior número de trabalhadores nas faixas de menor escolaridade. Também em relação ao rendimento, a RMF apresentou maior concentração nas faixas inferiores. Do outro lado está a RMPA que apresentou os melhores indicadores, ou seja, trabalhadores mais escolarizados, com maior rendimento mensal e maior número de contribuintes da previdência, além do maior desempenho quanto à formalização, tanto na criação de novos postos de trabalho formais, quanto na redução de postos informais.

Em relação ao rendimento, ainda que tenham ocorrido melhorias evidentes, notam-se diferenças marcantes entre homens e mulheres, formais e informais, e entre as regiões metropolitanas. Em 2011, enquanto cerca da metade da população ocupada das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte tinha remuneração acima de dois salários mínimos, na RMF este percentual não alcançava um quarto dessa população. Além disso, mesmo nas duas regiões de melhor desempenho, a maioria das mulheres permaneceu com

---

<sup>38</sup> Incluindo os trabalhadores domésticos sem carteira, que correspondem a 4,6% da população ocupada.

rendimento de até 2 salários mínimos, mas em menor número que na RMF. A informalidade pesou mais no rendimento das mulheres, sobretudo na RMF, mas nas três regiões constatou-se uma piora, pois o percentual de mulheres nas faixas inferiores era maior do que o de homens em 2011, comparado com 2002. Nos casos das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Fortaleza, a maioria das mulheres em ocupações informais continuava na faixa de até 1 salário mínimo, em 2011.

Por meio da análise da movimentação dos trabalhadores nos dois períodos de referência, foi possível identificar a parcela da população ocupada que tinha menos de um ano no trabalho atual, que constituía cerca de 24%, em 2002, e 19%, em 2011. Notou-se que, no primeiro ano analisado, a maioria desses trabalhadores se movimentou de um trabalho para outro, exceto na RMF, enquanto, no segundo ano, a maioria não veio de outro trabalho, ou seja, havia começado a trabalhar no período. Outra diferença entre os dois períodos é o fato de que em 2002, a maioria dos deslocamentos ocorreu entre ocupações informais, enquanto em 2011, o maior fluxo foi entre ocupações formais. Quanto à movimentação daqueles que começaram a trabalhar, a grande mudança observada foi no aumento do número de trabalhadores em postos formais em 2011, comparado com 2002. Pela análise estatística, constatou-se maiores chances de formalização na RMF para aqueles que já estavam trabalhando, mas para aqueles que começaram a trabalhar, as maiores chances de formalização foram na RMBH, nos dois anos de referência.

Em relação à transição da informalidade para a formalidade, constatou-se que os fluxos se alteraram pouco, com uma pequena variação positiva em 2011, em comparação com 2002. A análise estatística permitiu constatar que, para aqueles que já estavam no mercado de trabalho como informais, a variável idade se mostrou mais relevante nas chances de transição para a formalidade, ou seja, a experiência teve mais peso que a escolaridade. Já em relação aos que começaram a trabalhar, a escolaridade foi a variável mais relevante, apontando a faixa referente ao ensino médio como aquela de maior peso.

Em síntese, ainda que tenha ocorrido uma movimentação intensa de trabalhadores nos dois anos, tais deslocamentos ocorreram, em grande parte, dentro das mesmas posições. Esse fato aponta para a possibilidade de que os fluxos entre a informalidade e a formalidade possam ter tido pouca influência no processo de formalização ocorrido ao longo do período. Contudo, como a análise não é longitudinal, ou seja, abrange apenas a comparação entre dois momentos específicos, não é possível tomar tal afirmação como certa, mas apenas como uma nova hipótese para pesquisas futuras. De qualquer modo, considerando os dois anos de referência, ficou evidente que a transição entre ocupações formais e informais, nas três

regiões metropolitanas, representou parte pouco significativa da movimentação dos trabalhadores no mercado. Esses resultados contrariam, em parte, as afirmações de Cardoso (2013, p.53), segundo o qual “o trânsito dos trabalhadores entre posições sociais ditas ‘formais’ e ‘informais’ é intenso no país”.

A análise da movimentação dos trabalhadores permitiu perceber, também, que embora tenha ocorrido o aumento significativo de trabalhadores formais nas três regiões metropolitanas, esses fluxos se mostraram distintos, principalmente na RMF, onde a entrada maior foi de informais nos dois anos. Em 2002, a maior entrada de trabalhadores ocorreu em postos informais nas atividades de comércio e reparação, nas três regiões metropolitanas, mas, em 2011, embora a maior entrada tenha se mantido nas mesmas atividades, o fluxo para postos formais foi maior, exceto na RMF. Pela análise estatística foi possível constatar que a chance de entrada das mulheres em postos de trabalho formais subiu muito em 2011, em comparação com 2002. Com isso, houve redução da diferença entre as chances dos homens e mulheres.

A observação dos fluxos de deslocamento e entrada no mercado complementou as análises de características dos grupos de trabalhadores e permitiram avançar em relação às hipóteses propostas inicialmente. Tendo em vista os resultados apresentados, pode-se dizer que elas foram confirmadas, em parte. A primeira afirmava que a composição do mercado de trabalho teria sido alterada tanto pela transição de trabalhadores informais para ocupações formais, quanto pelo deslocamento entre ocupações informais. Constatou-se que as alterações na composição ocupacional decorreram, sobretudo, da criação de postos de trabalho formais que foram ocupados, provavelmente, por trabalhadores que começaram a trabalhar, uma vez que a população ocupada aumentou. Os fluxos de transição entre ocupações formais e informais se mostraram menos relevantes, pois grande parte dos deslocamentos observados ocorreu entre as mesmas posições, o que pode indicar baixa perspectiva de transição da informalidade para a formalidade. Contudo, essa também é uma hipótese que somente poderá ser comprovada ou refutada por meio de novos estudos.

Quanto à segunda hipótese, afirmou-se que grande parte dos trabalhadores que permaneceu na informalidade teria baixa qualificação, característica que dificultaria sua entrada no mercado formal. Pela comparação entre as características dos trabalhadores formais e informais constatou-se uma melhora geral, significativa, da escolaridade e a redução da diferença entre eles, quanto à remuneração. Contudo, tanto a escolaridade quanto o rendimento mensal do trabalhador informal continuam com valores abaixo dos observados para os formais, principalmente no caso da mulher.

Voltando, portanto, à questão inicial deste estudo sobre as alterações observadas na base da pirâmide do mercado de trabalho nos últimos anos, pode-se afirmar que ocorreram melhorias em relação à escolaridade e remuneração dos trabalhadores, além do aumento dos empregos formais. Também é possível afirmar que os resultados diretos sobre a diminuição da informalidade não foram muito relevantes, ou seja, o trabalho informal foi proporcionalmente reduzido, devido ao grande aumento de postos formais, mas a redução de postos informais, não teve os mesmos resultados. Além disso, os resultados apresentados mostraram a permanência de um fluxo contínuo para a informalidade, tanto na forma de deslocamento de postos formais para informais, quanto na entrada de trabalhadores na população ocupada. Conclui-se, portanto, que a formalização do trabalho avançou nos últimos anos, mas a informalidade também persistiu, evidenciando algumas das facetas da desigualdade no país.

Quanto à relação entre informalidade e desigualdade, a análise apontou a persistência de desvantagens para alguns grupos no mercado de trabalho, sobretudo pela variável remuneração. Os trabalhadores informais prosseguem nas menores faixas de remuneração e, no caso da mulher, essa diferença negativa ainda é maior, tendo se agravado no período.

Vale ressaltar que, apesar dos trabalhadores por conta própria terem se tornado, em 2011, o maior grupo entre os informais no país, observou-se um fluxo maior de empregados sem carteira começando a trabalhar nesse ano. Dito de outro modo, muitos trabalhadores começaram a trabalhar como empregados sem carteira em 2011, mas esse grupo passou para o segundo lugar em número de informais, no período da análise, o que pode significar que muitos trabalhadores desse grupo saíram da informalidade no período, mas que há um fluxo contínuo para a informalidade. De modo diferente, tanto a entrada de trabalhadores por conta própria na população ocupada, quanto o seu deslocamento para a formalidade, se mostraram menores, ou seja, eles entraram em menor número, mas permaneceram mais nessa posição, nos dois períodos da análise.

Apesar da distância geográfica entre as três regiões metropolitanas e de seus diferentes processos de desenvolvimento, as semelhanças entre elas quanto às alterações ocorridas nos mercados de trabalho deixam evidente a preponderância dos fatores macro na constituição e desempenho dos mercados de trabalho, ou seja, aqueles relacionados às políticas nacionais, principalmente os relativos ao salário mínimo e educação. Por outro lado, as variações apontadas pelos melhores indicadores da RMPA e pelos piores da RMF permitem constatar que as diferenças regionais persistem apesar do bom desempenho dos três mercados,

indicando os limites e a pouca efetividade das políticas nacionais na redução desse tipo de desigualdade.

Durante toda a análise, com a constatação das várias alterações ocorridas no período, uma nova pergunta se impôs. Entre tais mudanças, o que seria estrutural e o que seria apenas conjuntural? Ao final, pode-se cogitar que alguns resultados parecerem consolidados e outros não. O próprio processo de formalização não permite afirmar uma tendência à retomada da trajetória de estruturação do mercado de trabalho, uma vez que ele se mostra mais influenciado por fatores conjunturais do que relacionado às políticas de mercado de trabalho. Muitos postos de trabalho formais foram criados, mas muitos postos informais também, sendo que grande parte de baixa remuneração e, portanto, mais vulnerável às mudanças na economia. Por outro lado, o envelhecimento da população ocupada e o aumento da escolaridade dos trabalhadores se mostram como mudanças mais consolidadas, bem como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, as diferenças de remuneração entre homens e mulheres apontam a persistência dessa forma de desigualdade no mercado de trabalho brasileiro.

Enfim, pode-se afirmar que o capitalismo se desenvolveu no Brasil com um modelo peculiar, combinando modernização e conservadorismo. O estado adotou, por muitas décadas, o estilo paternalista, avançando no terreno dos direitos sociais, mas impedindo os avanços dos direitos civis e controlando os direitos políticos. No campo econômico, o país cresceu, ao longo dos anos, mas manteve alta a desigualdade social, fator que alimenta a informalidade em sua face mais perversa, ou seja, entre empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria sem qualificação que se encontram na base da pirâmide social brasileira. Portanto, a informalidade do trabalho pode ser considerada como um fenômeno enraizado no país, com tendência de piora em contextos de crise do capitalismo, uma vez que o estado social brasileiro não se consolidou o suficiente de modo a reduzir a desigualdade gerada por esse sistema.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Trabalho decente e reestruturação do mercado de trabalho. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). **As novas bases da cidadania: políticas sociais, trabalho e previdência social**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- ALLISON, P. D. **Logistic Regression Using the SAS System: Theory and Application**. Cary, NC: SAS Institute Inc., 1999.
- ALONSO, José Antonio Fialho; BRINCO, Ricardo. Caracterização geral da Região Metropolitana de Porto Alegre. In: MAMMARELLA, Rosetta. (Org.). **Como anda Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BARBOSA, Alexandre de F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, Roberto V. de; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BAUMGARTEN, Maíra; HOLZMANN, Lorena. Reestruturação Produtiva. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2a ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BERNAL, Maria C. C. Dimensão econômica da metrópole. In: PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. (Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Marchas e contramarchas da epistemologia do trabalho informal. In: OLIVEIRA, Roberto V. de; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.
- CAMPOS, André Gambier. Setenta anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). In: KREIN, José Dari et al. (Orgs.) **Regulação do trabalho e instituições públicas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, vol. 1.
- CARDOSO, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO JR. José Celso. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade. Brasília: IPEA, 2007. Texto para discussão nº 1310.

CARDOSO JR. José Celso. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

CARVALHO, Inaiá M. M. de. Mercado de trabalho e vulnerabilidade em regiões metropolitanas brasileiras. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.62, p.397-412, maio/ago. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.18, 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COMIN, A. A.; BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos - CEBRAP**, p. 75-95, 2011.

CORSEUIL, Carlos H. L.; NERI, M. C.; ULYSSEA, G. L. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, nota técnica 54, Mercado de trabalho, fev., 213.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan./Abr. 2010.

DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da. A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento. In: PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. (Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

DEDECCA, Cláudio S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, M. A. de. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Perfil dos trabalhadores por conta própria do comércio de Porto Alegre: informações qualitativas e quantitativas – subsídios para uma política de formalização**. Relatório de pesquisa, março de 2012.

DINIZ, Clélio Campolina. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.

DRUCK, G., OLIVEIRA, L. P. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista VeraCidade**, ano 3, n.3, maio de 2008.

DRUMMOND, Maria V. D., ANDRADE, Luiza L. Governança na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, Isadora T. L. (Orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

DURKHEIM, Émile. (1893) **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNANDES, Millôr. **Essa cara não me é estranha e outros poemas**. São Paulo: Boa Companhia, 2014.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, G.; AMARIAL, M. F. de. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.41, p.211-229, mai./ago. 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Mapa do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GROSTEIN, Marta D. MetrÓpole e expansão urbana: a persistência de processos “insustentáveis”. **São Paulo em Perspectiva**, 15(1) 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) 2002**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) 2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Características de formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2011**. Comunicado do IPEA n.88, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Grau de informalidade**. IPEADATA. Elaboração: Disoc/Ipea. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Atualizado em: 10/12/2010.

- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). IPEADATA. 2012. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>.
- KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **RBCS**, vol.24, n.69, fevereiro/2009.
- LAM, D.; LEVISON, D. Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 20, n. 2, p. 219-256, 1990.
- LAUTIER, Bruno. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **CRH**, Salvador, n.18, p.5-48, 1993.
- LEITE, Marcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: Leite, Marcia de P.; Araujo, Angela M. C. (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- MACHADO, A. F.; HERMETO, A. M.; CARVALHO, N. F. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta com base na noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2004.
- MADALOZZO, R. Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis. **Economia Aplicada**, 14, 147-168, 2010.
- MANZANO, Marcelo; SANTOS, Anselmo Luis dos; TEIXEIRA, Marilane. Desenvolvimento econômico e trabalho nos anos recentes. In: KREIN, José Dari et al. (Orgs.) **Regulação do trabalho e instituições públicas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, vol. 1.
- MARICATO, Ermínia. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, 25(71), 2011.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTINS, Cristina M. dos R.; CARRION, Esteban F. S. Novo arranjo institucional da gestão metropolitana na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, Isadora T. L. (Orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Caracterização geral. In: ANDRADE, L. T. de. (Org.). **Como anda Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- MOURA, Rosa et al. O metropolitano no urbano brasileiro: identificação e fronteiras. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS Jr., O. A. dos. (Orgs.). **As metrôpoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

- NEVES, Magda de A.; JAYME, J. G. e ZAMBELLI, P. Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: CUNHA, D. M. e LAUDARES, J. B. (Orgs.). **Trabalho: diálogos multidisciplinares**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, n. 53, out. 2003.
- NÚÑEZ CASTREJÓN, A.; GÓMEZ CHIÑAS, C. Controversia y debate actual sobre el sector informal. **Análisis Económico**, vol. XXIII, n.54, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1972). **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, Roberto V. de; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.
- OLIVEIRA, Tiago. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho no Brasil: impasses e desafios atuais. In: FONSECA, A.; FAGNANI, E. (Orgs.) **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. Vol. 1.
- ORGANISTA, José R. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PORTES, A. & SCHAUFFLER, R. Competing perspectives on the latin American sector. **Population and Development Review**, vol. 19, n.1, pp.33-60, Mar. 1993.
- RAMOS, Carlos Alberto. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p115-137, junho 2007.
- RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. **IPEA**, texto para discussão 914. Rio de Janeiro, novembro de 2002.
- RAMOS, Lauro; CAVALERI, R.; CORSEUIL, C. H. Um breve panorama dos principais agregados do mercado de trabalho brasileiro segundo as PNADs de 2001 a 2006. **IPEA**, Mercado de trabalho, n.33, jul 2007.
- REIS, Elisa P. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- RIBEIRO, Luiz C. de Q. et al. (Coord.). **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ, 2012.

RODARTE, Mário M. S.; FERNANDES, J. de S.; OJIMA, R. A remontagem de uma nação? Migração, estruturação e interiorização do mercado de trabalho no Brasil, década de 2000. In: BRAGA, T.; VIDAL, F.; NEVES, L. (Orgs.) **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

SILVA, Josué P. da. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

SOARES, Thiago L. **Indicador de desenvolvimento municipal (2000-2010): atlas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, 2015.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. O desafio da universalização. GUIMARÃES, Juarez. (Org.). **As novas bases da cidadania: políticas sociais, trabalho e previdência social**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

TEIXEIRA, João Gabriel; SOUZA, José Moreira de. Organização metropolitana e estrutura social: o caso de Belo Horizonte. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

TONI, Míriam De. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho – um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

TSUKUMO, Isadora T. L. et al. Região Metropolitana de Fortaleza: desafios para governança num contexto de instabilidade dos arranjos de gestão. In: COSTA, M. A.; TSUKUMO, Isadora T. L. (Orgs.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

WEBER, Max (1905). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 6ª ed. São Paulo: Pioneira, 1989.



## APÊNDICE A – Tabelas secundárias

**Tabela A1 - Grau de informalidade do trabalho (1) nas regiões metropolitanas brasileiras, por ano, no período 1992/2009**

Década de 1990	Grau de informalidade	Década de 2000	Grau de informalidade
		2001	46,5
1992	39,9	2002	47,2
1993	40,9	2003	46,0
1994	(2)	2004	46,1
1995	42,6	2005	45,9
1996	43,2	2006	44,5
1997	43,4	2007	43,8
1998	43,9	2008	42,8
1999	45,7	2009	41,7

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010.

(1) Nessa definição, a taxa corresponde ao resultado da seguinte operação: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

(2) A PNAD não foi realizada em 1994.

**Tabela A2 – Proporção de trabalhadores informais na população ocupada por região metropolitana – 2011**

Região metropolitana	Trabalhadores Informais na PO (%)	População Ocupada Total (n 1 000 pessoas)
São Paulo	34,1	9 981
Rio de Janeiro	38,1	5 535
Belo Horizonte	36,0	2 553
Porto Alegre	34,6	2 048
Curitiba	35,5	1 739
Recife	37,8	1 469
Salvador	43,7	1 795
Fortaleza	49,6	1 743
Belém	52,7	953
<b>Total</b>	<b>37,6</b>	<b>27 816</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011.

**Tabela A3 - Distribuição dos trabalhadores das regiões metropolitanas brasileiras, por ano e variação, segundo grupamentos de atividades - 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Grupamento de atividades	2002	2011	Variação
<b>Serviços</b>	41,3	41,5	0,2
Educação, saúde e serviços sociais	10,9	10,2	- 0,7
Alojamento e alimentação	5,0	6,0	1,0
Transporte, armazenagem e comunicação	6,5	7,5	1,0
Administração pública	4,9	5,0	0,1
Serviços domésticos	8,7	7,6	- 1,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,3	5,2	- 0,1
<b>Comércio e reparação</b>	20,1	19,7	- 0,4
<b>Indústria</b>	16,3	14,3	- 2,0
<b>Construção</b>	7,9	8,5	0,6
<b>Agrícola</b>	2,3	1,4	- 0,9
<b>Outras atividades</b>	12,1	14,6	2,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
<i>n</i>	23 243	27 816	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A4 – Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupo ocupacional – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011(%)**

Grupos ocupacionais	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Dirigentes e Gerentes	85,2	14,8	100,0	92,6	7,4	100,0
Gari/jardineiro	85,5	15,5	100,0	87,0	13,0	100,0
Porteiro/vigia	83,1	16,9	100,0	96,5	3,5	100,0
Escriturário	80,8	19,2	100,0	88,9	11,1	100,0
Professor	68,2	31,8	100,0	72,0	28,0	100,0
Trab. transformação metais	60,2	39,8	100,0	79,0	21,0	100,0
Trab. repar. E man. Mecânica	56,6	43,4	100,0	56,3	43,7	100,0
Motorista em geral	55,9	44,1	100,0	61,2	38,8	100,0
Trab. AB. Alimentos e bebidas	55,8	44,2	100,0	81,8	18,2	100,0
Trabalhador no comércio	53,9	46,1	100,0	70,6	29,4	100,0
Carregador/chapa	50,0	50,0	100,0	60,8	39,2	100,0
Polimantenedores	50,0	50,0	100,0	58,3	41,7	100,0
Profissional liberal	47,1	52,9	100,0	54,9	45,1	100,0
Cozinheiro/garçom	44,8	55,2	100,0	63,6	36,4	100,0
Técnico	42,5	57,5	100,0	62,3	37,7	100,0
Doméstico	42,0	58,0	100,0	46,0	54,0	100,0
Trabalhador na construção civil	31,2	68,8	100,0	40,8	59,2	100,0
Lavador de carros/engraxate	23,3	76,7	100,0	61,4	38,6	100,0
Trab. ind. têxtil/vestuário	23,3	76,7	100,0	27,9	72,1	100,0
Comerciante em domicílio, feira...	20,0	80,0	100,0	6,8	93,2	100,0
Cabeleireiro/esteticista	13,3	86,7	100,0	6,7	93,3	100,0
Trabalhador na agropecuária	6,0	94,0	100,0	25,4	15,4	100,0
Ambulante	1,0	99,1	100,0	0,0	100,0	100,0
Outras Atividades	68,1	31,9	100,0	69,0	31,0	100,0
<b>Total</b>	<b>55,8</b>	<b>44,2</b>	<b>100,0</b>	<b>64,0</b>	<b>36,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A5 – Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo contribuição para previdência – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Contribuinte da Previdência	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sim	95,1	15,5	59,9	98,4	26,7	72,6
Não	4,9	84,5	40,1	1,6	73,3	27,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 165</i>	<i>924</i>	<i>2 089</i>	<i>1 634</i>	<i>919</i>	<i>2 553</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A6 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo associação a sindicato – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Filiado a sindicato	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sim	24,1	5,2	15,8	19,3	5,4	14,3
Não	75,8	94,8	84,2	80,7	94,6	85,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 165</i>	<i>924</i>	<i>2 089</i>	<i>1 634</i>	<i>919</i>	<i>2 553</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A7 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo a idade – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
10 a 14 anos	0,0	1,9	<b>0,8</b>	0,0	1,4	<b>0,5</b>
15 a 17 anos	1,0	4,5	<b>2,6</b>	1,1	4,1	<b>2,2</b>
18 e 19 anos	3,2	4,7	<b>3,8</b>	4,3	3,3	<b>3,9</b>
20 a 24 anos	16,6	14,0	<b>15,4</b>	14,3	9,6	<b>12,6</b>
25 a 29 anos	16,2	10,7	<b>13,8</b>	15,0	8,9	<b>12,8</b>
30 a 39 anos	29,7	22,6	<b>26,5</b>	26,7	23,3	<b>25,4</b>
40 a 49 anos	21,5	20,8	<b>21,2</b>	22,3	22,6	<b>22,4</b>
50 a 59 anos	9,3	12,0	<b>10,5</b>	13,0	17,7	<b>14,7</b>
60 anos ou mais	2,4	8,8	<b>5,2</b>	3,4	9,1	<b>5,5</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 165</i>	<i>924</i>	<i>2 089</i>	<i>1 634</i>	<i>919</i>	<i>2 553</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A8 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo os anos de estudo – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sem instrução e menos de 1 ano	2,9	6,3	<b>4,4</b>	3,0	4,9	<b>3,7</b>
1 a 3 anos	4,5	9,7	<b>6,8</b>	3,1	7,2	<b>4,6</b>
4 a 7 anos	25,0	35,2	<b>29,5</b>	16,2	27,5	<b>20,3</b>
8 a 10 anos	18,1	19,4	<b>18,7</b>	16,8	19,3	<b>17,7</b>
11 a 14 anos	36,1	21,0	<b>29,4</b>	43,6	30,3	<b>38,7</b>
15 anos ou mais	13,1	8,0	<b>10,8</b>	17,2	10,8	<b>14,9</b>
Não determinados	0,5	0,4	<b>0,4</b>	0,1	0,0	<b>0,1</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 165</i>	<i>924</i>	<i>2 089</i>	<i>1 634</i>	<i>919</i>	<i>2 553</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A9 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o rendimento mensal do trabalho principal – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Rendimento mensal	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sem rendimento	0,2	10,4	<b>4,7</b>	0,0	5,0	<b>1,8</b>
Até ½ salário mínimo	20,9	44,4	<b>31,2</b>	0,3	8,9	<b>3,4</b>
Mais de ½ até 1 salário mínimo	38,7	25,0	<b>32,6</b>	13,6	23,9	<b>17,3</b>
Mais de 1 até 2 salários mínimos	22,9	11,7	<b>17,9</b>	45,4	32,2	<b>40,6</b>
Mais de 2 até 3 salários mínimos	7,7	3,7	<b>5,9</b>	17,2	12,2	<b>15,4</b>
Mais de 3 até 5 salários mínimos	4,7	2,6	<b>3,8</b>	10,3	9,2	<b>9,9</b>
Mais de 5 até 10 salários mínimos	3,7	1,9	<b>2,9</b>	8,2	6,5	<b>7,6</b>
Mais de 10 salários mínimos	1,2	0,3	<b>0,8</b>	5,1	2,1	<b>4,0</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 154</i>	<i>914</i>	<i>2 048</i>	<i>1 553</i>	<i>879</i>	<i>2 432</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A10 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupo ocupacional – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011(%) (1 000 pessoas)**

Grupos ocupacionais	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Dirigentes e Gerentes	93,2	6,8	100,0	88,8	11,2	100,0
Gari/jardineiro	83,1	16,9	100,0	88,5	11,5	100,0
Trab. transformação metais	82,8	17,2	100,0	76,8	23,2	100,0
Porteiro/vigia	78,5	21,5	100,0	88,5	11,5	100,0
Professor	74,2	25,8	100,0	77,0	23,0	100,0
Escriturário	63,8	36,2	100,0	84,4	15,6	100,0
Trab. ind. têxtil/vestuário	62,9	37,1	100,0	67,1	32,9	100,0
Motorista em geral	57,5	42,5	100,0	62,6	37,4	100,0
Cozinheiro/garçom	53,2	46,8	100,0	63,2	36,8	100,0
Profissional liberal	49,8	50,2	100,0	48,3	51,7	100,0
Trab. repar. manutenção mecânica	48,1	51,9	100,0	57,6	42,4	100,0
Doméstico	46,2	53,8	100,0	41,9	58,1	100,0
Trabalhador no comércio	45,8	54,2	100,0	66,8	33,2	100,0
Trab. fabr. alimentos e bebidas	41,3	58,7	100,0	66,2	33,8	100,0
Carregador/chapa	40,3	59,7	100,0	68,0	32,0	100,0
Técnico	37,3	62,7	100,0	62,8	37,2	100,0
Polimantenedores	29,7	70,3	100,0	61,2	38,8	100,0
Trabalhador na construção civil	28,3	71,7	100,0	36,1	63,9	100,0
Comerciante em domicílio, feira...	21,1	78,9	100,0	10,4	89,6	100,0
Lavador de carros/engraxate	17,4	82,6	100,0	63,0	37,0	100,0
Cabeleireiro/esteticista	7,0	93,0	100,0	6,5	93,5	100,0
Trabalhador na agropecuária	5,5	94,5	100,0	9,6	90,4	100,0
Ambulante	3,0	97,0	100,0	5,5	94,5	100,0
Outras Atividades	63,2	36,8	100,0	72,1	27,9	100,0
<b>Total</b>	<b>55,6</b>	<b>44,4</b>	<b>100,0</b>	<b>65,4</b>	<b>34,6</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 009</i>	<i>804</i>	<i>1 813</i>	<i>1 339</i>	<i>709</i>	<i>2 048</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A11 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo contribuição para previdência – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Contribuinte da Previdência	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sim	96,6	17,7	61,6	98,2	28,9	74,2
Não	3,4	82,3	38,4	1,8	71,1	25,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 009</i>	<i>804</i>	<i>1 813</i>	<i>1 339</i>	<i>709</i>	<i>2 048</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A12 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo associação a sindicato – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Filiado a sindicato	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sim	29,1	8,1	19,8	20,6	6,8	15,8
Não	70,9	91,9	80,2	79,4	93,2	84,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>1 009</i>	<i>804</i>	<i>1 813</i>	<i>1 339</i>	<i>709</i>	<i>2 048</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A13 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo a idade – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
10 a 14 anos	0,0	2,2	1,0	0,0	0,8	0,3
15 a 17 anos	1,3	5,1	3,0	1,3	4,2	2,3
18 e 19 anos	3,9	4,4	4,1	3,7	3,4	3,6
20 a 24 anos	14,3	11,4	13,0	13,8	8,0	11,8
25 a 29 anos	14,2	9,6	12,2	14,6	8,5	12,5
30 a 39 anos	29,5	21,3	25,9	26,6	20,5	24,5
40 a 49 anos	23,5	21,4	22,6	23,6	23,3	23,5
50 a 59 anos	10,4	15,7	12,8	13,4	19,2	15,4
60 anos ou mais	2,7	8,9	5,5	2,9	12,1	6,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	1 009	804	1 813	1 339	709	2 048

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A14 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo anos de estudo – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sem instrução e menos de 1 ano	1,8	4,7	3,1	2,5	6,1	3,7
1 a 3 anos	4,9	10,1	7,3	3,0	6,5	4,2
4 a 7 anos	25,2	37,8	30,8	15,0	26,2	18,9
8 a 10 anos	18,8	18,5	18,7	19,2	19,7	19,4
11 a 14 anos	35,5	21,2	29,1	44,7	28,8	39,2
15 anos ou mais	13,3	7,5	10,7	15,6	12,4	14,5
Não determinados	0,5	0,2	0,4	0,1	0,3	0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	1 009	804	1 813	1 339	709	2 048

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A15 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o rendimento mensal do trabalho principal – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de rendimento mensal	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sem rendimento	0,0	13,6	6,0	0,0	6,3	2,2
Até ½ salário mínimo	11,1	32,3	20,6	0,1	5,4	1,9
Mais de ½ até 1 salário mínimo	43,1	29,6	37,2	6,4	18,8	10,7
Mais de 1 até 2 salários mínimos	25,3	14,8	20,6	47,5	35,9	43,5
Mais de 2 até 3 salários mínimos	8,4	3,9	6,4	20,9	13,5	18,4
Mais de 3 até 5 salários mínimos	6,1	3,2	4,8	11,6	10,4	11,2
Mais de 5 até 10 salários mínimos	4,4	2,0	3,3	8,8	7,3	8,3
Mais de 10 salários mínimos	1,8	0,6	1,2	4,7	2,4	3,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	999	792	1 791	1 306	693	1 999

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A16 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o grupo ocupacional – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011(%)**

Grupos ocupacionais	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Dirigentes e Gerentes	87,1	12,9	100,0	83,9	16,1	100,0
Gari/jardineiro	76,5	23,5	100,0	82,1	17,9	100,0
Escriturário	74,0	26,0	100,0	79,6	20,4	100,0
Porteiro/vigia	73,4	26,6	100,0	81,3	18,7	100,0
Professor	61,8	38,2	100,0	67,9	32,1	100,0
Profissional liberal	48,9	51,1	100,0	70,6	29,4	100,0
Trab. fabr. alimentos e bebidas	48,0	52,0	100,0	66,1	33,9	100,0
Trab. transformação metais	47,1	52,9	100,0	70,0	30,0	100,0
Motorista em geral	45,1	54,9	100,0	56,0	44,0	100,0
Técnico	43,0	57,0	100,0	72,5	27,5	100,0
Trab. ind. têxtil/vestuário	40,1	59,9	100,0	38,5	61,5	100,0
Polimantenedores	38,5	61,5	100,0	29,7	70,3	100,0
Cozinheiro/garçom	33,5	66,5	100,0	50,8	49,2	100,0
Carregador/chapa	32,5	67,5	100,0	62,5	37,5	100,0
Trab. repar. manut. mecânica	25,9	74,1	100,0	39,4	60,6	100,0
Trabalhador no comércio	25,8	74,2	100,0	40,8	59,2	100,0
Lavador de carros/engraxate	24,1	75,9	100,0	57,9	42,1	100,0
Trabalhador na construção civil	23,4	76,6	100,0	32,6	67,4	100,0
Cabeleireiro/esteticista	14,3	85,7	100,0	18,6	81,4	100,0
Comerciante domicílio/feira...	10,8	89,2	100,0	4,1	95,9	100,0
Doméstico	9,2	90,8	100,0	18,4	81,6	100,0
Trabalhador na agropecuária	5,3	94,7	100,0	9,3	90,7	100,0
Ambulante	2,2	97,8	100,0	0,0	100,0	100,0
Outras atividades	57,0	43,0	100,0	60,8	39,2	100,0
<b>Total</b>	<b>42,0</b>	<b>58,0</b>	<b>100,0</b>	<b>50,5</b>	<b>49,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A17 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo contribuição para previdência – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Contribuinte da Previdência	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sim	95,4	5,9	43,4	97,8	10,8	54,7
Não	4,6	94,1	56,6	2,2	89,2	45,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	539	746	1 285	879	864	1 743

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A18 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo associação a sindicato – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Filiado a sindicato	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sim	26,0	6,0	14,4	20,6	4,6	12,7
Não	74,0	94,0	85,6	79,4	95,4	87,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	539	746	1 285	879	864	1 743

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A19 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo a idade – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
10 a 14 anos	0,0	2,9	1,7	0,0	1,2	0,6
15 a 17 anos	0,4	5,9	3,6	0,2	3,2	1,7
18 e 19 anos	1,8	4,8	3,6	3,4	4,6	4,0
20 a 24 anos	16,4	15,0	15,6	14,6	10,2	12,4
25 a 29 anos	16,0	11,0	13,1	17,6	11,2	14,5
30 a 39 anos	32,9	24,0	27,7	29,3	22,8	26,1
40 a 49 anos	21,5	18,8	20,0	21,0	22,5	21,7
50 a 59 anos	8,4	11,4	10,1	10,8	16,4	13,6
60 anos ou mais	2,5	6,2	4,6	3,2	7,9	5,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	539	746	1 285	879	864	1 743

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A20 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo os anos de estudo – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sem instrução e menos de 1 ano	5,3	14,3	10,5	4,9	14,2	9,5
1 a 3 anos	6,0	13,0	10,0	3,4	9,5	6,4
4 a 7 anos	17,7	31,2	25,5	11,3	23,6	17,4
8 a 10 anos	19,9	17,2	18,4	14,6	19,9	17,2
11 a 14 anos	37,8	18,9	26,9	51,6	28,4	40,1
15 anos ou mais	11,9	3,9	7,2	14,2	4,3	9,3
Não determinados	1,3	1,5	1,4	0,1	0,1	0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	539	746	1 285	879	864	1 743

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A21 - Distribuição dos trabalhadores por ano, segundo o rendimento mensal do trabalho principal – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de rendimento mensal	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Sem rendimento	0,0	9,8	5,7	0,0	5,4	2,7
Até ½ salário mínimo	34,1	58,2	48,1	0,3	18,0	9,2
Mais de ½ até 1 salário mínimo	36,5	20,1	26,9	32,3	37,6	34,9
Mais de 1 até 2 salários mínimos	16,7	7,4	11,3	39,5	25,0	32,3
Mais de 2 até 3 salários mínimos	4,9	1,9	3,1	10,5	6,3	8,4
Mais de 3 até 5 salários mínimos	3,9	1,6	2,6	8,7	3,9	6,3
Mais de 5 até 10 salários mínimos	3,2	0,8	1,8	5,3	3,0	4,2
Mais de 10 salários mínimos	0,8	0,2	0,5	3,4	0,8	2,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	538	737	1 275	864	855	1 719

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A22 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria por região metropolitana e ano, segundo o grupamento de atividades – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Grupamento de atividades	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
<b>Serviços</b>	30,6	30,6	23,8	25,1	22,4	21,6
Educação, saúde e serviços sociais	4,4	4,9	6,4	5,6	2,6	1,8
Transporte, armazenagem e comunicação	8,3	8,9	4,9	4,9	6,2	5,0
Alojamento e alimentação	6,6	5,6	3,6	4,7	7,1	7,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	11,3	11,2	8,9	9,9	6,5	7,3
<b>Comércio e reparação</b>	25,7	23,0	28,9	23,1	37,7	35,0
<b>Indústria</b>	17,3	13,6	14,9	12,5	16,3	17,2
<b>Construção</b>	14,2	22,4	14,2	20,1	11,4	14,4
<b>Agrícola</b>	1,4	1,1	5,1	3,8	5,5	5,9
<b>Outras atividades</b>	10,8	9,3	13,1	15,4	6,7	5,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>366</b>	<b>447</b>	<b>345</b>	<b>333</b>	<b>303</b>	<b>397</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A23 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria por região metropolitana e ano, segundo o grupo ocupacional – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Grupos ocupacionais	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Trabalhador na construção civil	13,6	20,3	13,1	19,0	10,7	13,2
Trabalhador no comércio	11,6	11,9	12,1	12,8	21,8	27,0
Trab. indústria têxtil e vestuário	8,7	6,5	5,9	5,4	10,3	10,0
Cabeleireiro e esteticista	7,7	8,7	5,4	6,3	3,8	5,5
Motorista em geral	6,9	7,3	3,0	4,4	4,4	4,0
Ambulante	8,9	5,0	6,7	3,3	11,7	7,3
Profissional liberal	4,6	4,8	5,0	7,3	1,6	1,3
Cozinheiro/garçom	6,0	4,5	3,2	3,7	4,5	4,0
Técnico	4,6	2,6	4,6	3,1	2,8	1,0
Trab. reparação e manutenção mecânica	1,5	2,3	2,5	3,0	2,2	2,2
Demais atividades (1)	25,9	26,1	38,5	31,7	26,2	24,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>366</b>	<b>447</b>	<b>345</b>	<b>333</b>	<b>303</b>	<b>397</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

(1) Atividades que alcançaram 2% ou menos de participação em 2011.

**Tabela A24 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria por região metropolitana e ano, segundo a idade – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
10 a 14 anos	0,4	0,1	0,6	0,0	0,6	0,3
15 a 17 anos	1,6	0,7	1,2	0,9	1,1	1,3
18 e 19 anos	1,0	1,2	1,4	1,0	1,9	1,0
20 a 24 anos	7,5	5,3	6,2	3,7	7,0	5,1
25 a 29 anos	9,0	8,0	8,8	6,8	9,0	7,9
30 a 39 anos	27,4	24,3	23,3	23,3	27,8	24,5
40 a 49 anos	26,3	26,3	28,5	27,1	26,0	24,7
50 a 59 anos	17,5	22,6	21,1	23,6	17,2	22,6
60 anos ou mais	9,3	11,5	9,0	13,5	9,4	12,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>366</b>	<b>425</b>	<b>345</b>	<b>333</b>	<b>303</b>	<b>393</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A25 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria por região metropolitana e por ano, segundo grupos de anos de estudo – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem instrução e menos de 1 ano	5,4	4,8	4,6	6,5	15,8	16,3
1 a 3 anos	8,7	6,0	9,7	6,2	12,6	9,8
4 a 7 anos	34,9	27,4	37,8	26,1	30,4	21,5
8 a 10 anos	17,7	19,0	17,2	16,6	15,8	18,5
11 a 14 anos	22,2	30,6	19,9	28,2	20,4	29,9
15 anos ou mais	11,0	12,0	10,7	16,3	4,2	3,9
Não determinados	0,1	0,3	0,1	0,1	0,7	0,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	366	447	345	333	303	397

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A26 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria por região metropolitana e ano, segundo o rendimento mensal do trabalho principal – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Rendimento mensal	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem rendimento	0,4	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Até ½ salário mínimo	37,7	7,5	33,7	4,8	52,0	20,2
Mais de ½ até 1 salário mínimo	29,3	18,8	30,1	13,5	27,8	31,0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	18,1	30,1	21,2	32,4	12,2	30,6
Mais de 2 até 3 salários mínimos	5,7	17,3	5,6	17,3	2,9	7,0
Mais de 3 até 5 salários mínimos	5,2	13,7	5,2	15,3	3,1	5,2
Mais de 5 até 10 salários mínimos	2,8	9,2	3,6	12,9	1,4	4,8
Mais de 10 salários mínimos	0,7	3,4	0,6	3,7	0,5	1,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	366	425	338	323	303	397

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A27 - Distribuição dos trabalhadores informais por posição na ocupação e região metropolitana, segundo a permanência no trabalho atual - 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Permanência no trabalho atual	Posição na ocupação								
	Conta própria			Empregados sem carteira			Domésticos		
	RMBH	RMPA	RMF	RMBH	RMPA	RMF	RMBH	RMPA	RMF
Menos de 1 ano	9,4	8,4	8,5	37,1	35,7	34,7	22,0	17,7	24,6
De 1 a 3 anos	25,1	22,9	24,0	33,3	37,7	34,4	35,2	39,0	31,0
De 4 a 6 anos	14,4	15,8	16,3	11,2	10,5	12,7	14,7	14,4	19,3
De 7 a 9 anos	9,2	6,2	6,9	3,9	4,7	2,7	7,3	5,8	5,6
De 10 a 12 anos	11,9	11,6	14,1	5,2	4,0	5,4	7,7	8,6	8,1
De 13 a 15 anos	6,5	7,9	8,5	2,7	2,1	2,3	4,0	4,4	2,5
De 16 a 20 anos	10,3	11,5	9,6	3,7	2,9	3,7	3,3	6,4	5,0
21 anos ou mais	13,1	15,8	11,7	3,1	2,4	4,2	5,9	3,9	3,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	447	333	397	313	251	307	114	82	114

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A28 - Distribuição dos empregados domésticos sem carteira por região metropolitana e ano, segundo a idade – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
10 a 14 anos	1,6	1,8	0,0	0,6	2,1	1,7
15 a 17 anos	6,0	1,5	4,1	1,7	8,2	3,6
18 e 19 anos	6,3	1,8	1,9	0,3	5,5	2,0
20 a 24 anos	14,2	5,5	9,2	2,8	16,6	6,7
25 a 29 anos	11,7	5,9	6,5	4,7	12,5	8,7
30 a 39 anos	20,5	26,7	28,0	17,4	25,3	27,7
40 a 49 anos	22,1	26,4	26,1	31,8	18,1	29,9
50 a 59 anos	10,1	22,0	17,4	26,5	9,4	16,8
60 anos ou mais	7,6	8,4	6,8	14,4	2,3	3,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	115	110	75	82	110	113

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A29 - Distribuição dos empregados domésticos sem carteira por região metropolitana e ano, segundo o rendimento mensal do trabalho principal – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Rendimento mensal	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem rendimento	0,0	0,0	1,7	0,0	1,8	0,3
Até ½ salário mínimo	83,3	24,9	66,8	13,6	90,8	32,8
Mais de ½ até 1 salário mínimo	15,5	37,7	25,8	36,1	6,8	52,5
Mais de 1 até 2 salários mínimos	0,9	33,2	5,3	41,7	0,6	13,3
Mais de 2 até 3 salários mínimos	0,3	3,0	0,6	7,2	0,0	0,8
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0,0	1,1	0,0	0,8	0,0	0,3
Mais de 5 até 10 salários mínimos	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0
Mais de 10 salários mínimos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	115	110	73	82	110	114

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A30 - Distribuição dos empregados domésticos sem carteira por região metropolitana e ano, segundo grupos de anos de estudo – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem instrução e menos de 1 ano	11,0	10,3	7,3	10,8	15,4	16,2
1 a 3 anos	14,8	11,4	15,2	10,2	17,0	14,0
4 a 7 anos	50,5	39,9	47,0	41,4	41,9	33,2
8 a 10 anos	14,5	20,1	20,1	20,4	16,4	22,9
11 a 14 anos	8,2	16,9	10,1	15,5	6,2	13,4
15 anos ou mais	0,0	1,5	0,3	1,7	0,0	0,3
Não determinados	0,9	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	115	114	75	82	110	114

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A31 - Distribuição dos empregados sem carteira por região metropolitana e ano, segundo grupamento de atividades – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Grupamento de atividades	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
<b>Serviços</b>	41,1	43,7	33,0	42,6	31,0	33,2
Educação, saúde e serviços sociais	14,4	13,5	7,6	11,4	11,0	10,1
Administração pública	7,5	10,5	6,9	7,4	3,8	6,6
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	2,7	5,6	7,9	3,9	4,5
Alojamento e alimentação	5,6	8,0	3,9	5,9	5,7	6,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9,0	9,0	9,0	10,0	6,6	5,5
<b>Comércio e reparação</b>	16,8	19,8	20,5	16,6	22,4	21,4
<b>Indústria</b>	12,5	9,0	20,0	14,0	20,2	20,2
<b>Construção</b>	15,7	13,5	9,9	11,1	11,3	12,6
<b>Agrícola</b>	3,6	4,5	3,3	2,0	5,6	6,3
<b>Outras atividades</b>	10,3	9,5	13,3	13,7	9,5	6,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
	<b>349</b>	<b>313</b>	<b>280</b>	<b>251</b>	<b>264</b>	<b>307</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A32 - Distribuição dos empregados sem carteira por região metropolitana e ano, segundo o grupo ocupacional – 2002 e 2011(%) (1 000 pessoas)**

Grupos ocupacionais	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Trabalhador na construção civil	15,0	11,3	8,8	10,2	11,1	12,4
Trabalhador no comércio	8,2	10,1	6,1	8,7	8,6	10,9
Escriturário	10,4	8,5	11,1	12,9	7,9	8,5
Cozinheiro/garçom	4,8	6,6	3,5	5,1	4,2	4,9
Professor	5,4	4,9	2,0	4,5	5,2	5,4
Trab. ind. têxtil/vestuário	2,4	1,2	5,3	3,9	7,4	10,3
Motorista em geral	3,0	2,8	4,5	5,6	2,1	2,8
Trabalhador na agropecuária	3,4	4,5	3,0	1,8	4,5	5,3
Cabeleireiro/esteticista	3,4	4,0	1,1	4,6	1,1	1,1
Profissional liberal	2,9	3,7	2,5	3,5	2,0	0,8
Trab. reparação e manutenção mecânica	2,9	1,7	1,9	2,1	2,3	3,1
Técnico	2,8	2,0	5,9	2,7	2,4	0,7
Dirigentes e Gerentes	4,3	2,3	2,0	2,5	1,6	2,3
Gari/jardineiro	2,0	2,1	2,8	1,4	2,8	1,1
Carregador/chapa	1,4	2,0	2,3	2,1	3,2	1,6
Lavador de carros/engraxate	1,6	1,5	2,7	1,9	2,9	3,1
Demais atividades (1)	26,1	30,8	34,5	26,5	30,7	25,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>313</b>	<b>280</b>	<b>251</b>	<b>264</b>	<b>307</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

(1) Atividades que alcançaram 2% ou menos de participação em 2011.

**Tabela A33 - Distribuição dos empregados sem carteira por região metropolitana e ano, segundo a idade – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
10 a 14 anos	1,8	2,1	1,5	1,6	2,9	0,8
15 a 17 anos	6,9	10,2	9,3	9,5	8,0	5,0
18 e 19 anos	7,9	6,8	8,2	7,3	6,9	9,7
20 a 24 anos	22,7	17,9	20,5	16,7	23,8	18,2
25 a 29 anos	13,2	12,2	12,9	12,3	13,4	16,6
30 a 39 anos	21,8	21,9	21,2	20,1	22,2	21,1
40 a 49 anos	15,6	16,3	14,2	16,7	14,0	16,8
50 a 59 anos	6,1	8,9	8,8	10,4	6,1	8,7
60 anos ou mais	4,0	3,6	3,4	5,3	2,7	3,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>349</b>	<b>299</b>	<b>280</b>	<b>251</b>	<b>264</b>	<b>303</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A34 - Distribuição dos empregados sem carteira por região metropolitana e ano, segundo grupos de anos de estudo – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem instrução e menos de 1 ano	4,0	2,8	3,0	3,5	11,5	9,5
1 a 3 anos	6,7	5,3	7,2	3,7	11,2	7,1
4 a 7 anos	30,0	22,7	32,3	20,3	27,0	22,5
8 a 10 anos	23,8	20,1	21,3	24,7	19,3	20,5
11 a 14 anos	26,1	36,0	28,9	36,4	23,8	33,5
15 anos ou mais	8,9	12,9	6,9	11,2	5,6	6,8
Não determinados	0,6	0,3	0,4	,2	1,6	0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>349</b>	<b>313</b>	<b>280</b>	<b>251</b>	<b>264</b>	<b>307</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A35 - Distribuição dos empregados sem carteira por região metropolitana e ano, segundo o rendimento mensal do trabalho principal – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Rendimento mensal	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem rendimento	0,0	0,0	0,4	0,1	0,6	0,0
Até ½ salário mínimo	49,8	6,7	34,5	3,8	67,3	12,8
Mais de ½ até 1 salário mínimo	30,3	29,3	41,8	23,3	21,8	46,1
Mais de 1 até 2 salários mínimos	11,8	39,6	14,8	45,2	6,9	26,1
Mais de 2 até 3 salários mínimos	3,8	10,3	4,5	13,5	1,7	8,0
Mais de 3 até 5 salários mínimos	1,7	6,8	2,6	8,5	1,1	4,1
Mais de 5 até 10 salários mínimos	2,3	5,8	1,0	4,2	0,6	2,4
Mais de 10 salários mínimos	0,2	1,5	0,4	1,5	0,1	0,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>349</b>	<b>299</b>	<b>277</b>	<b>246</b>	<b>264</b>	<b>307</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A36 - Distribuição dos trabalhadores na produção para o próprio consumo por região metropolitana e ano, segundo a idade – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
10 a 14 anos	2,6	1,8	6,3	2,3	4,7	0,0
15 a 17 anos	2,0	0,0	2,2	1,1	4,7	0,0
18 e 19 anos	2,6	0,0	1,1	2,3	1,6	6,7
20 a 24 anos	4,6	0,0	1,9	0,0	10,9	3,3
25 a 29 anos	6,0	1,8	2,6	1,1	7,8	13,3
30 a 39 anos	9,9	7,0	9,3	4,5	10,9	16,7
40 a 49 anos	17,9	12,3	16,0	6,8	10,9	23,3
50 a 59 anos	20,5	28,1	20,8	23,9	17,2	16,7
60 anos ou mais	33,8	49,1	39,8	58,0	31,3	20,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	55	24	54	20	14	10

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A37 - Distribuição dos trabalhadores na produção para o próprio consumo por região metropolitana e ano, segundo grupos de anos de estudo – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem instrução e menos de 1 ano	19,2	10,5	12,3	11,4	40,6	33,3
1 a 3 anos	25,8	38,6	23,0	26,1	20,3	16,7
4 a 7 anos	37,1	36,8	49,4	40,9	31,2	26,7
8 a 10 anos	9,9	1,8	7,8	10,2	1,6	13,3
11 a 14 anos	7,3	8,8	5,6	9,1	3,1	10,0
15 anos ou mais	0,7	3,5	1,9	2,3	0,0	0,0
Não determinados	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	55	24	54	20	14	10

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A38 - Distribuição dos trabalhadores na construção para o próprio uso por região metropolitana e ano, segundo a idade – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
10 a 14 anos	14,3	12,5	10,0	0,0	5,5	0,0
15 a 17 anos	9,5	0,0	0,0	20,0	27,8	0,0
18 e 19 anos	0,0	0,0	13,3	0,0	16,7	0,0
20 a 24 anos	0,0	12,5	3,3	0,0	11,1	0,0
25 a 29 anos	14,3	0,0	3,3	20,0	0,0	0,0
30 a 39 anos	9,5	0,0	13,3	40,0	5,6	0,0
40 a 49 anos	19,0	50,0	20,0	0,0	5,6	100,0
50 a 59 anos	14,3	25,0	16,7	20,0	22,2	0,0
60 anos ou mais	19,1	0,0	20,0	0,0	5,6	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	8	3	6	1	4	0

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A39 - Distribuição dos trabalhadores na construção para o próprio uso por região metropolitana e ano, segundo grupos de anos de estudo – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem instrução e menos de 1 ano	4,8	25,0	3,3	0,0	11,1	100,0
1 a 3 anos	28,6	25,0	23,3	0,0	0,0	0,0
4 a 7 anos	42,8	25,0	33,3	20,0	50,0	0,0
8 a 10 anos	23,8	12,5	30,0	20,0	33,4	0,0
11 a 14 anos	0,0	0,0	6,7	20,0	5,6	0,0
15 anos ou mais	0,0	12,5	3,3	40,0	0,0	0,0
Não determinados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	8	3	6	1	4	0

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A40 - Distribuição dos trabalhadores não remunerados por região metropolitana e ano, segundo grupos de anos de estudo – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Anos de estudo	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Sem instrução e menos de 1 ano	2,3	2,3	4,1	7,4	9,7	17,5
1 a 3 anos	4,5	4,7	9,6	9,5	13,9	11,4
4 a 7 anos	35,2	27,9	41,1	26,3	32,9	24,6
8 a 10 anos	23,9	25,6	21,9	22,1	20,7	21,1
11 a 14 anos	27,3	27,9	19,6	24,2	19,4	22,8
15 anos ou mais	6,8	11,6	3,7	10,5	2,1	1,8
Não determinados	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	32	18	44	22	51	36

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A41 - Distribuição dos trabalhadores não remunerados por região metropolitana e ano, segundo a idade – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
10 a 14 anos	11,4	14,0	19,2	8,4	19,0	14,0
15 a 17 anos	14,8	13,9	15,5	10,5	18,1	11,4
18 e 19 anos	9,1	4,7	10,1	7,4	10,1	7,0
20 a 24 anos	11,4	4,7	9,1	3,2	14,4	9,6
25 a 29 anos	5,7	9,3	8,7	7,4	8,0	13,2
30 a 39 anos	8,0	14,0	11,9	10,5	11,0	5,3
40 a 49 anos	18,2	18,6	10,5	17,9	7,6	19,3
50 a 59 anos	7,9	9,3	8,7	21,1	5,5	14,9
60 anos ou mais	13,6	11,6	6,4	13,7	6,3	5,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	32	18	44	22	51	36

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A42 - Distribuição dos trabalhadores não remunerados por região metropolitana e ano, segundo o grupamento de atividades – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Grupamento de atividades	RMBH		RMPA		RMF	
	2002	2011	2002	2011	2002	2011
Comércio e reparação	20,4	25,6	32,9	30,5	35,0	27,2
Alojamento e alimentação	19,3	16,3	10,5	13,7	11,4	15,8
Indústria	25,0	7,0	16,5	13,7	10,5	18,4
Agrícola	2,3	2,3	17,4	17,9	22,8	30,7
Educação, saúde e serviços sociais	12,5	16,3	7,3	6,3	7,6	1,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	15,9	18,6	6,4	5,3	4,6	0,9
Construção	0,0	4,7	1,8	4,2	1,3	1,8
Transporte, armazenagem e comunicação	0,0	0,0	3,2	3,2	1,3	0,9
Administração pública	1,1	2,3	0,5	0,0	0,4	1,8
Serviços domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras atividades	3,4	7,0	3,7	5,3	5,0	0,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>32</b>	<b>18</b>	<b>44</b>	<b>22</b>	<b>51</b>	<b>36</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A43 - Distribuição dos Outros trabalhadores informais por posição na ocupação e região metropolitana, segundo a permanência no trabalho atual – 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Permanência no trabalho atual	Posição na ocupação por região metropolitana								
	Produção para o próprio consumo			Construção para o próprio uso			Não remunerado		
	RMBH	RMPA	RMF	RMBH	RMPA	RMF	RMBH	RMPA	RMF
Menos de 1 ano	14,0	5,7	6,7	37,5	80,0	0,0	20,9	9,5	13,1
De 1 a 3 anos	31,6	15,9	16,7	37,5	0,0	0,0	30,2	39,0	29,8
De 4 a 6 anos	12,3	13,6	23,3	0,0	20,0	0,0	14,0	16,9	16,7
De 7 a 9 anos	3,5	14,8	3,3	0,0	0,0	0,0	16,3	3,2	5,3
De 10 a 12 anos	12,3	13,6	16,6	25,0	0,0	0,0	11,6	8,4	7,9
De 13 a 15 anos	8,8	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,4	12,3
De 16 a 20 anos	3,5	6,8	3,3	0,0	0,0	0,0	2,3	5,3	8,8
21 anos ou mais	14,0	23,8	30,0	0,0	0,0	0,0	4,7	9,5	6,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>36</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A44 - Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho por região metropolitana, segundo o grupo ocupacional – destino – 2002 (%) (1 000 pessoas)**

Grupos ocupacionais	RMBH			RMPA			RMF		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Trab. construção	5,2	20,2	<b>25,4</b>	2,3	6,7	<b>9,0</b>	2,1	7,1	<b>9,2</b>
Escriturário	6,4	3,1	<b>9,5</b>	6,7	3,3	<b>10,0</b>	3,9	3,4	<b>7,2</b>
Doméstico	1,9	5,0	<b>6,8</b>	2,2	3,1	<b>5,3</b>	0,6	12,0	<b>12,7</b>
Trab. no comércio	3,9	4,0	<b>7,8</b>	3,8	2,6	<b>6,5</b>	3,5	7,5	<b>11,1</b>
Trab. Indústria têxtil/vestuário	0,1	1,2	<b>1,3</b>	4,2	2,2	<b>6,4</b>	2,1	4,5	<b>6,6</b>
Cozinheiro/garçom	1,3	2,2	<b>3,5</b>	1,7	1,3	<b>2,9</b>	1,4	1,9	<b>3,4</b>
Trab. Transf. Metais	1,5	1,3	<b>2,9</b>	2,3	6,7	<b>2,7</b>	0,6	0,5	<b>1,1</b>
Gari/jardineiro	2,5	0,4	<b>3,0</b>	1,9	1,1	<b>2,9</b>	1,9	0,6	<b>2,6</b>
Ambulante	0,0	1,4	<b>1,4</b>	0,1	0,6	<b>0,7</b>	0,2	3,2	<b>3,4</b>
Motorista em geral	1,2	1,5	<b>2,8</b>	1,8	1,9	<b>3,6</b>	1,6	1,8	<b>3,4</b>
Dirigentes/Gerentes	2,1	0,6	<b>2,6</b>	2,3	0,5	<b>2,8</b>	2,1	0,3	<b>2,4</b>
Trab. agropecuária	0,4	2,3	<b>2,8</b>	0,1	2,2	<b>2,3</b>	0,3	1,8	<b>2,1</b>
Porteiro/vigia	1,8	0,9	<b>2,6</b>	1,1	0,6	<b>1,7</b>	1,6	0,6	<b>2,2</b>
Professor	0,3	0,7	<b>1,0</b>	0,8	0,8	<b>1,6</b>	1,1	1,6	<b>2,7</b>
Técnico	1,7	0,7	<b>2,3</b>	0,8	1,3	<b>2,1</b>	1,6	0,8	<b>2,4</b>
Lavador de carros/engraxate	0,2	0,8	<b>1,0</b>	0,4	1,4	<b>1,8</b>	0,5	1,6	<b>2,1</b>
Carregador/chapa	0,3	0,3	<b>0,7</b>	1,0	0,6	<b>1,6</b>	0,6	1,6	<b>2,2</b>
Outras atividades (1)	12,0	10,7	<b>22,5</b>	19,5	16,8	<b>36,3</b>	9,1	14,4	<b>23,2</b>
<b>Total</b>	<b>42,8</b>	<b>57,2</b>	<b>100,0</b>	<b>52,2</b>	<b>47,8</b>	<b>100,0</b>	<b>34,8</b>	<b>65,2</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>141</b>	<b>188</b>	<b>329</b>	<b>108</b>	<b>99</b>	<b>207</b>	<b>47</b>	<b>87</b>	<b>134</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002.

(1) Grupos que alcançaram 2% ou menos de participação nas três regiões.

**Tabela A45 - Distribuição dos trabalhadores que mudaram de trabalho por região metropolitana, segundo o grupo ocupacional – destino – 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Grupos ocupacionais	RMBH			RMPA			RMF		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Dirigentes/Gerentes	0,9	0,2	<b>1,1</b>	2,7	0,8	<b>3,5</b>	1,6	0,3	<b>1,9</b>
Profissional liberal	0,4	0,7	<b>1,1</b>	1,2	0,9	<b>2,1</b>	0,3	0,3	<b>0,5</b>
Técnico	1,3	1,1	<b>2,4</b>	2,0	1,1	<b>3,1</b>	1,1	0,3	<b>1,3</b>
Escriturário	8,7	1,5	<b>10,2</b>	10,8	2,7	<b>13,5</b>	7,0	1,6	<b>8,6</b>
Doméstico	2,2	3,0	<b>5,2</b>	1,1	1,2	<b>2,3</b>	1,6	4,9	<b>6,5</b>
Cozinheiro/garçom	3,9	2,6	<b>6,5</b>	2,7	1,5	<b>4,1</b>	1,1	3,0	<b>4,0</b>
Gari/jardineiro	3,3	0,2	<b>3,5</b>	1,7	0,3	<b>2,0</b>	0,8	0,3	<b>1,1</b>
Lavador de carros/engraxate	0,2	0,6	<b>0,7</b>	0,8	0,5	<b>1,3</b>	1,6	1,6	<b>3,2</b>
Trab. no comércio	8,3	2,8	<b>11,1</b>	8,8	2,8	<b>11,6</b>	9,2	5,1	<b>14,3</b>
Trab. agropecuária	1,3	1,1	<b>2,4</b>	0,5	0,4	<b>0,9</b>	0,3	1,9	<b>2,2</b>
Trab. construção	7,0	5,7	<b>12,8</b>	5,6	5,2	<b>10,8</b>	7,5	8,4	<b>15,9</b>
Trab. transf. metais	2,6	0,2	<b>2,8</b>	1,3	0,5	<b>1,9</b>	1,3	1,6	<b>3,0</b>
Trab. indústria têxtil/vestuário	0,7	0,7	<b>1,5</b>	1,3	0,9	<b>2,3</b>	1,3	4,0	<b>5,4</b>
Motorista em geral	3,7	2,0	<b>5,7</b>	2,3	1,1	<b>3,3</b>	2,7	1,6	<b>4,3</b>
Outras atividades (1)	19,6	13,5	<b>33,0</b>	25,8	11,2	<b>37,1</b>	13,4	14,2	<b>27,7</b>
<b>Total</b>	<b>64,3</b>	<b>35,7</b>	<b>100,0</b>	<b>68,8</b>	<b>31,2</b>	<b>100,0</b>	<b>50,9</b>	<b>49,1</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<b>145</b>	<b>80</b>	<b>225</b>	<b>117</b>	<b>53</b>	<b>170</b>	<b>60</b>	<b>58</b>	<b>118</b>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011.

(1) Grupos que alcançaram 2% ou menos de participação nas três regiões.

**Tabela A46 - Distribuição dos trabalhadores que começaram a trabalhar no ano de referência nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza por ano, segundo a faixa etária – 2002 e 2011 (%) (1 000 pessoas)**

Faixas de idade	2002			2011		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
10 a 14 anos	0,1	4,6	<b>4,6</b>	0,0	2,1	<b>2,1</b>
15 a 19 anos	6,5	14,6	<b>21,1</b>	11,7	11,1	<b>22,9</b>
20 a 24 anos	9,8	13,5	<b>23,2</b>	14,4	8,3	<b>22,7</b>
25 a 29 anos	5,8	7,2	<b>13,0</b>	9,9	4,5	<b>14,4</b>
30 a 39 anos	7,7	10,6	<b>18,3</b>	10,9	7,4	<b>18,3</b>
40 a 49 anos	4,2	7,6	<b>11,8</b>	5,5	5,7	<b>11,1</b>
50 a 59 anos	1,5	4,1	<b>5,6</b>	2,9	3,5	<b>6,3</b>
60 anos ou mais	0,4	1,9	<b>2,3</b>	0,4	1,7	<b>2,1</b>
<b>Total</b>	<b>35,9</b>	<b>64,1</b>	<b>100,0</b>	<b>55,8</b>	<b>44,2</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	214	382	596	390	310	700

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002, 2011.

**Tabela A47 - Distribuição dos trabalhadores que começaram a trabalhar no ano de referência por região metropolitana, segundo o grupo ocupacional –2002 (%) (1 000 pessoas)**

Grupos ocupacionais	RMBH			RMPA			RMF		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Escriturário	9,7	4,6	<b>14,4</b>	6,2	5,9	<b>12,0</b>	2,2	4,7	<b>6,9</b>
Doméstico	2,9	9,9	<b>12,8</b>	2,1	5,8	<b>7,8</b>	0,3	13,3	<b>13,5</b>
Trab. no comércio	5,7	5,1	<b>10,8</b>	3,2	6,2	<b>9,4</b>	3,1	8,6	<b>11,7</b>
Trab. construção	1,9	6,3	<b>8,2</b>	0,6	4,8	<b>5,5</b>	2,1	7,0	<b>9,1</b>
Trab. indústria têxtil/vestuário	0,8	2,8	<b>3,6</b>	3,0	2,8	<b>5,8</b>	2,3	3,5	<b>5,9</b>
Cozinheiro/garçom	1,5	3,4	<b>4,9</b>	1,9	2,7	<b>4,5</b>	0,9	3,4	<b>4,3</b>
Trab. agropecuária	0,2	5,4	<b>5,6</b>	0,2	3,0	<b>3,2</b>	0,0	2,1	<b>2,1</b>
Dirigentes/ Gerentes	1,7	0,5	<b>2,2</b>	1,3	0,3	<b>1,6</b>	1,8	0,5	<b>2,3</b>
Professor	0,6	1,5	<b>2,2</b>	0,9	0,7	<b>1,6</b>	0,9	2,5	<b>3,4</b>
Gari/jardineiro	0,6	0,6	<b>1,2</b>	2,0	1,0	<b>3,0</b>	1,3	2,1	<b>3,4</b>
Porteiro/vigia	1,1	0,3	<b>1,4</b>	1,1	0,5	<b>1,6</b>	1,8	0,7	<b>2,5</b>
Lavador de carros/engraxate	0,0	1,7	<b>1,7</b>	0,3	2,6	<b>2,9</b>	0,3	1,7	<b>1,9</b>
Ambulante	0,0	2,0	<b>2,0</b>	0,0	1,6	<b>1,6</b>	0,0	4,2	<b>4,2</b>
Trab. fabricação de alimentos e bebidas	0,2	0,5	<b>0,6</b>	0,3	1,2	<b>1,5</b>	0,8	2,2	<b>3,0</b>
Outras atividades (1)	13,9	14,9	<b>28,5</b>	14,6	22,9	<b>37,8</b>	8,5	16,4	<b>24,8</b>
<b>Total</b>	<b>40,6</b>	<b>59,4</b>	<b>100,0</b>	<b>37,8</b>	<b>62,2</b>	<b>100,0</b>	<b>26,8</b>	<b>73,2</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	96	139	235	74	122	196	44	121	165

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002.

(1) Grupos que alcançaram 2% ou menos de participação nas três regiões.

**Tabela A48 - Distribuição dos trabalhadores que começaram a trabalhar no ano de referência por região metropolitana, segundo o grupo ocupacional –2011 (%) (1 000 pessoas)**

Grupos ocupacionais	RMBH			RMPA			RMF		
	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	Total
Dirigentes/ Gerentes	2,0	0,6	<b>2,5</b>	1,5	0,3	<b>1,8</b>	1,7	0,2	<b>1,9</b>
Profissional liberal	1,0	1,1	<b>2,1</b>	0,6	1,1	<b>1,7</b>	0,3	0,6	<b>0,9</b>
Escriturário	12,7	2,0	<b>14,6</b>	9,8	4,7	<b>14,6</b>	7,8	5,5	<b>13,3</b>
Doméstico	2,5	3,5	<b>6,0</b>	1,5	3,7	<b>5,2</b>	0,3	6,7	<b>7,1</b>
Cozinheiro/garçom	3,5	1,8	<b>5,3</b>	3,7	2,5	<b>6,2</b>	2,0	3,0	<b>5,0</b>
Gari/jardineiro	2,7	1,4	<b>4,1</b>	2,6	0,2	<b>2,8</b>	0,9	0,8	<b>1,7</b>
Lavador de carros/engraxate	0,4	0,7	<b>1,1</b>	1,1	0,8	<b>1,9</b>	1,6	0,9	<b>2,5</b>
Trab. no comércio	10,8	3,0	<b>13,8</b>	7,9	4,4	<b>12,3</b>	7,5	8,3	<b>15,8</b>
Trab. agropecuária	0,4	0,8	<b>1,3</b>	0,6	1,1	<b>1,7</b>	0,6	1,7	<b>2,3</b>
Trab. construção	5,3	4,5	<b>9,8</b>	3,5	3,6	<b>7,1</b>	3,8	3,1	<b>6,9</b>
Trab. indústria têxtil/vestuário	0,6	0,6	<b>1,1</b>	2,6	2,1	<b>4,7</b>	1,9	6,0	<b>7,8</b>
Motorista em geral	0,7	0,8	<b>1,5</b>	0,9	0,9	<b>1,8</b>	1,3	1,3	<b>2,5</b>
Outras atividades (1)	19,7	16,5	<b>36,4</b>	22,5	15,6	<b>38,1</b>	13,4	18,9	<b>32,2</b>
<b>Total</b>	<b>62,4</b>	<b>37,6</b>	<b>100,0</b>	<b>58,8</b>	<b>41,2</b>	<b>100,0</b>	<b>43,1</b>	<b>56,9</b>	<b>100,0</b>
<i>n</i>	<i>185</i>	<i>111</i>	<i>296</i>	<i>118</i>	<i>83</i>	<i>201</i>	<i>88</i>	<i>115</i>	<i>203</i>

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011.

(1) Grupos que alcançaram 2% ou menos de participação nas três regiões.